

Ana Flora Schlindwein

Páginas Davida.

Um gesto analítico discursivo sobre a prostituição

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Lingüística, na área de Análise do Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi Rodrigues

UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas

2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Sch39p	Schlindwein, Ana Flora. Páginas Davida. Um gesto analítico discursivo sobre a prostituição / Ana Flora Schlindwein. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.
	Orientador : Suzy Maria Lagazzi Rodrigues. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
	1. Análise do discurso. 2. Memória discursiva. 3. Prostituição. 4. Comportamento sexual. 5. Corpo. I. Rodrigues, Suzy Maria Lagazzi. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
	tjj/iel

Título em inglês: Davida Pages. An analytical discursive gesture about prostitution..

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Discourse Analysis; Discursive Memory; Prostitution; Sexual Behaviours; Body.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi Rodrigues (orientadora), Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias, Profa. Dra. Olimpia Maluf Souza.

Data da defesa: 26/02/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues

Bthyari

Cristiane Pereira Dias

CrD

Olímpia Maluf Souza

Olímpia Maluf Souza

Carmen Zink Bolonhini

Tânia Pitombo de Oliveira

**IEL/UNICAMP
2009**

AGRADECIMENTOS

à Profa Suzy Lagazzi que, apesar das complexas condições de produção em que esta dissertação foi elaborada, nunca deixou de ver sentido nela;

à Profa. Carmen Zink, que me mostrou que o analista não está imune ao efeito de transparência da linguagem;

à Profa. Cristiane, por me ajudar a encontrar sentidos nessa nova forma de arquivo que é a Internet;

à Profa. Olímpia, que me mostrou que a interpelação do indivíduo em sujeito causa deslocamentos nem sempre esperados;

ao Prof. Paulo, por me auxiliar a encontrar certos sentidos no Latim;

a Profa. Denise, por sempre estar presente quando eu me embaralhava nas teias da vida;

a todos os meus professores;

ao pessoal da biblioteca do IEL, pelo carinho e atenção com que me têm me tratado nos últimos 16 anos;

ao pessoal da secretaria de pós-graduação, pela paciência;

ao historiador Gustavo Henrique Gomes de Almeida por fazer a minha história significar mais;

e à minha família - meus pais Anselmo e Ana Maria e meu irmão Agostinho - simplesmente por tudo.



Sexo é coisa muito simples. Eu explico os essenciais em poucas linhas. (...) Pra se entender o sexo há de se entender a música que ele toca. (...) A música que o corpo quer tocar chama-se prazer. (...) Os instrumentos da orquestra-corpo são os órgãos. (...) todos têm uma utilidade. Além disso esses mesmos órgãos e membros são lugares de prazer. Entre os órgãos da orquestra do corpo estão os órgãos sexuais. Não há nada de especial que os distinga dos outros. Como os demais órgãos eles são fontes de prazeres. Os prazeres do sexo são variados. Vão desde uma sensação muito suave que até parece coceira de bicho de pé, e que chega a provocar riso, até um prazer enorme, explosão vulcânica que tem nome de orgasmo, e que deixa aqueles que por ele passam semimortos. (...) Complicados são os pensamentos dos seres humanos sobre ele [sexo]. Os homens por razões que não entendo, passaram a considerar o sexo como uma coisa vergonhosa.

Rubem Alves, “Sexo é coisa muito simples”

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo estudar a formação da memória discursiva sobre a prostituta para então observar como essa memória afeta o discurso de entidades que representam as mulheres que se prostituem. ‘Memória’ e ‘discurso’ são compreendidos nesta dissertação a partir do referencial teórico da Análise do Discurso Francesa. Observar o processo de formação da memória discursiva sobre a meretriz colocou em evidência vários processos de constituição de sentidos, processos esses que foram apagados com o passar do tempo – apagando sua historicidade - causando o efeito de transparência do uso do termo ‘prostituta’. A “naturalização” do emprego dessa palavra gerou várias questões que foram apontadas no transcorrer desta dissertação. Além disso, a análise de como a discursividade sobre a prostituta afetou a fala da Organização Não-Governamental *David*a (que representa as prostitutas em sua luta pelo reconhecimento da prostituição como uma profissão) deu visibilidade aos processos de memória e atualização do dizer.

Palavras-Chaves: Análise do Discurso
Memória Discursiva
Prostituição
Comportamentos Sexuais
Corpo

ABSTRACT

This dissertation had as its goal to study the process of discursive memory constitution about prostitution so it was possible to observe how this memory would affect the discourses of entities which represent women who prostitute themselves. ‘Memory’ and ‘discourse’ are here understood through French Discourse Analysis theories. Observing the discursive memory constitution process about prostitution has highlighted several processes of meaning constitution, processes which faded as the time passed by – as its historicity faded – causing the usage transparency effect of the word ‘whore’. Using this word in a “natural way” generated many questions which were pointed along this dissertation. Besides, analyzing how the discursivity about prostitution affected ONG Davida speech (which represents the prostitutes in their fight for prostitution recognition as a profession) has given visibility to memory and updating process about what is said

Key-words: Discourse Analysis
Discursive Memory
Prostitution
Sexual Behaviours
Body

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – <i>Banner 1</i>	03
Imagem 2 – <i>Banner 1</i> completo	05
Imagem 3 – Nenê Romano	11
Imagem 4 – Josephine Butler	60
Imagem 5 – Margot St. James	63
Imagem 6 – Todos os olhos	81
Imagem 7 – Fernando Gabeira -1979	92
Imagem 8 – Tela da página da ONG Davida	98
Imagem 9 – Detalhe do poste de luz	99
Imagem 10 – Leipizig Street Lighting Scene, 1702	100
Imagem 11 – Palavra sendo escrita	101
Imagem 12 – Palavra quase pronta	101
Imagem 13 – Poste aceso	103
Imagem 14 – Texto explicativo sobre a ONG	104
Imagem 15 – Texto sobre a missão e os objetivos da ONG	105
Imagem 16 – Tela com o menu.....	105
Imagem 17 – Símbolo do Prêmio Ações Sustentáveis em HIV/AIDS	106
Imagem 18 – Página sobre a história da ONG	107
Imagem 19 – Página da Rede Brasileira de Prostitutas	108
Imagem 20 – <i>Banners</i>	112
Imagem 21 – <i>Banners</i> espelhados	113

SUMÁRIO

I. MENINAS BOAS VÃO PARA O CÉU, MENINAS MÁS VÃO AONDE QUEREM	03
1.1. prostituta <i>s.f.</i> mulher que exerce a prostituição.....	09
II. (RE)CONSTRUINDO A MEMÓRIA SOBRE A PROSTITUIÇÃO.....	21
2.1 Uma antiga profissão? A prostituição significando desde a Mesopotâmia até o início do cristianismo	22
2.2 “o mel dos lábios da prostituta tornar-se-á amargo como absinto; a mulher sedutora é o caminho mais curto e seguro para ir diretamente para o inferno”.....	35
2.3 A Idade do mal-necessário	41
2.4 Civilização, “Sifilisação” e as (Re)Formas Religiosas	47
2.5 (R)evoluções?.....	53
2.6 Não existe pecado do lado de baixo do Equador?	64
III NAVEGANDO NOS MARES DE SIGNIFICAÇÃO	87
3.1 Fecundação, Gestação e Nascimento Davida	91
3.2 Páginas da Davida	97
IV. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
ANEXO	135

“Vocês queriam é que eu continuasse em Trenchtown¹, encerrado dentro do gueto com a minha música. Mas eu quero é justamente estar onde estou, incomodando”.

Gabriela Leite (1992, p. 138), ao citar Bob Marley

¹ Grande favela na periferia de Kingstown, Jamaica.

I. MENINAS BOAS VÃO PARA O CÉU, MENINAS MÁS VÃO AONDE QUEREM

“Minha filha, os homens dividem as mulheres em dois tipos: as que são para casar e as que são apenas para se divertir. As últimas nunca são levadas a sério e geralmente terminam suas vidas sozinhas e acabadas. Então pense bem qual das duas você quer ser”.

Quantas vezes essa fala foi repetida, seja na forma de sussurro, seja aos berros, por mães preocupadas com a “virtude” de suas filhas. Eu mesma escutei isso várias vezes, em contextos e momentos diferentes, mas sempre questioneei essa visão de mundo, pois ela era incrivelmente cruel devido ao seguinte efeito que se produzia em mim: por que o homem não poderia se divertir com sua esposa, ou seja, se você fosse esposa, seria chata; e se você fosse legal e divertida seria puta?

Muitos anos depois, ao olhar uma vitrine de uma loja vi estampada em uma camiseta preta o seguinte enunciado em letras brancas:

“Meninas boas vão para o céu, meninas más vão aonde querem”.

Automaticamente me lembrei da máxima “Meninas boas vão para o céu, meninas más vão para o inferno” que trouxe à tona a fala da mãe sobre os dois destinos que uma mulher poderia ter dentro de um imaginário ainda existente nas décadas de 1980 e 1990. Pensei como geralmente a classificação do mundo é feita de maneira maniqueísta (o bem e o mal, a pura e a puta e etc.) e me perguntei: se eu quisesse ir para o purgatório, como deveria me comportar, então? Indo além, por que a menina boa não pode ir aonde ela quiser? Por que exercer a minha vontade de ir e vir me faz uma pessoa má? Percebi que tais questões apontavam para um caminho deveras interessante, principalmente quando me deparei com o *banner* ao lado.

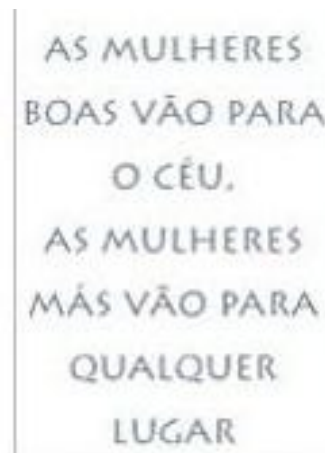


Imagem 1 – Banner 1
Fonte: www.redeprostitutas.org.br

Tanto no enunciado da camiseta quanto do *banner*, o sentido de 'inferno' está funcionando pela memória, pois o céu que é referido em ambos os enunciados é o judaico-cristão, e não o céu físico. O paraíso existe em contraposição ao inferno, por isso, mesmo que a palavra “inferno” não seja dita em nenhum momento, o imaginário sobre o mesmo está funcionando na constituição do sentido dos dois enunciados. Dessa forma temos a seguinte relação:

meninas boas → céu

meninas más → inferno

As meninas consideradas 'boas' seriam recompensadas, ganhando o paraíso após a sua morte. Já as más seriam punidas, sendo enviadas ao inferno. Mas o que seriam meninas boas e más?

Geralmente, pela visão judaico-cristã, as pessoas que merecem o paraíso são aquelas que seguiram fielmente os ensinamentos do Torá e da Bíblia Sagrada, e que, uma vez tendo pecado, se arrependeram profundamente. Assim sendo, uma pessoa boa, a partir dessa ótica, é uma pessoa obediente, temente a Deus, que segue as normas e, em caso de “desregramento”, se arrepende e retoma sua vida de obediência. Porém, aqui cabe notar que, dependendo do tipo de pecado cometido, mesmo que a pessoa mostre um profundo arrependimento e adote um comportamento visto como “irrepreensível” após sua ação pecaminosa, essa pessoa ficará “marcada”, ou seja, ela será significada não por seu bom comportamento, mas por ter pecado. Um exemplo é visto no livro **The Scarlet Letter**², de Nathaniel Hawthorne, publicado em 1850. Essa obra mostra que as pessoas que não respeitavam as normas eram marcadas (usavam uma letra escarlate bordada em suas roupas, como **A** para Adultério), denunciando o pecado que tinham cometido.

Já as pessoas más são aquelas que desobedecem as leis judaico-cristãs, não se arrependendo – ou não demonstrando arrependimento – pelo que fizeram. A elas é reservado o inferno: lugar mítico de sofrimento eterno, representado de maneira tão

2 O romance foi adaptado várias vezes para o cinema, como em 1972, com direção de Wim Wenders.

expressiva na pintura de Hieronimus Bosch³.

Retomando os enunciados, o do *banner* é muito parecido com o visto na camiseta (As meninas/mulheres boas vão para o céu), e nas novas formulações temos a memória da relação obediência-pessoa boa, desobediência-pessoa má funcionando. Porém é possível notar um deslizamento de sentido significante na segunda parte:

Camiseta: meninas más vão aonde querem

Banner: as mulheres más vão para qualquer lugar

Enquanto no primeiro enunciado o ato de “ir” é o resultado de uma escolha (aonde querem), o segundo faz circular outras possibilidades de sentido, tais como:

- a) ir aonde se quer
- b) ir não importa onde
- c) ir a um lugar qualquer
- d) ir a um lugar “inapropriado”

A menina/mulher má é aquela que, por realizar sua vontade, seu desejo, não segue as regras. Porém, ainda que a concepção de inferno esteja funcionando, há um deslocamento de sentidos, pois o ato de exercer a sua vontade depende da pré-existência da liberdade.

A liberdade é um conceito extremamente valorizado em nossa sociedade, tanto que uma das formas de punição para quem comete crimes é a supressão da sua liberdade, através do encarceramento.



Imagem 2 – Banner 1 completo

Fonte: www.redeprostitutas.org.br

Analisando os enunciados, temos uma situação contraditória: as meninas que seguem as normas são recompensadas com o paraíso (boas/céu); as meninas más que são

³ Pintor flamengo, nasceu por volta de 1450.

desobedientes são punidas com o inferno (más/inferno), porém, por não seguirem as regras, as meninas más conquistaram a liberdade (más/livres), como já comentado, um valioso conceito. Porém, as meninas boas não têm liberdade (boas/não-liberdade). Mas as pessoas boas não deveriam ter o direito à liberdade?

Tais derivas fazem sentido principalmente quando consideramos onde se encontra o *banner* aqui analisado. Ele faz parte da versão *online* do jornal **Beijo da Rua**⁴ e funciona como uma “propaganda” da Rede Brasileira de Prostitutas⁵.

A limitação da forma de circulação dos corpos - onde se pode ou não ir –foi observada por Foucault (2009) em seu livro **Vigiar e Punir**. O autor comenta que os dispositivos disciplinares criados pelo poder transformam um indivíduo em um “corpo dócil”. Dessa forma o corpo pode ser controlado, e os procedimentos adotados constituem uma maquinaria de poder que visa um processo de sujeição do corpo social. E aquele que não se sujeita, é punido.

Resgatando a fala da mãe anteriormente citada, não seria a prostituta um exemplo bem “didático” de como “terminam” as meninas/mulheres más?

“Sujas”, “livres”, “desordeiras”, “sedutoras” “descontroladas”, “donas de si”, “exageradas”, “poderosas”, “foco de doenças”, “independentes”, “destruidoras de lares”, “privada dos homens”, “drogadas”, “meliantes”. Não são esses os termos (dentre vários outros) normalmente empregados ao se falar das prostitutas?

Efeito de uma construção milenar, o imaginário sobre a prostituta é um amálgama heterogêneo composto por discursos de cunho religioso, moral, jurídico e médico, como será mostrado ao longo deste trabalho. A formação desse imaginário só pode ser entendida se metodologicamente estudada, por isso, o objetivo geral desta dissertação será analisar o processo de formação do discurso (estigmatizado) sobre a mulher prostituída, sendo a Análise do Discurso (doravante AD) o aparato teórico-metodológico adotado como referência para tal intuito. A AD

concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a

4 O jornal **Beijo da Rua** possui duas versões: uma impressa, que circula desde a década de 1980, e outra versão *online*, cujo endereço é <<http://www.beijodarua.com.br>>

5 Cujo endereço é <<http://www.redeprostitutas.org.br>>

realidade natural e social (...) que procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação que se faz termo-a-termo (ORLANDI, 2003, p.15 e 19).

Paul Henry (1992, p.169) afirma que “a relação do imaginário com o real no homem passa sempre pelo simbólico”. Dessa forma, quando falamos em sentido na AD não estamos nos referindo ao conteúdo, nem buscando a “verdade”, nem entendemos o sentido como algo fechado, pronto e acabado. Ele também não é pré-determinado por propriedades da língua. Trabalhamos o sentido como o resultado de uma construção feita em relação a, que depende, por exemplo, das condições em que foi produzido, do que já foi dito, do que foi silenciado e do que foi esquecido. Retomando a camiseta - Meninas boas vão para o céu, meninas más vão aonde querem -, quando falamos em céu, seus sentidos dependem do que já foi dito sobre ele, de como e onde esse enunciado circula, por exemplo.

O entendimento da língua é feito na conjugação entre estrutura e acontecimento: “reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história” (ORLANDI, 2003, p.19). O sujeito na AD não é o ser empírico, de carne e osso (que iremos chamar de indivíduo), ele “não é uma forma de subjetividade, mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz”(ORLANDI, 2003, p.49). Em outras palavras, “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história” (ORLANDI, 2001, p.100), ou seja, em um eterno processo de interpretação (pois o sentido é construído), ao significar o sujeito se significa. Quando a mãe adverte a filha sobre os possíveis destinos de uma mulher, ela o faz a partir de uma determinada posição-sujeito, que é marcada ideologicamente. Por isso Orlandi (2003), citando Pêcheux, afirma que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. A ideologia é entendida aqui não como um:

“conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade (...) Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e da língua com a história para que haja sentido” (ORLANDI, 2003, p.48).

Constituída dessa maneira, a ideologia produz a “fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade”. (ORLANDI, 2001, p.22)

A AD concebe a história como parte integrante da produção de sentidos. De acordo com Nunes (2007, p.373-4):

Trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certeza (...) a noção de historicidade desloca a noção de história como conteúdo e como fonte unívoca de interpretação. O sufixo – idade nos parece funcionar aí como um indício desse modo de conceber a história na análise de discurso, juntamente com as noções de processo de constituição de sentido e de gesto de interpretação.

O gesto de interpretação, por sua vez, ocorre no entremeio do arquivo – entendido não como algo empírico, mas como a memória institucional – e do interdiscurso, por isso tal gesto pode ter dois efeitos distintos: o de estabilizar sentidos ou de deslocá-los. As colocarmos a leitura e interpretação dos enunciados da camiseta e do *banner* em suspenso, estamos problematizando a relação do sujeito com o sentido, e da língua com a história.

Também chamado de “efeitos de memória”, “memória constitutiva” ou “memória discursiva”, o interdiscurso é o “trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo)” (ORLANDI, 2003, p.47-8). O interdiscurso é constituído pelo saber discursivo, ou seja, por tudo que já foi dito e também pelo o que foi esquecido.

Orlandi (2003), citando Pêcheux (1975), comenta que há dois tipos de esquecimento: da ordem da enunciação (chamado de esquecimento número 2) e o esquecimento ideológico (esquecimento número 1). O esquecimento número dois faz com que tenhamos a “impressão da realidade do pensamento”, ou seja, acreditemos na transparência da linguagem e na relação linguagem/pensamento/ mundo como algo “natural”.

Já o esquecimento número 1 faz com que acreditemos que somos a origem do

que dizemos, senhores de nossas falas, quando, na verdade, os sentidos são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade. Os sentidos também dependem das condições de produção, que implicam:

o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso dentro de uma conjuntura sócio-histórica (ORLANDI, 2003, p.40).

1.1. prostituta *s.f.* mulher que exerce a prostituição

Entrei no anfiteatro da ciência,
conduzido por mera fantasia,
e aprouve-me estudar anatomia,
por dar um novo pasto à inteligência.

Discorria com toda sapiência
um mente⁶, numa mesa que jazia
uma imóvel matéria muda e fria,
a que outrora animara humana essência.

Fora uma meretriz. Seu rosto belo
pude, tímido, olhá-lo com respeito
por entre negras ondas de cabelo...

A um gesto do lente, contrafeito,
rasguei-a com a ponta do escalpelo
e não vi o coração dentro do peito!...

Observemos esse soneto de Fontoura Xavier (1856-1922), intitulado **Estudo Anatômico**. Um passar de olhos no **Livro das Cortesãs**⁷, de onde o poema acima foi retirado, nos proporciona um breve panorama do imaginário criado ao redor da figura da

⁶ professor

⁷ FARACO, S. (org). **Livro das Cortesãs** 1500-1900 (Poetas Portugueses e Brasileiros). Porto Alegre: L&PM, 1997.

prostituta desde o ano de 1.500 até meados do século XX. São imagens sucessivas de mulheres ora diabólicas, com o poder de seduzir, usar e destruir qualquer homem, ora vítimas inocentes que nada têm a fazer a não ser lamentar seu triste destino.

Se expandirmos esse olhar para outras produções literárias, encontraremos Marguerites⁸, Lucíolas⁹, Nanás¹⁰, Molls¹¹, Leonies e Pombinhas¹², Elzas¹³, Hildas¹⁴ e Marias¹⁵. De acordo com Rago (1991, p.27):

a literatura pode revelar-nos aspectos importantes das formas de pensar e sentir de uma determinada sociedade. Os romances traduzem os anseios, captam as angústias, fantasias, desejos de uma determinada época, e não apenas de uma classe social, a que pertenceria o autor.

Para a AD o texto (seja ele literário, jornalístico ou não-verbal) é concebido como uma unidade imaginária. Por ser uma “manifestação concreta do discurso” ele possibilita a observação do funcionamento do simbólico (ORLANDI, 2001), e, portanto, se constitui como um objeto simbólico a ser compreendido. Kothe (1976) comenta que:

As obras literárias, mesmo não pretendendo ser e não sendo um mero registro histórico, acabam sendo também uma historiografia inoficial. Na medida em que não querem ser documento, seu caráter autônomo lhes permite uma liberdade de registro e transmissão que escapa à historiografia oficial, comprometida com as omissões, cortes e deformações que as relações de produção lhes impõe. (KOTHE, 1976, p.79)

O uso de obras literárias é de fato interessante, pois “a organização do texto não expressa concepções de mundo, mas dá indícios de como o autor pratica significações” (ORLANDI, 2001, p.12-13)

8 Marguerite Gautier, personagem de **A Dama das Camélias** (1847), de Alexandre Dumas, filho.

9 Lucíola, personagem do romance homônimo (1861) de José de Alencar.

10 Naná, personagem do romance homônimo (18) de Emile Zolá.

11 Moll Franders, personagem do romance homônimo (1722), de Daniel Defoe (ver tese de Shellida Fernanada da Collina Viegas sobre a prostituição matrimonial de Moll).

12 Leonie e Pombinha são personagens do livro **O Cortiço** (1890), de Aluísio de Azevedo.

13 Fräulein Elza, personagem de **Amar, Verbo Intransitivo** (1927), de Mário de Andrade.

14 Hilda Furação, personagem do romance homônimo (1991) de Roberto Drummond.

15 Maria, personagem do livro **Onze minutos** (2003), de Paulo Coelho.

Mas não é apenas na imaginação de autores sonhadores que a prostituta se faz presente. Messalina¹⁶, Frinéia¹⁷, Teodora¹⁸, Madame Pompadour¹⁹, Ritinha Sorocabana²⁰, Dona Beja²¹ e Nenê Romano²² (as últimas três no Brasil) são personagens históricas (ainda que por alguns romantizadas) que exemplificam a presença marcante de prostitutas em diferentes esferas e períodos.

A existência da prostituição tem inspirado a realização de vários estudos que buscam entender esse fenômeno; ela tem sido amplamente discutida no âmbito da antropologia (Mazzariol, 1976; Gaspar, 1985; Martin, 1999; Pasini, 2000); da história (Rossiaud, 1991; Rago, 1987 e 1991; Roberts, 1998; Ringdal, 2004), da saúde (Engel, 1986; Carvalho, 2000), da criminologia (Moraes, 1921; Mazzeiro, 1998; Rodrigues, 2004), da psicologia e psiquiatria (Espósito & Kahhale, 2006; Calligaris, 2006), da religião (Chauvin, 1987; Kirsch, 1998; Bandini, 2005). Conforme Rossiaud (1991, p.19) comenta:



Imagem 3: Nenê Romano
Fonte: <http://cafehistoria.ning.com/>

Tentar compreender a amplitude e o significado social da prostituição é defini-la frente às estruturas demográficas e matrimoniais, às normalidades e desvios sexuais, aos valores culturais e às mentalidades coletivas dos grupos sociais que a toleram ou a reprimem. Tarefa ambiciosa (...)

E semanticamente, como a prostituta é definida? Uma vez que “a gramática, o dicionário são objetos de conhecimento determinados sócio-historicamente” (ORLANDI,

16 Messalina, esposa de Cláudio, tinha fama por competir com prostitutas profissionais.

17 Prostituta famosa por sua incrível beleza. Nasceu em Tespias, no século IV a.C

18 Teodora foi atriz, prostituta e depois imperatriz bizantina (527-548) ao se casar com Justiniano.

19 Jeanne-Antoinette Poisson, Marquesa (mais tarde Duquesa) de Pompadour, também conhecida como Madame de Pompadour (1721-1764). Foi uma famosa cortesã e amante do rei Luís XV da França.

20 Prostituta famosa do século XVIII

21 Ana Jacinta de São José, conhecida como Dona Beja (1800-1873), possui um Museu dedicado a sua memória na cidade de Araxá (MG), instalado na casa onde a prostituta teria morado.

22 Cujo nome de batismo era Lina Machiaverni, foi considerada uma das mais belas cortesãs de São Paulo. No dia 25 de outubro de 1923 ela foi assassinada por Moacyr Toledo Piza, seu ex-amante. Dimas de Oliveira Junior produziu um média-metragem intitulado **Desatino** sobre esse episódio, cujo lançamento ocorreu em março de 2008, em São Paulo.

2001, p.8), é interessante observarmos como é apresentada a figura da prostituta em um dicionário. Ao abrir o **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** encontramos a seguinte definição de prostituta:

prostituta *s.f.* mulher que exerce a prostituição. SIN/VAR ver sinonímia de meretriz (HOUAISS, 2001, p.2316)

Devido à forma de apresentação da definição da palavra prostituta, fui “convidada” a olhar os outros dois termos - “prostituição” e “meretriz” - cujas definições se encontram a seguir:

prostituição *s.f.* ato ou efeito de prostituir(-se)

1. atividade institucionalizada que visa ganhar dinheiro com a cobrança por atos sexuais e a exploração de prostitutas
2. meio de vida principal ou complementar de prostitutas e prostitutos
3. o conjunto dos indivíduos que se prostituem
4. estilo de vida de prostitutos e prostitutas
5. p.ext. vida devassa, desregrada; libertinagem

fig. aviltamento, desonra, rebaixamento <p. da sagrada missão do médico> <p. da pena de um escritor> (idem)

A primeira entrada chama a atenção pelos termos “atividade institucionalizada”. Embora no Brasil ela não seja considerada dessa forma, há países onde a prostituição é reconhecida como uma profissão. Geralmente o meretrício é regido por três sistemas legais: o abolicionismo, o regulamentarismo e o proibicionismo. No abolicionismo a mulher que se prostitui não é vista como uma criminosa, mas como uma vítima de exploração. Dessa forma, a lei pune aquele que explora a prostituição, mas não a meretriz. O Brasil adota esse sistema desde 1942.

O regulamentarismo reconhece a prostituição como profissão, com direito a contrato de trabalho, seguridade social e aposentadoria, mas estabelece vários deveres, entre eles exames periódicos de saúde e o exercício da atividade em lugares específicos. Alguns países sul-americanos (Uruguai, Equador, Bolívia e etc.), a Alemanha e a Holanda adotam esse sistema.

Já no proibicionismo a prostituição e toda a indústria que dela advém é vista como crime. Os Estados Unidos adotam esse sistema.

Retomando as definições, a prostituição é entendida como o ganho de dinheiro proveniente de duas situações: a cobrança que um indivíduo faz pelos seus serviços sexuais; e a exploração de pessoas que comercializam o ato sexual. O termo “prostituição”, como é apresentado nesse dicionário, acaba por denominar igualmente a atividade (que não é criminosa no Brasil) e a exploração dela (ilegal pela legislação brasileira).

A quinta entrada também é interessante, pois mostra como o significado inicial da prostituição (cobrança por atos sexuais) sofreu um deslocamento de sentido e passou a se referir também a qualquer pessoa que “venda” algo que não seja o corpo, como a sua honra (no caso do médico).

Com relação ao termo meretriz, tem-se:

meretriz *s.f.* mulher que pratica meretrício, que mercadeja o corpo (...) SIN/VAR alcouceira, andorinha, bagaço, bagageira, bagaxa, bandarra, bandida, barca, bebena, besta, biraia, bisca, biscaia, biscate, bocetinha, bofe, boi, bruaca, bucho, cação, cadela, cantoneira, caterina, catraia, china, clori, cocote, coirão, cortesã, courão, couro, cróia, croque, cuia, culatrão, dadeira, dama, decaída, égua, ervoeira, fadista, fêmea, findinga, frega, frete, frincha, fuampa, fusa, galdéria, galdrana, galdrapinha, ganapa, horizontal, jereba, loba, loureira, lúmia, madama, madame, marafa, marafaia, marafantona, marafona, marca, mariposa, menina, meretrice, messalina, michê, michela, miraia, moça, moça-dama, mulher-dama, mulher-solteira, mundana, murixaba, muruxaba, paloma, pécora, pega, perdida, perua, piranha, piranhuda, pistoleira, piturisca, prostituta, puta, quenga, rameira, rapariga, rascoa, rascoeira, reboque, rongó, solteira, tapada, tolerada, transviada, tronga, vadia, vaqueta, ventena, vigarista, vulgívaga, zabaneira, zoina, zorra; e *as loc.:* mulher à-toa, mulher da comédia, mulher da rótula, mulher da rua, mulher da vida, mulher da zona, mulher de amor, mulher de má nota, mulher de ponta de rua, mulher do fado, mulher do fandango, mulher do mundo, mulher do pala aberto, mulher errada, mulher perdida, mulher pública, mulher vadia etc. (HOUAISS, 2001, p.1899)

Através dessa longa seqüência de sinônimos ou variações existentes ao se nominar a mulher que “pratica o meretrício” vimos que o estigma está presente, mesmo que

eufemismos e outros recursos lingüísticos sejam empregados. Mas por que “a mais antiga das profissões” habita de maneira tão expressiva o imaginário das pessoas? Por que ser chamada de “mulher de vida fácil” pode desencadear reações como indignação e ofensa?

Ao pensarmos que o enunciado é um elemento de uma prática social, os sentidos nele significados são determinados por diversas posições-sujeito ocupadas pelo indivíduo, posições essas que são caracterizadas histórica e socialmente. Dessa forma, um enunciado como “mulher de vida fácil” faz sentido (e, portanto, pode vir a ofender) por causa das suas condições de produção e da memória que ele coloca em circulação. De acordo com Orlandi (2003), as condições de produção são formadas pelos sujeitos, pelo contexto, tanto o imediato como o sócio-histórico, ideológico e pela memória discursiva.

Nesta dissertação buscar-se-á abordar o processo de formação do discurso sobre a prostituta, ou seja, a constituição da memória discursiva sobre a prostituta, e como essa memória ainda circula, por exemplo, na fala de instituições que representam as meretrizes. Não pretendemos tratar da prostituição masculina, da prostituição infantil ou do tráfico de mulheres, pois embora a discursividade envolvendo as diversas formas de prostituição tenha pontos de tangência, ela é constituída por determinações distintas. Nossos olhares recairão sobre a prostituição exercida por mulheres adultas não-escravizadas.

Também não busco compreender as motivações que levam uma mulher a se prostituir, enfoque comum em vários estudos lidos durante a pesquisa bibliográfica. Este trabalho objetiva tecer uma problematização sobre os sentidos que orbitam a construção discursiva (ou seja, sócio-histórico-linguística) prostituta, na relação entre a memória e a atualização do dizer. Uma vez abordado o processo de como a memória discursiva sobre a prostituta foi sendo composta com o passar do tempo, a análise se voltará para os sentidos encontrados em uma página disponível na internet denominada **Davida**²³. Essa página pertence a uma organização não-governamental (ONG) que visa promover o reconhecimento legal da prostituição como profissão. Ao reivindicar a profissionalização dos serviços sexuais, o *site* da ONG é afetado por vários dizeres a respeito da prostituição, do que é considerado trabalho e de como a mulher é socialmente significada face ao exercício de uma atividade remunerada (trabalho) e ao seu comportamento sexual.

23 disponível no endereço <<http://www.davida.org.br>>

Assim, teremos percorrido um caminho que se iniciou com a busca do entendimento da formação da memória discursiva sobre a meretriz, de como o discurso sobre a prostituta afetou o discurso de uma ONG que representa as prostitutas, finalizando com a análise dos deslocamentos de sentido observados no *site* da **Davida**, deslocamentos esses que só foram possíveis devido a alguns acontecimentos, destacando-se os movimentos sociais como o sindicalismo e o feminismo, e o advento da Internet.

É importante ressaltar que o corpus na AD é “instável e provisório”²⁴. Courtine (1981, p.24), em seu artigo publicado no periódico *Langages*, define o *corpus* discursivo como sendo o “conjunto de seqüências discursivas estruturado segundo um plano definido em referência a um certo estado das condições de produção do discurso”. Como citado antes, as condições de produção são formadas, por exemplo, pela memória discursiva/interdiscurso e pela posição sujeito. O autor (*idem, ibidem*) comenta ainda que :

Uma tal concepção não considerará um *corpus* discursivo como um conjunto fechado de dados que emergem de uma certa organização; ela fará do *corpus* discursivo, ao contrário, um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada já no estado inicial do procedimento de análise: conceber-se-á, aqui um procedimento de análise do discurso como um procedimento de interrogação regulado de dados discursivos que prevê as etapas sucessivas de um trabalho sobre *corpora* ao longo de todo o procedimento. Isso implica que a construção de um *corpus* discursivo possa perfeitamente ser concluído apenas no final do procedimento

Lagazzi (1988), ao comentar a abordagem que Courtine (1982) faz do *corpus* discursivo, afirma que no processo de constituição de um *corpus*, partimos de um “universal discursivo” - formado pelos discursos possíveis de serem objeto de análise – marcando, então, o que será o campo discursivo de referência. No caso deste trabalho, o campo discursivo de referência é o que aborda a prostituição feminina adulta em suas múltiplas facetas. A autora (*idem*, p.59) observa ainda que “através de uma série sucessiva de restrições, que homogenizam o material lingüístico, chegamos às seqüências discursivas, que serão submetidas à análise”. As homogenizações devem sempre ser pensadas face às

24 ORLANDI, 2003, p.10.

condições de produção. Assim, o *corpus* será constituído a partir de um recorte do material observado.

O recorte é definido por Orlandi (2006, p.139-140) como sendo a “unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem – e – situação. (...) A idéia de recorte remete à noção de polissemia e não à de informação”. Nesta análise o recorte discursivo é constituído pela página da internet da ONG **Davida**.

Orlandi (2007) observa que o termo situação diz respeito a duas esferas: o contexto imediato (o aqui e agora do dizer) e o contexto sócio-histórico ideológico (mais amplo). Tomando o *site* da **Davida** como exemplo, o seu contexto imediato é uma página virtual inserida na internet disponível para acesso, composta de vários *links* e recursos midialógicos. Já o seu contexto sócio-histórico diz respeito à memória discursiva sobre a prostituição, afetada pelo modo pelo qual ela circula, que é a internet.

Quando novas tecnologias capazes de armazenar e fazer circular conhecimento surgem (rolo, códice medieval, livro impresso, texto na tela do computador), as mesmas podem acarretar deslizamentos de sentidos, pois como alerta Orlandi (2001, p.11):

os 'meios' não são nunca neutros, ou seja, os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música etc.)

Para Pêcheux e Fuchs (1997, p. 163-4), o discurso funciona na articulação:

1. do materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. da lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. da teoria discursiva, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

Assim sendo, o discurso é indissociável do tipo de materialidade de base, ou seja, a materialidade e o meio de circulação do discurso não são indiferentes: os processos

de significação estão relacionados com ambos, por exemplo, caso se trate de linguagem verbal ou não-verbal, ou se o que se lê está impresso ou na tela de um computador.

Para Orlandi (1996) as modificações que a materialidade do texto sofre fazem irromper gestos de interpretação diferentes. Dessa forma, se o sentido circula através do corpo – com suas tatuagens²⁵ significando, dos muros da cidade – com o grafitti e a pichação²⁶, ou do microcomputador, o sujeito filia-se de uma maneira, e não de outra. Maingueneau (2002) também alega que se faz necessário analisar o “modo de *manifestação material*²⁷ dos discursos”, assim como a maneira por que tal discurso circula²⁸.

25 Para mais detalhes ver ORLANDI, E. À flor da pele: indivíduos e sociedade, IN MARIANI, B. (org.) **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e em psicanálise**. São Carlos: Claraluz, 2006.

26 Para mais detalhes ver Orlandi, E. Metáforas da Letras: Escrita, Grafismo, IN, ORLANDI, E.; **Cidades dos Sentidos**, Campinas: Pontes, 2004.

27 Seu suporte

28 Uma conversa entre duas pessoas, um texto impresso, um programa de rádio, uma página na internet etc.

Madalena

Beijando de Jesus os pés sagrados,
prostrada cai por terra e abatida,
com os lindos cabelos desgrehados,
a bela pecadora arrependida.

Ouve-lhe o bom Jesus os ais cortados
e levanta-a com mão compadecida;
Classifica de amor os seus pecados
e comparte com ela a eterna vida!

- Ó feminino espírito amoroso,
que assim passaste do prazer violento
para o celeste e místico repouso!

Teu destino, mulher, eu não lamento,
porque tiveste do pecado o gozo
e ainda a graça do arrependimento!

Fernandes Costa (1848-1920)

II. (RE)CONSTRUINDO A MEMÓRIA SOBRE A PROSTITUTA

A partir do entendimento de que os processos de produção do discurso envolvem três momentos (todos de relevância igual), sendo eles sua constituição, sua formulação - que ocorre em específicas condições de produção e circunstâncias de enunciação - e sua circulação, que ocorre em uma dada conjuntura e de acordo com determinadas condições (Orlandi, 2001), este capítulo irá abordar a constituição do discurso sobre a prostituição a partir da memória do dizer, ou seja, observando o seu “contexto histórico-ideológico mais amplo” (ORLANDI, 2001). A formulação e a circulação atuais da discursividade sobre a prostituição serão trabalhadas na análise do corpus.

Uma vez que este capítulo apresentará um estudo sobre o processo de constituição da memória discursiva sobre a prostituta, ele é composto por vários “momentos”. Tais momentos são recortes de dizeres que se mostraram extremamente importantes na construção sócio-histórica-linguística, ou seja, discursiva, do termo prostituta. Dentre tais recortes está a obra **Gilgamesh**.

É importante ressaltar que o material enfocado neste capítulo, ou seja, as pesquisas de vários autores, como as de Ringdal²⁹ e Roberts³⁰, já se constituem como gestos de interpretação. Como diz Orlandi (2004) ao comentar uma citação de Pêcheux (1983):

O texto é essa peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação “do sítio significante” com a exterioridade. Nesse sentido, o autor é carregado pela força da materialidade do texto (do trabalho de autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade, pelo interdiscurso. O sujeito, podemos dizer, é interpretado pela história. O autor é aqui uma posição na filiação de sentidos, nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e que vão formando redes que constituem a possibilidade de interpretação. Sem esquecer que filiar-se é também produzir deslocamentos nessas redes (ORLANDI, 2004, p. 15)

29 Nils Johan Ringdal, historiador norueguês (1952-2008)

30 Nickie Roberts, pesquisadora sobre o tema, tem vários livros e artigos publicados.

2.1 Uma antiga profissão? A prostituição significando desde a Mesopotâmia até o início do cristianismo

Conforme comenta Ringdal (2004) as relações entre os homens e as mulheres não são uma interação homogênea e têm variado imensamente temporal e espacialmente, ou seja, em culturas primitivas, civilizações antigas e modernas e através de vários períodos históricos. Ao pensar na questão da prostituição, a autora afirma que há sólidos indícios de que ela não se desenvolve automaticamente em todas as sociedades, havendo, inclusive, um grande número de diferentes culturas sem prostituição. Porém, quando esta é presente em uma cultura, geralmente ela está associada a um momento de expansão econômica ou populacional³¹:

Prostitution has by no means been equal at times and in all places. It flourishes most extensively in evolutionary intermediary phases of history, during which a country or region is marked by a rapid upsurge in the population, urbanization, migration, and economic transformation. Prime examples have been the emerging Roman Empire, Western Europe in the 1800s, the Wild West era of the United States, Japan in the 1700s and Southeast Asia today (RINGDAL, 2004, p.6).

Ainda que ocorrendo de forma irregular tanto no tempo quanto no espaço, a prostituta tem sido uma personagem presente no imaginário humano há centenas de anos. Tanto Roberts (1998) quanto Ringdal (2004) afirmam que a primeira prostituta citada na literatura mundial está presente na obra de 4.000 anos intitulada **Gilgamesh**³². Esse épico relata as aventuras do príncipe de Uruk, na Mesopotâmia, chamado Gilgamesh. Dois terços deus e um terço homem (pois sua mãe era uma deusa), o príncipe era corajoso, lindo e solitário, com um enorme apetite sexual: “Sua luxúria não poupa uma só virgem para seu amado; nem a filha do guerreiro nem a mulher do nobre” (SANDARS, 2001, p. 93).

O interesse na obra **Gilgamesh** não reside apenas no fato dela ser um artefato arqueológico ou um registro histórico, mas porque:

31 Entendida, neste caso, como sexo feito em troca de dinheiro ou seu equivalente.

32 Nenhuma das versões atuais dessa obra são completas e podem ter sido baseadas em textos sumérios, assírios ou babilônicos.

Quando pensamos o texto pensamos: em sua materialidade (com sua forma, suas marcas e seus vestígios); como historicidade significante e significada (e não como “documento” ou “ilustração”); como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto (...) (ORLANDI, 2001, p.12)

Por ser um (ou o mais) antigo registro de cunho literário que tem uma personagem classificada como prostituta, **Gilgamesh** se apresenta como um objeto simbólico importante, que auxiliará no entendimento da formação da(s) imagem(s) das mulheres prostituídas.

Os súditos de Gilgamesh, cansados dos excessos do seu soberano, pedem aos deuses que algo seja feito. Ururu, a deusa da criação, atende ao clamor do povo e cria Enkidu – um homem selvagem – que deveria medir forças com Gilgamesh. Enkidu vive entre os animais até que encontra uma mulher:

Ela não teve pudores em tomá-lo em seus braços, ela se despiu e acolheu de bom grado o corpo ávido de Enkidu. Ele se deitou sobre ela murmurando palavras de amor, e ela lhe ensinou as artes da mulher. Por seis dias e sete noites eles ali ficaram deitados, pois Enkidu se esquecera de seu lar nas colinas; depois de satisfeito, porém, ele voltou para os animais selvagens. Mas agora, ao vê-lo, as gazelas fugiam quando delas se aproximava. (...) E todas as criaturas da selva fugiram; Enkidu perdera a força, pois agora tinha o conhecimento dentro de si, e os pensamentos do homem ocupavam o seu coração³³. (SANDARS, 2001, p.97)

A mulher mencionada nesse texto é uma *harimtu*. Para entender o papel que ela desempenhava na sociedade onde se passa a história de Gilgamesh faz-se necessário comentar como se organizava, ainda que superficialmente, a religiosidade daquele povo. De acordo com Sandars (2001, p.31-2) “as cidades da Mesopotâmia compartilhavam um mesmo panteão, mas os deuses não eram cultuados em todas as partes sob o mesmo nome”. Ianna (para os sumérios) ou Ishtar (para os semitas) era uma divindade ao mesmo tempo

33 Para Roberts (1998) essa passagem é uma alegoria que reconta como a deusa-mãe foi responsável pela civilização da humanidade. A autora ressalta que as primeiras culturas eram organizadas através do sistema matriarcal e as pessoas idolatravam deusas, pois estas tinham o poder de gerar a vida.

bela e terrível, e era louvada tanto como deusa do amor quanto da guerra. Na obra **Gilgamesh** ela era cultuada juntamente com Anu (ou An), pai dos deuses, em um templo em Uruk.

Segundo Roberts (1998) e Ringdal (2004), as mulheres que serviam ao templo de Ishtar desempenhavam diferentes funções e recebiam títulos de acordo com suas obrigações. As *entu* e *naditu* eram sacerdotisas que ocupavam uma alta posição no templo e que participavam dos ritos mais sagrados, como o casamento entre a “deusa” e o rei. As *qadishtu* eram mulheres que ficavam abaixo das *entu* e das *naditu* na hierarquia sacerdotal e serviam a Ishtar como terapeutas místicas e auxiliavam homens com problemas sexuais, sendo a maioria das mulheres do templo. As *harimtu* se dividiam em dois tipos, as do templo, que recebiam oferendas para Ishtar; e as que circulavam fora do templo, mas ainda assim eram consideradas criadas de Ishtar, como aponta Roberts (1998, p.26) ao destacar um texto da época: “quando me sento na entrada da taverna, eu, Ishtar, sou uma amorosa *harimtu*”. Por último há as *gagû*, mulheres que se prostituíam no intuito de sobreviverem, mas o faziam sob a supervisão de uma mulher mais velha que tinha conexões com o templo. Além delas, existiam as *ishtaritu*, um grupo pequeno de sacerdotisas nobres que viviam no celibato.

Se tivermos como base a definição de ‘prostituta’ apresentada no **Dicionário Houaiss**, apenas as *gagû* poderiam ser denominadas dessa forma. Como é possível notar, o uso do termo “prostituição” e “prostituta” não é exatamente adequado para as demais mulheres do templo, pois elas não comercializavam o prazer sexual visando o lucro próprio. Embora Ringdal (2004) use o termo *harlot*³⁴ em seu livro para descrever uma *qadishtu*, ele mesmo alerta que “to equate qadishtu with “courtesan”, or luxurious whore, might be a secular misinterpretation, since the word clearly signifies “holy woman”³⁵ (idem, p.24). Westenholz (1989, p.261-2) comenta essa questão:

The term “sacred prostitution” is employed for any sexual practice within the “sacred sphere”; the sacred prostitute can be a priestess

³⁴ prostituta

³⁵ “igualar a qadishtu com “cortesã”, ou prostituta da luxo, pode ser uma interpretação equivocada secular, uma vez que a palavra claramente significa “mulher sagrada”

who participated in a “sacred marriage”, a laywoman, such as Herodutus's Babylonian woman, who once in life has to offer herself to a stranger for money in the temple of Aphrodite, a priestess woman whose caring for the goods included offering them sexual services, or a laywoman who participated in organized, ritual sexual activities. (...) some writers (...) differentiate “cultic sexual service” from “commercial prostitution”; the former discriminating and without payment, and the latter indiscriminate and with payment

Geralmente os autores traduzem as *qadishtu* e as *harimtu* como “prostitutas-sagradas”, o que, como vemos, é atribuir um significado que não existia no uso dessas palavras, desconsiderando assim suas condições de produção e sua historicidade. Como deveríamos denominar então as *qadishtu* e as *harimtu*?

Outra questão que surge é: seria a união do sagrado com o sexual algo tão inominável em nossa língua? De acordo com Pêcheux (1997, p.160) a delimitação do que pode e deve ser dito (e, portanto, do que não pode e não deve ser dito) ocorre a partir de uma “formação dada, isto é, a partir de uma posição numa conjuntura específica”. Retomando a questão feita anteriormente, a prostituição não é associada ao âmbito do sagrado devido à organização dos sentidos na formação discursiva religiosa: não há a possibilidade de que prostituta e sentidos afins constituam uma família parafrástica com sagrado e sentidos afins.

Orlandi (2007, p.24) trabalha também com o conceito de “silêncio local”, definido como “aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura”. Porém, como a autora afirma (idem, p.45), “o silêncio não é diretamente observável e, no entanto, ele não é vazio”.

Os templos de Ishtar não eram concebidos como bordéis, mas como:

(...) centers of knowledge about birth, birth control, and sexuality
(...) Religious inscriptions recount that many temple women possessed a power that could heal sexual problems and illnesses among men. Temple women were therefore nurses and sacred sex therapists. Magic texts that dealt with “satisfaction of the heart” were recited to make men healthy and strong. The magic oil used in massages was made according to an esoteric recipe known only to

the women of the temples (RINGDAL, 2004, p.17)

Bottero (1987, apud CATONNÉ, 2001) compreende o que se costuma denominar a “prostituição sagrada exercida nos templos” como uma forma de amor livre, pois as proibições existentes eram mínimas, tais como a abstinência sexual em certas datas, a recusa de qualquer tipo de violência sexual assim como o incesto. Uma *harimtu* não era, portanto, objeto de condenação moral, e o que alguns historiadores chamam de “prostituição sagrada” era apresentada como uma conquista da civilização.

Retomando a passagem da obra **Gilgamesh** anteriormente citada, é possível interpretar a interação entre a *harimtu* com Enkidu como um momento de transformação de um homem-besta em um homem civilizado. Há um trecho que relata um evento semelhante ao vivido por Enkidu no livro **Macunaíma**, de Mário de Andrade:

A inteligência do herói estava muito perturbada. As cunhãs³⁶ rindo tinham ensinado pra ele que o sagüi-açu não era sagüim não, chamava elevador e era uma máquina. De-manhãzinha ensinaram que todos aqueles piados berros cuquiadas sopros roncões esturros não eram nada disso não, eram mas cláxons campainhas apitos buzinas e tudo era máquina (ANDRADE, 1981, p.32).

Rago (1991, p.25), ao analisar as práticas sexuais chamadas ilícitas na São Paulo do final do século XIX e início do século XX, comenta a função “civilizadora” das prostitutas que eram estrangeiras e tinham uma situação financeira melhor, pois as nacionais e/ou pobres eram vistas como focos de desordem social: “as prostitutas estrangeiras, experientes e viajadas, ensinavam regras sofisticadas de conduta aos paulistas deslumbrados com as conquistas da modernidade e com o progresso”. Um reflexo desse pensamento também é visto no texto de Benatti (1996) quando o autor fala sobre a fundação e expansão da cidade de Londrina entre os anos de 1929 e 1970 e o papel desempenhado pelas prostitutas nesse período.

Ainda que desempenhando uma função civilizadora ou sagrada, há indícios de que na época em que **Gilgamesh** foi escrito ocorreram também as primeiras alusões a

36 prostitutas

divisões entre os tipos de mulheres que existiam na sociedade daquele período. Um exemplo é o código de Lipit-Ishtar que estabelecia que:

Se a esposa de um homem não tiver lhe dado filhos, mas uma prostituta da rua tiver lhe dado filhos, ele deve prover a essa prostituta seu vinho, azeite e roupas, e os filhos que a prostituta gerou serão seus herdeiros; mas enquanto a esposa viver, a prostituta não deverá morar na casa junto com a esposa (FISHER, 1980, p.307 apud ROBERTS, 1998, p.27)

A autora relata ainda a existência de um texto sumeriano onde um pai desaconselha seu filho a casar com uma “prostituta do templo” ou tornar uma delas a responsável por sua casa, pois elas teriam um perfil independente, além de estarem acostumadas a aceitar “outros homens”. Ela também observa que:

Em 1.100 a.C. os assírios lançaram as primeiras prescrições legais aos códigos para os trajes das prostitutas; elas foram instruídas a usar jaquetas de couro especiais, “para atrair a atenção”, e foi promulgado um alegre decreto segundo o qual elas não deveriam de modo algum usar o véu, que era reservado como uma marca da submissão da esposa ao seu marido. As prostitutas que desafiavam essa lei arriscavam-se a receber 50 chibatadas e ter piche derramado sobre suas cabeças (ROBERTS, 1998, p.27-8).

Durante a pesquisa feita para a realização desta dissertação, em vários momentos foram encontradas citações de punições que deveriam ser aplicadas às mulheres que cometessem determinadas faltas (a maioria relacionada ao seu comportamento sexual). Cabe notar que muitas dessas punições estavam relacionadas ao cabelo. “Derramar piche sobre suas cabeças” simplesmente arruinaria os cabelos da mulher e ela teria que raspar sua cabeça para se livrar do piche. O corpo marcado – através das chibatadas, do ferro quente ou da amputação da orelha - também será recorrente.

A citação de Roberts (1998) é muito interessante, pois a punição é dada à prostituta que não se expor, ou seja, o castigo será para aquelas que não usarem “jaquetas de couro especiais” que atraem a atenção ou que se cobrissem com véus, pois “elas não deveriam de modo algum usar o véu”.

Catonné (2001, p.31) afirma (novamente baseado nos estudos de Bottero) que textos criticando as chamadas “prostitutas sagradas” são raros e sua atitude seria explicada pelo “reconhecimento do caráter ao mesmo tempo perigoso e desejável da força de vida que está em jogo na prostituição sagrada, e, conseqüentemente, de sua dignidade”. Zolin (2003), comentando os estudos de Riane Eisler (1996), afirma que tanto os mitos (como os de Ururu - a deusa da criação) quanto certos achados arqueológicos são indícios da existência de um tempo quando a sexualidade feminina não estava sob o controle dos homens e o mérito da criação do mundo era atribuído a divindades femininas.

Como Pêcheux escreveu (1997, p.77) “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. Portanto, na Mesopotâmia o imaginário que existia sobre o exercício do que posteriormente foi chamado de “prostituição sagrada” era significado ideologicamente de uma maneira diferente da prostituição na sua atual configuração e, ainda que houvessem vozes que desabonassem tal prática naquela época, elas tinham origem no sistema patriarcal que estava se estabelecendo.

Eisler (1996, apud ZOLIN, 2003) acredita que por volta do terceiro milênio antes de Cristo as “relações de parceria” entre homens e mulheres foram continuamente se transformando até o ponto de sociedades matrilineares se tornarem patrilineares. Por exemplo, no século V a.C., embora a democracia ateniense vivesse um momento de esplendor e a cultura grega florescesse, as mulheres dessa sociedade viviam recatadas dentro de seus lares. De acordo com Roberts (1998), as esposas gregas eram educadas para saber sobre culinária, costura e cuidados com a casa, sendo vetado qualquer conhecimento intelectual. Elas também eram responsáveis pela procriação e criação de filhos legítimos para seus maridos. As mulheres que tinham o direito de estudar e de circular livremente eram, em sua maioria, prostitutas, entendidas naquela época como mulheres que comercializavam o prazer sexual. Retomando o enunciado (presente na camiseta) apresentado no começo deste trabalho, as mulheres que iam aonde quisessem, ou seja, que tinham liberdade de ir e vir na Grécia, eram as prostitutas, não as esposas e mães.

De acordo com Andrade (2003, p.115) as “mulheres tinham nas mãos a organização de uma “casa”, a administração dela, o cuidado dos filhos, tudo em

conformidade com as “lições” recebidas do marido, com a ordem dos deuses, do nomós³⁷ e da phúsis³⁸”. É incrível que passados tantos séculos desde a antiga Grécia ainda fosse possível escutar o eco de tais dizeres circulando na classe média brasileira no início do século XX: a esposa, rainha do lar e mãe exemplar.

Hofstede (1996:101) comenta que em diversas sociedades (sejam modernas ou tradicionais), é comum a divisão dos papéis sociais segundo o sexo:

Os homens devem estar ligados a atividades exteriores ao lar: à caça e à guerra nas sociedades tradicionais e o equivalente, traduzido em termos econômicos nas nossas sociedades modernas. Resumindo, os homens devem ser firmes, competitivos e duros. As mulheres devem tratar do lar e das crianças, dos outros e em geral: devem adotar os papéis “ternos”. A origem desta distribuição não é difícil de imaginar: as mulheres davam à luz suas crianças, alimentavam-nas e eram portanto obrigadas a permanecer perto delas durante algum tempo. Os homens tinham mais liberdade de movimento, sempre que não tinham de proteger as mulheres e os filhos de ataques exteriores.

Demóstenes (apud MINER, 2003, p.19) deixa claro como eram marcadas as diferenças entre as mulheres da sociedade grega ao recomendar aos homens que “*have courtesans (hetairai) for pleasure, and concubines (pallakai) for the daily service of our bodies, [and] wives (gunaikes) for the reproduction of legitimate offspring and to have a reliable guardian of our household properties*”.

Novamente encontramos essa mesma fala ocorrendo nas primeiras décadas do século XX, com os homens dividindo as mulheres em duas classes: as de casar e as de se divertir.

Roberts (1998) comenta que a situação das mulheres atenienses era tão repressora que mães chegavam a aconselhar suas filhas a se tornarem *hetairae* (como exemplo há o diálogo escrito por Luciano³⁹ entre Crobil, uma viúva e sua filha virgem Cotina).

37 Leis dos homens

38 Leis naturais

39 Escritor clássico

Hetairae era um dentre os diversos tipos de prostitutas⁴⁰ existentes na Grécia (ROBERTS, 1998; RINGDAL, 2004):

- *deikteriades*: escravas que trabalhavam nos bordéis do Estado, sendo geralmente cativas de guerras. Não tinham muitos direitos e viviam em um regime quase prisional;
- *hieroduli*: embora não fossem sacerdotisas, por serem criadas da deusa Afrodite⁴¹ e por trabalharem em templos, elas tinham um “ar de sacralidade” e costumavam receber presentes e oferendas;
- *hetairae*: prostitutas da elite da antiga Grécia, eram conhecidas por sua beleza, habilidade sexual e intelectual;
- *auletrides*: dançarinas-musicistas-prostitutas, elas eram geralmente escravas capturadas em outras regiões da Ásia Menor. Costumavam dançar ritmos do Oriente Médio e tocavam flautas, tambores e címbalos⁴².

Observamos, portanto, que existiam tipos diferentes de mulheres que comercializavam o prazer sexual na Grécia, e que sua denominação envolvia a questão da liberdade (escravas x livres) e o seu nível social (criadas do templo e mulheres da elite). As *hetairae*, por exemplo, eram amantes e “musas” de grandes poetas, artistas e estadistas gregos. Essas prostitutas eram autônomas (ou seja, não dependiam nem dos bordéis do Estado, nem dos templos) e eram educadas em um *gynaceum*, onde aprendiam como gerir seus negócios, se aperfeiçoavam nas práticas sexuais, estudavam artes, literatura, filosofia e retórica. Tanto as *hetairae* quanto as *deikteriades* comercializavam o prazer sexual, porém, devido à formação que as primeiras recebiam, e pelo fato de serem livres, elas eram significadas de uma forma diferente que as *deikteriades*.

O responsável pela criação dos bordéis dos Estados (anteriormente mencionado) que eram supridos pelas *deikteriades* foi Sólon, que além de ser um famoso

40 E de prostitutos também, mas neste trabalho abordaremos apenas a prostituição feminina adulta.

41 Afrodite tinha várias facetas e templos, como o de Atenas (dedicado a Afrodite, a cortesã) ou em Abidos (dedicado a Afrodite, a prostituta)

42 Instrumento musical parecido com as castanholas, porém feito de latão ou ferro forjado, e com um formato diferente.

legislador grego, é considerado o patrono da indústria sexual na Grécia (pois ao perceber o potencial de lucros pela exploração do mercado sexual não tardou em fazê-lo). Veremos adiante que algumas das posturas de Sólon serão adotadas por legisladores e imperadores romanos, com o sexo sendo tratado como um negócio passível de taxações e impostos. Chauvin (1987, p.22), ao pensar nas mudanças sociais do período greco-romano, principalmente o comportamento sexual, comenta que:

De Sólon a Justiniano, acentua-se o movimento em direção a uma sociedade patriarcal onde o homem tem direito de vida e morte sobre a mulher e os filhos, sobretudo se forem filhas. Ao longo desses dez séculos, a poligamia regride em proveito a uma monogamia hierarquizada, onde a pior das infrações é o adultério ou a infidelidade da mulher. Tal é a herança greco-romana.

Ao se falar em era romana temos, muitas vezes, a falsa idéia de um todo, quando, na verdade, Roma se aproxima muito mais de um caleidoscópio em movimento de tempos em tempos. Ao abordarmos a questão da prostituição é importante ressaltar que sua existência causou impactos diferentes nos três períodos em que normalmente a história de Roma é dividida: Monarquia (VIII a VI a.C.), República (VI a I a.C.) e Império (27 a.C. A 476 d.C.). Enquanto a Roma republicana foi patriarcal e moralista, o Império Romano ficou conhecido por sua mistura racial e religiosa, por suas orgias sexuais e pelo seu “circo”.

Ringdal (2004) comenta que as mulheres da Roma imperial vivenciavam uma liberdade muito maior do que as mulheres gregas, pois:

wives and daughters moved around freely, were educated, and dressed elegantly. Some women participated in political life, particularly if their husbands were at war or administering subjugated territories (...) In temples consecrated to Venus, the roman goodness of love, the normal rules were suspended: Matrons could be promiscuous and obtain counsel from the priestesses on love techniques. One might meet male or female prostitutes at the same place, since Venus and Adonis were in close alliance (...) Divorce was not uncommon (RINGDAL, 2004, p.86-7).

Porém, as prostitutas não podiam entrar no templo de Juno, pois esse era

dedicado à esposa e à família, assim como no templo de Vesta, onde viviam as sacerdotisas virgens que guardavam o fogo sagrado de Roma. Essa proibição é interessante, pois ela aponta uma divisão entre família (templo de Juno) e a mulher prostituída. Como citado acima, Vênus era a deusa protetora das prostitutas e, de acordo com Walker (1983, p.1043 apud ROBERTS, 1998, p.67) seus templos eram “escolas de instrução de técnicas sexuais, sob a tutela das *venerii* ou prostitutas-sacerdotisas”. Novamente vemos a denominação “prostituição sagrada” sendo usada para definir uma mulher cuja prática sexual ocorre dentro de um contexto religioso, porém fora do casamento.

Domitius Ulpianus⁴³ (apud CHAUVIN, 1987, p.11) definia a prostituição da seguinte forma “*palam, sine delectu, pecunia accepta*”⁴⁴ e, de acordo com Roberts (1998), ela era considerada uma profissão natural no império romano e sentimentos como vergonha não eram associados a essas mulheres. Dentre os argumentos usados para embasar sua afirmação, a autora apresenta uma série de nomes famosos da história romana e suas atitudes frente ao sexo e à prostituição. Uma das mulheres que tiveram destaque foi Messalina.

Ela saía para as ruas e a agitação romana para se vender, imitando as prostitutas profissionais. Diz a lenda que Messalina ainda estava insatisfeita depois que os bordéis fechavam, e às vezes tinha de ser fisicamente expulsa deles. Seu caso mais famoso foi contratar uma prostituta conhecida por seu apetite sexual e desafiá-la a competir com ela para ver quem satisfazia o maior número de homens em uma única noite. A imperatriz venceu (ROBERTS, 1998, p.60).

Messalina é uma personagem interessante, pois por ser rica e poderosa não tinha como desculpa a pobreza e a necessidade que a impelisse a se prostituir – um dos primeiros argumentos levantados como motivo da prostituição. Isso faz com que seus atos sejam resultado do seu desejo sexual. A sexualidade era vista com certa “naturalidade” no império romano, porém comportamentos considerados “exagerados”, como a competição supostamente proposta por Messalina, eram condenados. Se dermos uma olhada no **Dicionário Houaiss**, encontraremos a seguinte entrada:

43 juriconsulto clássico romano do século II d.C.

44 De acordo com o Prof. Paulo Vasconcellos, poderíamos traduzir como “pública, sem escolha, por dinheiro”

Messalina. *s.f.*

1. mulher de costumes dissolutos; libertina

2. *p.ext* meretriz Houaiss (2001, p.1904)

Vemos como ao entrar no dicionário, o termo ‘Messalina’ foi afetado pelo discurso religioso, pois nem é citado o fato dela ter sido uma imperatriz romana. Ela é significadora como ‘uma mulher de costumes dissolutos’, uma ‘libertina’, uma ‘prostituta’, e por isso ser chamada de ‘Messalina’ é uma ofensa.

Em Roma não existiam os bordéis oficiais do estado (como na Grécia), mas os lupanares. Os romanos também tinham um sistema de registro estatal das prostitutas das classes mais pobres. Essa atitude gerou a divisão das mulheres que exerciam a prostituição em duas categorias (Roberts, 1998; Ringdal, 2004):

- *meretrices*: prostitutas registradas, eram geralmente mulheres nascidas livres e em Roma. Elas tinham que usar uma *toga* masculina (em vez da *stola* feminina) e eram proibidas de usar a cor púrpura, sandálias, tecidos com estampas floridas, além de não poderem fazer os mesmos penteados que as mulheres casadas;
- *prostibulae* (ou *famosae*): prostitutas não registradas, eram mulheres de “boas famílias” e podiam ir aos bordéis por diversão ou para ganhar um dinheiro extra. Elas eram desdenhadas pelas *meretrices*.

No intuito de se destacarem (ou como forma de protesto contra as restrições sobre as suas indumentárias), muitas prostitutas pintavam os cabelos de amarelo ou vermelho, usavam maquiagem, e se vestiam com seda.

As prostitutas das classes mais baixas se subdividiam em tipos, dependendo de como e onde exercessem a prostituição (Roberts, 1998; Ringdal, 2004):

- *dorides*: prostitutas que ficavam nuas nas soleiras de suas casas;
- *lupae*: mulheres que atraíam os seus clientes imitando os uivos dos lobos;

- *aelicariae*: mulheres que vendiam bolinhos confeitados no formato da genitália tanto masculina quanto feminina;
- *bustuariae*: mulheres que usavam túmulos em cemitérios para a prática da prostituição. Também desempenhavam o papel de “carpideiras de funeral”⁴⁵;
- *scorta errática*: prostitutas de rua;
- *blitidae*: mulheres que se prostituíam em tavernas;
- *copae*: mulheres que além de se prostituírem eram garçonetes;
- *gallinae*: prostitutas que praticavam furtos;
- *fellatrix*: prostituta especializada em felação;
- *forariae*: mulheres do campo que se prostituíam em estradas rurais ou fora da cidade;
- *diabolaes*: prostitutas que cobravam dois *obols*⁴⁶;
- *quadrantariae*: mulheres que cobravam menos que as diabolaes.

As duas últimas são representantes das posições mais inferiores na hierarquia das prostitutas romanas de classe baixa.

O teatro era também um local de circulação das prostitutas, onde elas entretinham seus clientes nos *fornices*⁴⁷ (arcadas sob os teatros, circos etc.). Muitas prostitutas trabalhavam também como atrizes, sendo Teodora um exemplo de atriz-prostituta, que depois ascendeu socialmente e se tornou esposa do imperador bizantino Justiniano⁴⁸, no século VI d.C. Além de atrizes, existiam as dançarinas-prostitutas (pois nem todas as dançarinas se prostituíam), que lembram as *auletrides* gregas. A associação entre as artes (dança, canto e interpretação) e a prostituição (bem marcada na Roma imperial) foi uma relação apenas recentemente diluída⁴⁹.

45 De acordo com Houaiss (2001, p. 632) “mulher mercenária que pranteava os mortos durante os funerais”.

46 Unidade de peso e uma pequena moeda de prata igual a 1/6 drachma

47 Origem da palavra “fornicar.”

48 Justiniano fez com que seu tio Justino – na época imperador – revogasse uma lei que proibia o casamento entre senadores e prostitutas.

49 Um breve olhar no depoimento de cantoras, atrizes e dançarinas brasileiras com mais de setenta anos exemplifica bem os preconceitos por elas sofridos no início de carreira e como hoje isso não ocorre mais com tanta frequência

Além da aproximação com as artes, a prostituição ainda guardava certos laços com a religiosidade denominada, *a posteriori*, de pagã:

The Roman Empire provided prostitution with a new, partly foreign religious framework. Over the course of the centuries, Rome became marked more and more by deity worship and religious exercises of Eastern origin. One entered the Roman temples to pray to the Greek Demeter, the Phrygian Cibebe, the Egyptian Isis, or Astarte from Carthage. They would all come to be worshiped under the collective identity of Magna Mater, who allowed her priestesses to prostitute themselves. New orgiastic rites developed wherein prostitution was integral to the cult (RINGDAL, 2004, p.96)

Como comentado anteriormente, embora não existissem bordéis estatais, logo os governantes romanos perceberam o potencial financeiro da prostituição. Calígula, que seguiu o exemplo de Sólon, criou taxas e impostos sobre a prostituição, o que lhe garantiu muitos dividendos. Desde então o estado romano lucrou em cima dessa atividade, até mesmo quando Constantino (313 d.C.-337 d.C.), o primeiro imperador cristão, assumiu o poder.

2.2 “o mel dos lábios da prostituta tornar-se-á amargo como absinto; a mulher sedutora é o caminho mais curto e seguro para ir diretamente para o inferno” (Provérbios 5-7)

Le Goff (1991) ao abordar as mudanças das práticas sexuais no Ocidente afirma que:

Depois que um período antigo greco-latino – em que a sexualidade e o prazer carnal são valores positivos e em que reina uma grande liberdade sexual – entra em cena uma condenação geral da sexualidade e uma estrita regulamentação do seu exercício. O principal agente desta reviravolta é o cristianismo (idem, p.191)

A instalação do cristianismo no coração de Roma abalaria os sentimentos até

então nutridos acerca da prostituição. Fisher (1980, p. 379 apud ROBERTS, 1998, p.80) comenta que:

o cristianismo assumiu a desconfiança dos judeus em relação às mulheres e acrescentou suas próprias repressões, em uma interpretação muito rígida dos costumes dos hebreus. Foi significativo o fato da idealização da castidade ter sido transformada em uma aversão pelo corpo e por uma severa condenação dos atos sexuais

Pereira (1996), em sua análise da discursividade da Igreja Católica sobre a sexualidade, afirma que o disciplinamento moral imposto pela Igreja (nascido e consolidado no assujeitamento religioso) não permitia discordantes. Segundo ele

a moralidade sexual transformou-se na ciência especializada dos peritos celibatários. A elaboração de uma causística sexual tão pormenorizada e abstrusa que, além de ter determinados práticas com consequências comportamentais desastrosas – sobretudo para as mulheres -, esbarrou muitas vezes numa retórica non-sense (idem, p.55).

Alguns estudiosos, porém, apontam que o início das perseguições às meretrizes remonta aos Hebreus. Esse povo reprimia qualquer manifestação de sexualidade feminina fora do casamento, encarando-a como promiscuidade e devassidão, exemplificada no rebaixamento dos hábitos de adoração dos cananeus, que eram severamente punidos entre os israelitas:

Essas ‘abominações’ incluíam não só a feitura de ídolos (e o ardor orgiástico com o qual se adoravam esses ídolos), mas também o tentador (e, portanto, severamente proibido) rito de coito com prostitutas sagradas como parte da adoração de certas deusas. (KIRSCH, 1998, p.142)

Zolin (2003, p.43) comenta que o poder do homem foi gradativamente ganhando força e destaque, tanto na vida cotidiana quanto no universo mítico (o deus cristão é “ele”, não “ela”). Há uma “sacralização das novas relações sociais, políticas e econômicas, de modo que a transgressão delas implique culpa e pecado”. A mulher passa a

ser vista como um ser ou fraco ou maléfico e, sendo uma ou outra, sua submissão é vantajosa para todos.

Kirsch (1988) – a partir dos seus estudos bíblicos - concluiu que a comercialização do prazer sexual era algo comum na antiga Israel, porém altamente condenável entre as mulheres israelitas: os sacerdotes eram proibidos de se casarem com prostitutas e a punição para a filha de um sacerdote que se prostituísse era morrer queimada em uma fogueira.

De acordo com Pilosu (1995, p. 75):

A personagem da prostituta aparece freqüentemente no Antigo Testamento, desde Tamar que se veste de prostituta para melhor atrair Judá (seu sogro) (Gênesis 38, 15-16) até o episódio de Raab, a prostituta de Jericó que salva os enviados de Israel (Josué 2). Estas pecadoras são frequentemente consideradas (à exceção de Tamar e Raab) como modelo da mulher sedutora e devoradora de homens, que representa um perigo real

Dessa forma, no imaginário judeu a prostituta é associada ao paganismo, ao perigo e à destruição. O cristianismo foi herdeiro dessa visão, dando continuidade ao estigma que foi se constituindo em volta da mulher que se prostitui. Em ambas as religiões o corpo feminino materializa a inferioridade da mulher (feita da costela de Adão), é ferramenta de forças demoníacos, é convite ao pecado e é também o alvo principal das punições e castigos. A prostituta era a versão mais letal da mulher.

Porém, o termo ‘prostituta’ era usado no Antigo (e depois no Novo) Testamento de maneira ampla e irrestrita, incluindo prostitutas comuns, as chamadas “prostitutas sagradas”, as mulheres adúlteras e todas aquelas que praticavam sexo antes do casamento, ou estavam sob suspeita, em virtude de seus atos. Para alguns autores (Kisch, 1998 e Roberts, 1998), essa indefinição do termo pode ser de ordem política - pois, assim, se impunha um controle extensivo ao comportamento das mulheres e a forma como elas se relacionavam com os seus próprios corpos. Há referências a castigos a mulheres sob suspeita de não serem mais virgens, bem como àquelas que traíram o leito de seus maridos. De acordo com Zolin (2003, p.39-40)

o corpo feminino transformou-se em propriedade particular do homem. Criaram-se leis para regular as atitudes e o comportamento da mulher. Das religiões do Oriente Médio (Judaísmo, Islamismo e Cristianismo) derivaram códigos morais e, depois, legais, que prevêm o controle da mulher, de seu corpo, de suas ações etc.

Outra personagem importante na concepção da mulher na era cristã será Eva:

O principal papel que a Mulher (Eva) tem no Antigo Testamento é o de *instrumentum diaboli*, um instrumento que causa perdição do gênero humano, resgatado depois pela descida do Salvador. O *motif* da tentação da carne personificada por uma representante do sexo feminino aparece desde as primeiras páginas do Gênesis e constituirá o próprio núcleo da religião mosaica, de maneira que o *topos* da mulher enquanto instrumento diabólico será uma componente sempre presente na religião judaica e, depois, na cristã. (PILOSU, 1995, p.29)

Zolin (2003) cita os estudos de Muraro (1997) que apontam o **Gênese** como o texto básico do patriarcado, pois a mulher é criada a partir do homem e sua criação visou atender às necessidades de Adão, colocando-a, dessa forma, submissa a ele. Ao mesmo tempo submissa (por ter sido criada a partir de um pedaço do homem) e demoníaca (por sua natureza subversiva e desobediente), o imaginário da constituição da mulher é baseado em forças opostas, como comenta Corbin (1991, p.519):

Marcada pelo sinete da antiga aliança com o demônio, a filha de Eva a cada instante corre o risco de precipitar-se no pecado; sua própria natureza reclama o exorcismo. A mulher, próxima do mundo orgânico, beneficia-se de um íntimo conhecimento da vida e da morte. Ela, que tende a identificar-se com a natureza, vive sob a permanente ameaça de forças telúricas cuja existência se manifesta nos excessos da ninfomania e da histeria. Quando essas lavas incandescentes conseguem escapar sem controle, o sexo frágil rompe grilhões, insaciável em seus amores, fanático em suas crenças, assustador como o louco em sua gesticulação.

A associação entre a mulher prostituída e as forças da natureza pode ser vista, por exemplo, na vasta denominação animal usada para significá-la: andorinha, boi, cação,

cadela, égua, loba, mariposa, peruca, piranha, vaca e etc. Alguns desses animais também são associados às forças demoníacas ou das trevas, como o cão (usa-se a palavra cão quando não se quer falar a palavra “diabo”) e lobo (animal noturno, geralmente simboliza as forças das trevas).

Porém, após a vinda do Messias (Jesus Cristo), no período inicial da religião cristã, as mulheres desempenhavam papéis semelhantes aos dos homens em congregações democráticas da Igreja. De acordo com Roberts (1998) foi São Paulo que transformou o cristianismo em uma estrutura hierárquica masculina, pois ele iniciou o processo de exclusão das mulheres, seres considerados “naturalmente” inferiores, criados a partir do homem. Para Chauvin (1987, p. 50), “a pregação dos Padres da igreja retomou toda uma corrente de moralidade inaugurada pelos estóicos e judeus que foram, desde o 1º século, os grandes defensores da monogamia”.

A partir de então, os primeiros séculos da religião cristã foram marcados pelo desenvolvimento de um novo “topos da tentação encarnada numa personagem feminina, que, uma vez, será apenas uma visão pecaminosa e, outras, um verdadeiro demônio, isto é, uma mulher de carne e osso” (PILOSU, 1995, p. 32). Essa visão da mulher, formada nos primeiros séculos da era cristã, irá afetar até hoje alguns sentidos sobre ela.

Siqueira (2003) salienta que se observarmos o período inicial de formação da Igreja cristã primitiva veremos uma preocupação a respeito da consolidação doutrinária e teológica adotada por tal instituição, além da classificação objetiva do que era ou não considerado cristão. Essas preocupações fizeram surgir o que hoje denominamos “filosofia cristã” e que na época buscava “adaptar” o pensamento greco-romano à nova proposta do homem ideal concebido dentro de uma vida cristã. Dentre aqueles que se destacaram na produção de textos-guias estão Tertuliano (155-222), Jerônimo⁵⁰ (347-419?) Agostinho (354-430)⁵¹ e:

Para Tertuliano, as mulheres devem ser castigadas por serem tentadoras e perversas, um perigo eterno para a humanidade;

50 Traduziu a Bíblia para o Latim (chamada de **Vulgata**, em 384). Jerônimo é o padroeiro dos bibliotecários e dos tradutores.

51 Considerado por muito exímio filósofo, teve papel atuante na elaboração da filosofia cristã.

Jerônimo, em suas cartas, sempre demonstra antipatia pelas mulheres; e Agostinho compara a mulher a Eva, a tentadora. Sua única função é dar à luz, o que transmite o contágio do pecado original para a geração seguinte, como uma doença venérea (ARMSTRONG, 1994, p. 132, apud SIQUEIRA, 2003, p. 386).

Agostinho tinha uma postura ambivalente frente ao papel da mulher que se prostitui. Se por um lado era um ser de tentação e perdição, por outro era necessária pois dizia: “*Retirai as prostitutas ao gênero humano e tudo será subvertido pela paixão da luxúria*” (apud PILOSU, 1995, p.76).

Chauvin (1987) explica que muitos fazem uma leitura errônea da obra de Santo Agostinho, pois a tomam como uma unidade, quando, na verdade, ela é marcada por dois momentos bem distintos: um que antecede a sua conversão e o outro após o seu batismo como cristão. A sua conversão teve um profundo impacto em sua visão de mundo e o trecho citado por Pilosu (1995) consta do *De ordine* (ano 386 d.C), que foi escrito pouco antes da conversão de Santo Agostinho.

Porém, o efeito que ficou, como Roberts (1998, p.85) observa, era que “a prostituta era encarada como uma espécie de dreno, existindo para eliminar o efluente sexual que impedia os homens de se elevar ao nível do seu Deus”. Essa mesma visão é comentada por Pilosu (1995): as prostitutas representavam um meio de “canalizar” as energias sexuais dos homens e tal “canalização” evitaria que as mulheres consideradas honestas, as virgens, as viúvas ou as casadas fossem alvo do furor sexual masculino. Encontraremos esses mesmos dizeres cerca de catorze séculos mais tarde na fala de médicos e juristas que debatiam que destino dar à prostituição – que tinha a função de dar vazão aos desejos masculinos - em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com Catonné (2001), o cristianismo foi um evento tão marcante na forma como o homem passou a estruturar questões envolvendo a sexualidade e a moral que o autor qualifica a religião cristã como a “doença fobo-obsessiva da sexualidade⁵²”. Ainda segundo o autor:

Em oposição à Antiguidade, esta religião [o cristianismo], desde os

52 Sua afirmação é baseada em Freud, que dizia que toda religião era uma universalização da neurose obsessiva.

seus primórdios, operou um corte que rejeita o erótico e o localiza do lado do profano e enterra toda volúpia no mal. A sexualidade torna-se, então, o lugar de eleição do pecado, o estigma do delito e o símbolo da desonra (CANTONNÉ, 2001, p. 24-5)

2.3 A Idade do mal-necessário

É pior profanar um matrimônio alheio do que deitar-se com uma prostituta – Ivo de Chartres (1040-1116)

O período denominado Idade Média compreende um espaço temporal muito amplo (do século V ao XV) e por isso algumas considerações precisam ser feitas a fim de evitar a compreensão errônea de que durante 1.000 anos a imagem da prostituta foi algo homogêneo e imutável não apenas temporal e espacialmente, mas discursivamente também. Roberts (1998, p.124) comenta que:

Os historiadores do período medieval estão muito divididos em relação à questão da prostituição dentro daquela sociedade. Alguns escritores declaram ou sugerem que as prostitutas não eram de modo algum discriminadas, enquanto outros dão a impressão de que a prostituição foi ilegal durante toda a Idade Média.

No começo da Idade Média⁵³, acreditava-se que o diabo se transformava em mulher tendo como objetivo fazer com que homens santos ou membros da Igreja cometessem o pecado da carne - um relato muito famoso que na época narrava as tentativas do diabo é a *Vita Antonii* (Vida de Santo Antônio). Com o tempo, porém, o diabo para de se transformar em mulher e acaba por usar mulheres de verdade como instrumento para alcançar seu intento, ou seja, a perdição dos homens considerados puros. Outra vez há um deslocamento e a mulher deixa de ser um fantoche ou possuída pelo demônio e suas ações pecaminosas são atribuídas a sua natureza má (PILOSU, 1995). Por isso, de certa forma, para os estudiosos daquela época não é uma surpresa que uma mulher se torne uma prostituta. Roberts (1998, p.97) comenta que a postura com relação à mulher nesse

53 Também chamada de Alta Idade Média, vai do século V ao século X.

momento da Idade Média a deixava em um beco sem saída:

não havia absolutamente nenhum modo de uma mulher conseguir vencer o jogo fraudulento do cristianismo medieval. Embora fosse requerido que ela fosse perfeita, os teólogos a citavam como naturalmente pecadora, luxuriosa e desprovida das faculdades intelectuais e espirituais que elevavam os homens ao status semidivino.

Além disso, a sexualidade no geral era vista como algo ruim e:

Só a eles [os laicos] é consentido o acto sexual, o primeiro mal necessário. Mas também aqui deve reinar uma ordem: a do matrimónio cristão, cada vez mais submetido ao controlo do clero, para o qual, vistas as suspeitas que recaem sobre o sexo, representa o segundo mal necessário. É um travão à concupiscência? É melhor casar-se do que arder (de desejo), repete-se segundo S.Paulo. Mas este matrimónio apresenta indubitavelmente demasiadas limitações: é monogâmico, depende de uma definição de incesto cada vez mais restritiva e, por fim, não consegue satisfazer todos os jovens que ardem de desejo e que não têm idade nem meios para constituir família. Daqui vem o terceiro mal necessário: a prostituição (SCHMITT, 1995, p.13).

Roberts (1998) observa que, primeiramente, as autoridades adotaram várias atitudes que visavam desmotivar o exercício da prostituição (como proibir as prostitutas de trabalhar na cidade). Porém elas sempre encontravam uma forma de continuar com o seu ofício (como instalar suas casas e bordéis próximos dos portões das vilas e cidades). Por fim as autoridades repensaram a situação e deixaram as prostitutas trabalharem dentro do perímetro urbano, desde que elas seguissem algumas normas e respeitassem certas restrições.

De acordo com Haroche (1992), até o século X a influência da Igreja era muito forte no mundo ocidental e o seu poder produziu o que a autora denominou “sujeito religioso”. Subordinado à Santa Escritura e aos misteriosos dogmas, o sujeito religioso era submisso à ideologia da Igreja Católica e os ritos e práticas de tal instituição direcionavam sua vida. Esse poder que a Igreja exercia vai começar a decrescer a partir da Baixa Idade

Média. Esse período foi marcado por mudanças drásticas e contraditórias: houve momentos de fartura, com a população crescendo e as colheitas melhorando; em outro os europeus enfrentaram a Grande Fome (1315-7), a Peste Negra (1347-1350) e a Guerra dos Cem anos. As relações sociais também estavam em transformação, como a interação que se fragmentava entre o senhor feudal e seus vassalos e o surgimento dos burgueses.

Com relação ao sexo e à prostituição esse período também foi complexo. Ringdal (2004) comenta o duplo tratamento dado pela sociedade da época às prostitutas: em tempos de paz, elas eram tratadas normalmente, mas essa postura mudava em tempos de crise, como depois de uma safra ruim ou aumento da taxa de mortalidade: *The harlots might be seen with entirely different eyes, going from whores with hearts of gold to scapegoats for all misfortune*⁵⁴ (idem, p. 148). No ano de 1198 o papa Inocêncio III autoriza o casamento de prostitutas arrependidas e inicia uma campanha buscando casar as “mulheres perdidas recém-arrependidas”. Como incentivo a tal matrimônio, o papa promete a remissão dos pecados dos homens que se casarem com ex-prostitutas (PILOSU, 1995; RINGDAL, 2004).

Rossiaud (1991) comenta que a partir do momento em que um certo conjunto ideológico e moral⁵⁵ materializou-se, os estudiosos da prostituição puderam considerar que a fornicação simples com prostitutas públicas não era um pecado tão grave assim, pois não “causava nenhuma consequência grave em matéria espiritual”.

A prostituição é ordenada pelo bem comum: necessidade social; nenhuma necessidade de fomentar o mal, pois as mulheres são, sabe-se muito bem, fornicadoras, luxuriosas, insaciáveis por natureza. Elas se vendem ou se oferecem; mesmo forçadas devem ser consideradas culpadas; vítimas do rapto ou do estupro (São Tomás e depois Jacques de Vitry o assinalam), elas se inclinam à devassidão e são ainda mais pecadoras quanto tem orgulho da sua beleza (ROSSIAUD, 1991, p.79).

54 “As prostitutas podem ser vistas com olhos totalmente diferentes, indo de meretrizes com corações de ouro a bodes expiatórios para toda a desgraça”

55 Os teólogos e os canonistas distinguem mais nitidamente que antes os pecados espirituais e os pecados carnavais, os primeiros mais graves do que os segundos por estarem situados no espírito, por não procederem da concupiscência e por ofenderem mais gravemente a Deus. Os partidários da ortodoxia admitem que é muito difícil resistir aos poderes naturais. Quanto aos “naturalistas”, proíbem toda resistência. (...) A revalorização da natureza, e, portanto da carne, traduzia uma desvalorização relativa da castidade: hipocrisia, diziam os “naturalistas” (...) (Rossiaud, 1991, p.72)

A imagem de Eva e suas filhas é presente nos discursos sobre as mulheres e sua natureza “demoníaca”. São Tomás de Aquino (século XIII) afirmava que a prostituição nas cidades era como a fossa no palácio: se ela fosse tirada o palácio se tornaria um lugar sujo e mal-cheiroso (apud Roberts, 1998). Essa associação entre esperma e esgoto também será visível no século XVIII, como assinala Corbin (1987, p. 65) ao citar Restif (1769): “uma prática excessiva de coito provoca um verdadeiro derrame espermático nos humores da mulher, apodrece os liquores e engendra um fedor insuportável. É por isso que as prostitutas são chamadas de putas”. Restif (idem) atribui a seguinte etimologia à palavra puta – ela derivaria do latim *putida*, ou seja, fedorenta.

São Tomás estabelecia uma relação entre prostituição e esgoto e tal relação foi adotada por outros estudiosos, como Ptolomeu de Lucca⁵⁶, que escreveu *De regimine Principum* (entre 1301 e 1305) vulgarizando a idéia do mal menor a partir tanto de Aristóteles quanto de Santo Agostinho. Chauvin (1987) explica que de Lucca adotou o pensamento aristotélico sobre o comportamento do soldado: antes ele se interessasse por uma mulher “devassa” do que por seus companheiros de batalha, ou seja, a homossexualidade era significada como algo pior do que a prostituição.

Essa mentalidade de “um mal ser menor do que outro” foi profundamente arraigada nos ensinamentos da Igreja, fenômeno esse que auxiliou o surgimento das *prostibula publica*. De acordo com Ringdal (2004), na Baixa Idade Média as *prostibula publica* existiam em praticamente toda a Europa, de Nápoles a Londres, incluindo, por exemplo, Nuremberg e Leipzig. Algumas cidades italianas, como Bolonha e Veneza, começaram a organizar suas zonas do meretrício no início da década de 1260. Roberts (1998) afirma que a criação do “bordel municipal” também proporcionou um tipo de “respeitabilidade oficial” ao comércio do sexo, por exemplo, na França do final do século XIV, as prostitutas reconquistaram seus direitos legais, tais como testemunhar no tribunal, assinar contratos e ter um testamento.

Essa postura fez com que a prostituição fosse “normatizada”:

In theory, no girl should enter into relations with men from her

56 Ptolomeu de Lucca (1236-1326), dominicano, também aluno de Tomás de Aquino

home area, or with boys under the age of sixteen. Jews and Muslims, of course, could not be allowed to sleep with Christians prostitutes; the girls had clear instructions to withdraw if they discovered a circumcised client. The madam also made sure that the girls did not allow anal sex or intense kissing though it was very unusual for anyone to offer her body in any way but the most orthodox. Oral sex was considered unclean, and anal sex was a great sin. The preferred position in all brothels was vaginal penetration, with the woman lying on her back and the man on top. The doctrine of the Church Fathers decreed that this was the only position acceptable to God, whether in the whorehouse or the marriage bed. The local abbess made sure that the rules were followed. (RINGDAL, 2004, p.144)

Uma maior presença de normas e leis laicas regendo o que antes era campo de debate religioso é um dos indícios da transição do sujeito religioso para o que Haroche (1992) denominou “sujeito-de-direito”. A autora observa que entre os séculos X e XVIII há um enfraquecimento do poder religioso frente ao poder do Estado. Isso permite o nascimento de uma política da subjetividade (LAGAZZI, 1988). O sujeito-de-direito é um sujeito de direitos e deveres, responsável por suas ações. Tais direitos e deveres serão estabelecidos cada vez mais por normas e leis redigidas pelo poder laico. Roberts (1998) assinala que, durante o século XII, há uma tendência em confinar e regulamentar a prostituição nos principais centros urbanos europeus. O argumento geralmente usado pelas autoridades municipais como desculpa para realizar o confinamento das prostitutas em guetos era a má influência que tais mulheres poderiam exercer sobre as esposas burguesas, posicionamento esse que reforçava a divisão das mulheres em “honradas” e “perdidas”.

Em seu livro **Manual de Confessores**, datado do século XII, Tomás de Chobham dedicou quatro capítulos à questão das prostitutas e dos seus direitos. Ele declarou que as mulheres não eram diferentes de outros comerciantes e trabalhadores e realizavam uma forma de trabalho alugando seus corpos. Tal atividade era um comércio legítimo pelos padrões da justiça secular, e não havia nada de errado no fato de que as mulheres prostituídas recebessem um valor adequado pelo seu serviço. Só haveria um porém no exercício dessa atividade: se a prostituta tivesse prazer durante a relação sexual, ela deveria abrir mão do seu pagamento, pois, de acordo com Chobham, ele não seria mais

considerado um ato de trabalho.

A posição de Chobham é um bom exemplo do atravessamento do jurídico pelo religioso, pois alugar o seu corpo/força de trabalho não era errado. O pecado estava em sentir prazer em fornicar. A escrita de Chobham também nos remete ao conceito que os católicos têm do trabalho - uma forma de punição devido à desobediência primeira. Por não terem obedecido a Deus, Adão e Eva foram expulsos do Paraíso (onde tinham tudo que precisavam sem esforço), e, desde então, precisaram trabalhar para se sustentarem. Dessa forma, no universo católico, trabalho e prazer não caminham juntos.

Tanto as autoridades civis quanto as eclesiásticas do final da Idade Média não consideravam a relação entre um jovem solteiro e uma prostituta uma grande ofensa moral (RINGDAL, 2004, p.145). Isso se deve em grande parte ao Grande Conselho de Veneza que ratificou um decreto em 1358 declarando que a prostituição era indispensável para o mundo. Por volta de 1400 a organização da prostituição em bordéis era predominante em metade da Europa.

Ao final da Idade Média, as prostitutas haviam conquistado um certo espaço na estrutura social que se transformava. Um exemplo é a formação de um tipo de guilda por cerca de 4.000 prostitutas em Paris (no século XV), que recebeu doações reais de uma bandeira, um tambor e uma banda de pífaros próprios (ROBERTS, 1998).

Ainda que em alguns lugares da Europa e em alguns momentos da Idade Média a prostituição tenha se desenvolvido em relativa harmonia com a comunidade na qual estavam inseridas, essa não era uma regra geral. Chauvin (1987) comenta que Luís IX (futuro São Luís), em 1254, declamou como “os autores de injustiça e infâmia” as seguintes pessoas: os judeus, os jogadores de dados e xadrez, os freqüentadores de tabernas, as prostitutas e seus protetores. Ele também ordenou que fossem as prostitutas expulsas das comunidades e que seus bens fossem tomados pelas autoridades locais. Em Avignon, uma norma da cidade de 1441 ressaltava que as prostitutas que fossem registradas eram “duty-bound to buy any goods that she had fingered in the market”⁵⁷ (RINGDAL, 2004, p.146).

Em muitas cidades medievais as prostitutas não tinham nenhum direito legal, não podendo herdar propriedades, nem testemunhar em processos, inclusive se ela fosse

57 “Era seu dever comprar qualquer mercadoria que ela tivesse tocado com seus dedos no mercado/feira”

vítima de violência:

Having sex with a prostitute against her will was considered almost legal, according to the statues of civil and Church authorities⁵⁸, and it was not really a criminal act to rape or gang-rape a prostitute (RINGDAL, 2004, p.149)

2.4 Civilização, “Sifilisação” e as (Re)Formas Religiosas

A modernidade e a sífilis marcam um novo período na história da humanidade. Em 1495, o Imperador Maximilian de Habsburgo editou um decreto explicando que a sífilis era causada pela imoralidade, sendo a prostituta particularmente responsável não só por essa doença, como também por outras DSTs (RINGDAL, 2004). Cabe notar que a declaração do imperador Maximilian é importante, pois ele ocupa a posição de um sujeito que tem poder: ele é um rei e suas declarações têm força de lei, pois já estão significadas pelo pré-construído que existia sobre a força e a peso da palavra de um monarca naquele tempo.

Além da sífilis, a Idade Moderna presenciou o nascimento das cortesãs⁵⁹ – graças ao confinamento que as esposas do Renascimento vivenciaram. De acordo com Roberts (1998, p.135):

Como as *hetairae* gregas anteriores, as *cortegiane* de Veneza, Florença e Milão eram beldades instruídas, influentes e talentosas que se especializaram em se reunir para satisfazer as necessidades sexuais e sociais dos homens que haviam excluído suas esposas da plena participação de duas vidas (...) Havia uma diferença crucial entre a beleza da renascença e a da hetaira, sua predecessora: na antiga Grécia, a prostituta da classe alta havia conservado vestígio do carisma religioso nos corações e mentes das pessoas; isto definitivamente não acontecia na Renascença italiana.

58 In the canonical registry of sins, rape was only a subsidiary form of whoredom, admittedly more violent in form, but viewed as no worse a sin (RINGDAL, 2004, p.149)

59 Uma das mais famosas cortesãs da época foi Veronica Franco. Amiga íntima do pintor Tintoretto, um beijo seu custaria a um criado veneziano a quantia de seis meses de salário.

Ringdal (2004, p. 183) salienta que os escritores da Renascença faziam clara distinção entre as prostitutas “comuns” e as cortesãs italianas, pois as últimas:

developed a unique *civilità puttanesca*, a high etiquette of whoring. The women had to be neat and clean, delicate, well dressed, cunning at the card table and board games, and proficient in arithmetic (...) A courtesan had to be able to speak several languages, recite poetry, and play at least two musical instruments, and preferably be a proficient singer. The most learned of them wrote and spoke Latin, and some also Greek.

Ghirardo (2001, p.402) ressalta que a circulação das mulheres que viviam a partir do comércio sexual era controlada em muitas cidades italianas, porém tal controle era mais rigoroso quanto aplicado sobre as mais pobres:

unless it was Saturday and she planned to go to the public market near the cathedral, legally she could not leave her *chiuso* (single room or small residence) at all. She was also prohibited from frequenting any of the city's inns or hostelries on pain of immediate expulsion. Nor could she or the women living in the other twenty-two *chiusi* elect to rent a room elsewhere, even at another inn, because Ferrar's law flatly forbade private citizens to rent rooms or apartments to prostitutes. (...) punishments as diverse as a fine, a public whipping, torture, being paraded partially nude through the streets and having people hit her while hurling insults and rotten food (*la scopa*), or being banished from the city. (...) a prostitute only violates the law if she evaded spatial controls or engaged in unruly behavior.

Se observarmos desde essa época até hoje, há uma diferenciação entre as prostitutas pobres e ricas. Enquanto as primeiras sofreram e sofrem, de maneira mais constante, as proibições e interdições, as ricas, embora não se encontrem fora do discurso estigmatizado sobre sua atividade, graças ao dinheiro conseguem circular com mais “liberdade”.

Se por um lado havia todo um controle espacial de circulação da prostituta, do outro um homem ou mulher que insultasse uma meretriz poderia ser punido, através do pagamento de uma multa de 100 ducados e a permanência de um mês na prisão (ROBERTS, 1998).

Se na região do Vêneto a prostituta tinha não só deveres, mas alguns direitos também, o mesmo não ocorria em outros pontos da Europa. Na França, em 1522, o jurista francês Tiraqueau definiu a “incapacidade” legal das mulheres (qualquer uma). Isso automaticamente impedia a mulher, por exemplo, de assinar um contrato ou de ser agente de qualquer ação dentro do sistema legal. Conforme Roberts (1998) assinala, devido à “imbecilidade” do sexo feminino, as mulheres foram consideradas irresponsáveis legalmente pela legislação criminal francesa. As prostitutas ficaram em uma situação complicada, pois caso fossem vítimas de violência (como o estupro), não poderiam testemunhar.

Mas não foi apenas a cortesã que a Renascença viu nascer. Novas formas de expressões religiosas estavam no horizonte. Como mencionado anteriormente, durante a Idade Média o grau de influência da Igreja católica era grande e o volume do seu patrimônio (terras, ouro e etc.) lhe proporcionava uma influência expressiva sobre as questões políticas e econômicas das instituições governamentais da época. Porém, fatos como a condenação da cobrança de juros sobre empréstimo (em uma sociedade burguesa que surgia); a venda de relíquias sagradas e indulgências, assim como a dificuldade de alguns religiosos em seguirem o voto de castidade começaram a minar a instituição que representava o cristianismo. Diversos foram os pensadores⁶⁰ que teceram severas críticas à Igreja.

As várias mudanças sociais e políticas que se sucederam com a passagem da Idade Média para a Moderna também afetaram a Igreja, e instituições religiosas que tinham uma diferente visão da doutrina cristã surgiram, tais como o Luteranismo, o Calvinismo e o Anglicanismo.

Para as mulheres, a Reforma foi mais um retrocesso. De acordo com Roberts (1998, p.141-2):

no cerne da nova imagem protestante do homem e da sociedade estava uma nova moralidade sexual – uma moralidade ao mesmo tempo mais pragmática e mais repressiva do que aquela da Igreja inicial. (...) o sexo procriativo, dentro dos limites do sagrado

60 Como exemplo temos Erasmo de Roterdã, Thomas Morus, John Wyclif e João Huss.

matrimônio, era assim abertamente santificado pelos reformadores protestantes; inversamente não havia espaço para a tolerância do sexo extra-conjugal que havia sido demonstrada pelos padres católicos medievais.

Os novos líderes religiosos pregavam a submissão da mulher ao seu esposo, destacando as virtudes do casamento e da maternidade e “qualquer manifestação do espírito independente da mulher deveria ser sufocada, e aquela da prostituta era particularmente vilipendiada” (idem, p.142). Na opinião do homem puritano, a mulher boa para se casar deveria ser “silenciosa, submissa, obediente ao marido, boa parideira, modesta, dessexualizada, não replicar as observações do marido e ser uma doméstica casada não remunerada” (idem, p.162).

Lutero criticava pontos nodais da doutrina católica, tendo, em 1517, censurado a venda de indulgências e outras práticas da Igreja. O papa Leão X, em 1520, escreveu uma epístola condenando a obra de Lutero, exigindo que o monge se retratasse, sob ameaça de excomunhão. Lutero fez exatamente o contrário, sendo declarado herege.

As bases da doutrina luterana estavam voltadas para a construção de uma sociedade 'purificada', obediente, temente a Deus e orientada para o trabalho e não eram muito simpáticas em relação às mulheres. Lutero pregava que a única função das mulheres era parir, e “se a mulher ficar esgotada e finalmente morrer de parto, não importa, deixe-a morrer de parto, ela está aí para isso” (ROBERTS, 1998, p.142). Se em sociedades matriarcais antigas a mulher era vista como um ser especial pelo fato de ter o poder de gerar uma vida, no Protestantismo essa mesma capacidade passa a significar a mulher de uma maneira inferiorizante. Ela não tem mais poder, torna-se apenas um receptáculo que servirá para gestar uma criança.

Calvino pregava que a “predestinação absoluta” - algo como a vontade de Deus - seria a responsável pelo destino dos seres humanos na Terra. Muitos historiadores consideram a religião calvinista⁶¹ um dos fatores que auxiliaram o desenvolvimento do capitalismo, especialmente em países como a Inglaterra, Holanda e EUA. Hill (1977 apud

61 O calvinismo recebeu nomes diferentes em certas regiões da Europa, como na Escócia (chamados de presbiterianos); na França (huguenotes) e na Inglaterra (puritanos).

ROBERTS, 1998, p.139) declarou que:

A revolta protestante derreteu a estrutura ideológica de ferro que mantinha a sociedade em seu antigo molde (...) Em uma sociedade que já se tornava capitalista, o protestantismo facilitou o triunfo dos novos valores. Não havia razão teológica inerente para a ênfase protestante na frugalidade do trabalho duro, acumulação; mas aquela ênfase era a consequência natural da religião do coração, em uma sociedade e que a indústria capitalista estava se desenvolvendo.

Calvino defendia a castidade total fora do casamento – refutando a idéia da promiscuidade dos jovens do sexo masculino como algo natural e irrefreável. A partir disso, a prostituição torna-se algo não apenas desnecessária, mas inadmissível. De acordo com Ringdal (2004, p. 175) na década de 1560, sob a influência dos huguenotes, a punição de uma prostituta em Toulouse ocorria da seguinte forma:

a woman who is convicted of prostitution is brought into the council room, the executioner binds her hands, and attaches a large poster to her back. Everyone can read the details of her sins... Then the woman is taken to a rock in the middle of a river where she is placed in an iron cage and submerged three times, but not so much as to drown her. All inhabitants of the city are present to attend the circus. Then the poor girl is brought to prison.

A repressão por parte dos calvinistas e demais protestantes foi tão forte, que a maioria dos bordéis ou casas públicas foi fechada por volta da metade do século XVI. No século XVII, William Stubbes - autor puritano – pregava que não havia pecado maior do que a prostituição. Stubbes defendia que as prostitutas deveriam ter seus rostos - ou qualquer outra parte do corpo que ficasse à mostra - cauterizadas e marcadas com ferro quente. Isso faria com que as pessoas conseguissem discernir as cristãs honestas e castas das “adúlteras filhas de Satã”. Embora o Protestantismo tenha proposto uma ruptura com vários dogmas da Igreja Católica, a visão medieval da mulher como instrumento do diabo continuava presente, sendo sua principal representante a prostituta. Stubbes chegou até a enumerar os maus físicos que a prostituição causava:

Além de provocar a danação eterna (...) também provoca estes

incômodos, e muitos mais: (...) reduz a visão, prejudica a audição, enfraquece os nervos, debilita as juntas, esgota a medula, consome a umidade e as reservas do corpo, envelhece o rosto, empalidece o semblante, embota o espírito, prejudica a memória, debilita o corpo, provoca ulcerações, feridas, crostas, pústulas, estragos, marcas e mau humor; provoca cabelos brancos e calvície; induz à velhice e, por fim, traz a morte antes da natureza assim o dispor, a doença a provocar ou a idade avançada requerer (1979, p. 84-6, apud ROBERTS, 1998, p.161).

O “acabamento” descrito acima que ataca as prostitutas, embora redigido no século XVII, é facilmente ouvido, ainda que não na íntegra, nos dias de hoje.

Face à perda de influência observada, e da expansão da religião protestante, a Contra-Reforma pode ser entendida como um conjunto de atos adotados pela Igreja Católica na tentativa de reverter o quadro criado pelo surgimento das religiões protestantes. Basicamente a ação da Igreja se baseou em duas frentes: atacar outras instituições religiosas e promover a expansão da fé católica. A criação da Companhia de Jesus foi uma das principais atitudes tomadas para expandir o catolicismo ao redor do mundo. O Tribunal do Santo Ofício, criado em 1231, foi “reativado” e instaurou a Inquisição – sua função principal era impedir o desvio dos fiéis católicos e a expansão de outras denominações religiosas. Os principais alvos da Inquisição eram os protestantes, os judeus e os islâmicos. Ela também atuava na abertura de processos de investigação sobre denúncias contra hereges e praticantes de bruxaria.

Ringdal (2004) comenta que a Contra-Reforma Católica foi marcada por um senso de moralidade tão forte quanto a do Protestante, sendo um exemplo a criação – por parte do Imperador Ferdinand - de um comitê de castidade responsável pela supervisão da moralidade. Em 1563 qualquer tipo de atividade sexual extra conjugal é proibida e, em 1586, o Papa Xisto V estabelece a pena de morte para casos de adultério e os chamados vícios não-naturais⁶² (ROBERTS, 1998).

Tanto Henrique VIII, da Inglaterra, quanto Carlos V, da Alemanha, reformularam as leis criminais de seus reinados, endurecendo-se. Isso inclui algumas normas especificamente voltadas ao controle da prostituição. Em 1561, o Rei Carlos IX, da

62 dentre eles estão o homossexualismo e a bestialidade

França, extinguiu os bordéis municipais que restavam em seu domínio, o que terminou com a política medieval de tolerância ao comércio sexual e outras atividades que dele surgissem (ROEBRTS, 1998).

O século XVII viu florescer uma interessante forma de literatura: os manuais de comportamento. **The Bride Bush**, escrita por W. Whately e publicada em 1617 ensinava a mulher que seu objetivo de vida era ser boa esposa, e para viver de maneira agradável precisava lembrar que seu marido era seu superior, sendo melhor que ela; o esposo teria autoridade sobre ela, podendo dar-lhe ordens, sendo que tal autoridade era algo natural, um poder concedido por Deus (STONE, L. 1977, apud ROBERTS, 1998). Afinal, Eva foi feita de uma costela de Adão. Stallybrass (1986, p. 129) afirma que:

The excerpt from William Whately's A Bride Bush (1617) is an extreme example, with good wives behaving like trained animals. 'The whole duty of the wife is referred to two heads: the first is to acknowledge her inferiority: the next to carry her selfe as inferior.' Ideally the wife 'submits her selfe with quietness, cheerfully, even as a well-broken horse turns at the least check of the riders bridle, readily going and standing as he wishes that sits upon his backe' (a ortografia foi mantida conforme citação original)

Em 1623, Felipe IV, da Espanha, se declara publicamente contra a prostituição e menos de 20 anos depois, Jacques Marchand, no seu **Manual dos Confessores**, questiona se a prostituição realmente seria um pecado para os clientes (pois, para a mulher, ela “naturalmente” o era).

2.5 (R)Evoluções ?

A Inglaterra do século XVII enfrentou uma revolução que indicava a crise na qual se encontrava o Antigo Regime. As instituições nobiliárquicas foram disputadas de forma violenta, marcando a história política da inglesa. A rivalidade entre as dinastias Tudor (anglicana) e Stuart (católica) dividiram a população. Ocorreram disputas no Parlamento (de visão liberal e tendo em sua maioria burgueses protestantes) quando os

Stuart estavam no trono. A luta pelo trono inglês gerou uma instabilidade social, com conflitos estourando no interior da Inglaterra.

A partir do início do século XVI, devido às reformas religiosas, a lei inglesa começa a perseguir a prostituição. No século seguinte, começam a surgir as *Societies for the Reform of Manners* que tomavam para si a incumbência da vigilância moral da Inglaterra. Em 1690, é fundada a *Tower Hamlets Society* que objetivava “limpar” a cidade através de extinção das áreas em que a prostituição ocorria com mais frequência:

É aqui que as Impudentes Meretrizes, com seus Vestidos Extravagantes, rostos Pintados e Insinuações Libertinas, seduzem e tentam nossos Filhos e Criados à Devassidão, e, conseqüentemente a furtar e roubar de nós para manter suas prostitutas. É aqui que os Corpos ficam doentes e os Bolsos são desprovidos de somas consideráveis, Injúrias cuja vingança tem freqüentemente ocasionado Disputas, Brigas, Derramamento de Sangue, Clamores de Assassinato (e isso às vezes no meio da noite), derrubando tabuletas e partes das casas, quebrando janelas, e também outras Fugas tumultuadas, Agitações e Alvorços (...) É aqui que muitas vezes um Mordomo é infectado com uma Doença peçonhenta, que ele transmite à sua Honesta e Inocente Esposa (...) É aqui que Multidões de Soldados e Marinheiros adquirem o veneno que debilita o seu espírito e logo corrói seus corpos (BRISTOW, 1977, p.219-220, apud ROBERTS, 1998, p.219-220)

O trecho acima ilustra a associação feita entre o meretrício e o pecado (libertinas/devassidão), a criminalidade (furtar e roubar, derramamento de sangue, clamores de assassinato), a violência (disputas, brigas, derramamento de sangue, clamores de assassinato) e a doença (corpos ficam doentes; é infectado com uma doença peçonhenta). Essas associações são muito semelhantes às presentes em dizeres da Idade Média, o que aponta para a existência de uma memória discursiva em funcionamento que coloca em circulação esses sentidos. A prostituta também é significada como sendo o contrário da esposa honesta e inocente, que acaba sendo punida pelos pecados da primeira.

Mas não foi apenas um grupo de pessoas que se colocou contra a prostituição. A realeza também o fez. Henrique VIII declarou que deveria ser marcada a ferro quente (no rosto) a mulher surpreendida comercializando sexo com os soldados ingleses e Elizabeth I

estabeleceu como punição pela prostituição raspar a cabeça da mulher, que então seria carregada pelas ruas, tendo em sua cabeça calva um chapéu de papel declarando seu “crime”. O ato de raspar a cabeça em público, como um espetáculo, poderia voltar a ser visto cerca de 340 anos mais tarde, como punição dada às mulheres francesas que tiveram relacionamentos com os alemães durante o período da II Guerra Mundial.

O final do século XVIII ilustra como o poder jurídico se estabeleceu de maneira significativa na sociedade da época, regulamentando e controlando a vida das pessoas. Porém, isso não quer dizer que todo um discurso religioso, seja judaico, católico ou protestante, não esteja mais em circulação. Os atravessamentos discursivos observados nos anos de 1800 geraram uma postura anti-prostituição que teve resultados dramáticos. Conforme Roberts (1998) citou, entre 1689 e 1690 a sociedade viu uma série de assassinatos serem cometidos contra prostitutas, em um estilo muito próximo ao do chamado Jack – o estripador (que ocorreria 200 anos mais tarde).

Enquanto isso na França, a agitação político-social que tomava conta do país às vésperas da Revolução não deixou passar despercebida a questão da prostituição, conforme comenta Chauvin (1987), principalmente no que tange à sua relação com as DSTs. De acordo com Conner (1989, p.715):

The problems of prostitution and venereal disease were well known in Ancient Regime and revolutionary France. They had been graphically described by writers like Restif de La Bretonne, whose **Pornographe** recommended that a restricted zone be established for prostitution in order to monitor what he considered a noxious but necessary vice.

A autora ainda comenta que os revolucionários viam a prostituição como um vício do Antigo Regime e queriam suprimi-la, pois a consideravam uma antítese da nova ordem que se instaurava. Porém, apesar dos esforços dos legisladores, “the femmes publiques remained functionally outside the law” (CONNER, 1989, p.721).

Marcada pela distinção entre os sexos, a sociedade francesa não cumpriu a promessa do slogan repetido durante a Revolução: liberdade, igualdade, fraternidade. Frustrada com a não-mudança de um paradigma, Olympe de Gouges - que havia escrito

L'Esclavage des noirs, em 1780, colocando-se a contra e escravidão – publica, em 1791, o panfleto **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã**⁶³, uma versão feminina da **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, de 1789. No seu texto, Olympe chama a atenção das mulheres com palavras fortes (“Ó, mulheres! Mulheres, quando deixareis vós de ser cegas?”), criticando a desigualdade entre os sexos. A produção de Olympe é variada (peças de teatro, panfletos, cartazes) e suas denúncias e sua luta pela liberdade e justiça não só das mulheres em geral, mas também de todo um grupo visto como marginal (a saber, as mães solteiras, os filhos “bastardos”, as prostitutas, os negros e os desempregados) começam a incomodar. Ela é então presa e executada no 2 de Novembro de 1793, porém, antes de morrer, afirmaria: "A mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna." (ROBERTS, 1998).

Outra voz feminina que se eleva no século XVIII é a da escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759–1797). Argumentando contra Burke e Rousseau, Wollstonecraft defendia os direitos das mulheres, como, por exemplo, o direito à educação. Porém, sua defesa era alicerçada em uma base diferente: ela afirmava que as mulheres só poderiam ser virtuosas, inclusive como mães, se tivessem o direito à educação, e à participação na vida econômica e política em pé de igualdade com os homens. Roberts (1998) comenta que a classe média que surgiu começou a perceber a importância do papel da mãe burguesa na educação de seus filhos.

O final do século XVIII ficou marcado por várias mudanças político-sociais e econômicas, como a já citada Revolução Francesa, além da Independência dos Estados Unidos (1770) e a Revolução Industrial Britânica, que de acordo com Hobsbawm (2000) foi um dos acontecimentos mais importantes da história mundial. Embora a criação de uma massa de trabalhadores sem terra, a ascensão da classe burguesa e a expansão do capitalismo tenham começado antes da Revolução Industrial, ela é marcada por uma forma de economia industrial nova.

As revoluções e mudanças dos últimos anos do século XVIII foram terreno fértil para que dois movimentos sociais ganhassem destaque: o sindicalismo e o feminismo,

⁶³ Texto em anexo, retirado do endereço: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc/docs_declaracoes/declar_dir_mulher.pdf>

sendo que muitas vezes seus caminhos irão se cruzar/chocar. O feminismo do século XIX será fortemente atravessado também pelo debate sobre a prostituição.

Os sindicatos buscavam melhorar as condições de vida dos trabalhadores, que, em muitos setores, eram muito degradantes, como foi representado em obras como **Les misérables**, de Victor Hugo, publicada em 1862. Perrot (2007) observa que no início da industrialização as jornadas de trabalho eram de até 14 horas, diminuindo para 10 horas por volta de 1900. Composto em grande parte por homens, os sindicatos costumavam não aceitar as mulheres em suas organizações. De acordo com Scott (1990, p.464):

Na sua maioria, os sindicalistas procuravam proteger os seus empregos e salários mantendo as mulheres afastadas das suas profissões e, a longo prazo, afastadas do mercado de trabalho. Aceitavam como inevitável o facto de os salários femininos serem mais baixos do que os masculinos, e por isso tratavam as mulheres trabalhadoras mais como uma ameaça do que como potenciais aliadas.

As poucas exceções eram os sindicatos dos setores têxtil, de vestuário, do tabaco e do calçado, pois as mulheres eram maioria nessas atividades. Onde sua concentração era expressiva, as próprias mulheres fundavam seus sindicatos, como a *British Women's Trade Union League*, de 1889.

Scott (1990) comenta que os sindicalistas buscavam justificar o fato de que não estavam propensos a incluir as mulheres em suas organizações pois “a estrutura física da mulher determinava o seu destino social como mãe e dona de casa e que portanto ela não podia ser nem trabalhadora produtiva nem uma boa sindicalista” (idem, 1990, p. 464). Vemos como a memória sobre a função “parideira” da mulher, que tão fortemente circulava no século XVI, se faz presente em pleno século XVIII.

O legislador Francês Jules Simon chegou até mesmo a afirmar, em 1860, que “uma mulher que se torna trabalhadora deixa de ser mulher”. Falava-se também que o trabalho fora de casa “pervertia” o sistema reprodutor feminino, além de expor as mulheres ao perigo das ruas, da corrupção moral, da noite. Perrot (2007, p.76-7) comenta que “as operárias eram expostas às investidas dos contramestres mais do que dos diretores da

fábrica, mais afastados. Ao fim do século XIX, os jornais operários do norte da França – *Lê Forçat, Lê cri du forçat...* – abrem ‘tribunais dos abusos’ nas quais denunciam a lubricida⁶⁴ dos ‘porcos do capital’.

Walkowitz (1990, 407) comenta que o caráter fluido e não institucionalizado da prostituição de rua permitia “a um número considerável de mulheres trabalhadoras complementar os seus salários insuficientes com o dinheiro ganho através de favores sexuais comercializados na rua”. Roberts (1998) afirma que face às terríveis condições de trabalho – além da jornada, salários baixíssimos, instalações insalubres e etc. - muitas mulheres largaram seus empregos e optaram pela prostituição. Ela cita as observações feitas pelo médico William Acton, em 1857, sobre o fato das prostitutas elegantes tomarem os lugares das cidadãs respeitáveis quando a noite caía: “Enquanto as moças respeitáveis vestidas de chita do fim da linha da respeitabilidade do leste lutavam para ganhar ninharias, o pôr-do-sol trazia do oeste troles fretados repletos de imoralidade afetadamente modesta, vestida de seda e belos linhos”. A circulação de prostitutas em lugares geralmente freqüentados por famílias vai ser um assunto debatido também pelos jornais brasileiros, como veremos mais adiante.

De acordo com Walkowitz (1990, p.403):

A sexualidade do século XIX era um terreno de viva contestação, onde se jogavam, tanto em privado como em público, conflitos de classe, de raça e de sexo. Através do pânico moral, de escândalos sexuais e de medidas legislativas, diversos grupos sociais e interesses profissionais tentaram alargar a sua autoridade política e cultural.

Na França, o Código de Napoleão, de 1804, não melhorou a situação das mulheres do século XIX – pelo contrário, elas foram novamente consideradas incapazes legalmente. Se fossem casadas, não poderiam freqüentar a escola ou ter um emprego sem a permissão do esposo. O cônjuge tinha domínio sobre a propriedade da família de sua mulher. No campo sexual, caso fosse acusada de adultério, ela poderia ficar presa por até dois anos (ROBERTS, 1998).

64 luxurioso, sensual

As prostitutas também passaram a sofrer um controle muito maior com algumas medidas adotadas pelo governo, como a inscrição no registro policial (onde obtinham um tipo de carteira de identificação) e controle médico, designados pela polícia. Caso estivessem infectadas ou doentes, eram enviadas para o St. Lazare, um hospital-prisão (CHAUVIN, 1987). Em 1810, é estabelecido um esquadrão especial da moral, chamado *police des mœurs*, cuja função era supervisionar a inscrição das meretrizes no registro central. Roberts (1998) comenta que em 1820 as prostitutas não podiam circular por certas ruas (por exemplo, próximas ao Louvre) e eram proibidas de andarem juntas ou formar grupos. Em 1830 foram aprovadas regras que proibiam as meretrizes de fazerem ponto em ruas, alamedas, passeios ou jardins públicos e em 1833 elas não podiam nem se sentarem em suas janelas ou ficarem nas soleiras das portas. Essas normas encontrarão eco no Brasil, no início do século XX, através de uma proposta feita na cidade de São Paulo para regulamentar a prostituição.

O médico Alexandre Parent-Duchâtelet publicou em 1836 um estudo sobre a prostituição parisiense (**De la prostitution dans la ville de Paris**) que se tornaria referência mundial, tendo grande influência no pensamento médico brasileiro, como veremos no próximo capítulo. Segundo ele “as prostitutas são tão inevitáveis em uma grande cidade quanto os esgotos, as fossas e os depósitos de lixo. A conduta das autoridades deve ser a mesma com relação a cada um deles” (apud ROBERTTS, 1998, p. 265). Se retomarmos a fala de São Tomás de Aquino, novamente veremos o funcionamento da memória discursiva na qual a prostituição está estreitamente relacionada aos dejetos humanos (esperma x esgoto/fossa/depósito de lixo), tornando-a algo sujo, impuro, porém necessário (o mal necessário de Santo Agostinho).

Parent-Duchâtelet encarava a sexualidade da classe operária como subversiva. Graças à postura apresentada por instituições de controle social, como a médica e a legal, difundiu-se no público burguês a idéia de que todas as mulheres operárias eram prostitutas de fato ou potenciais. Cabe notar que eram classificadas como prostitutas não só as mulheres que comercializavam sexo, mas também aquelas que mudavam com frequência de parceiro. A mulher pobre tinha que tomar uma série de cuidados caso não quisesse ser confundida com uma prostituta. “Tal como as mulheres da classe média, as mulheres da

classe operária demonstravam a sua respeitabilidade através da sua apresentação visual e da sua identidade privada como esposas e mães” (WALKOWITZ, 1990, p. 418).

Já quase no final do século XIX, Cesare Lombroso, médico considerado o fundador da antropologia criminal italiana, afirmou em seu livro **La Donna Delinquente, la Prostituta e la Donna Normale**, de 1893, que a mulher que se prostituía o fazia por um determinador hereditário, da mesma maneira que existia a criminalidade (masculina) nata: ou seja, para ele a mulher já nascia com marcas hereditárias que a conduziriam para a prostituição. Algumas dessas características eram: fronte recuada ou estreita, ossos nasais anormais e enormes mandíbulas (MAZZIEIRO, 1998). A periculosidade de uma sexualidade não controlada também assombrará os médicos brasileiros que chegarão a declarar que o trabalho feminino fora de casa (ou sejam em fábricas, confecções e etc.) é uma ameaça à família e à sociedade (burguesa). Vemos um atravessamento do discurso médico pelo religioso, com a falha moral marcando o corpo.

Roberts (1998) comenta que as mulheres da classe operária começam a evitar

as prostitutas com medo de serem associadas às primeiras, passando a sofrer a mesma forma de perseguição e preconceito. Walkowitz (1990, p.410) afirma que:



Imagem 4: Josephine Butler

Fonte: http://www.londonmet.ac.uk/library/e57685_8.jpg

A tolerância da comunidade para com as prostitutas dependia do caráter específico do bairro operário: da sua etnia e raça, do seu nível de respeitabilidade e prosperidade. Dependia também da força da pressão exterior exercida sobre essa população pobre para que aderisse a um padrão mais severo de respeitabilidade sexual. Esta intervenção externa afectava directamente a estrutura do mercado da prostituição, assim como o carácter da relação social das mulheres com a comunidade dos trabalhadores pobres.

O medo da sexualidade indisciplina gera, na segunda metade do século XIX na Grã Bretanha, a criação dos *Contagious Diseases Acts* – constituídos por três leis, aprovadas em 1864, 1866 e 1869. Essas normas tinham como objetivo combater a propagação de DSTs, que afetavam principalmente os homens do exército. Dentre as medidas adotadas estavam o controle e tratamento médicos obrigatórios para as meretrizes. Os corpos das prostitutas eram descritos como cancos, sendo considerados a causa de várias doenças.

Roberts (1998) comenta que no final do século XIX o comércio do sexo chamará a atenção de reformadores e de feministas da classe média, ambos condenando todas as formas de prostituição voluntárias como “escravidão branca”. Josephine Butler, uma senhora casada pertencente à classe média alta inglesa, se tornará um ícone contra a exploração das mulheres e os *Contagious Diseases Acts* – que ela considerava invasivos – obtendo a sua revogação em 1886.

Para Butler, uma mulher que se prostituía era vítima de um vício masculino e, portanto, poderia ser “resgatada” se lhe dessem uma chance:

A identificação de Butler com o ‘mundo feminino sofredor’ estava ainda carregada de contradições e dificuldades. Enquanto defensoras da causa das mulheres perdidas e das raparigas ‘em perigo’, as reformadoras femininas estabeleceram uma relação hierárquica e protetora com as ‘filhas’ que tinham decidido proteger. A sua linguagem melodramática de vitimização feminina privava as prostitutas de qualquer capacidade de acção e de qualquer complexidade subjectiva: ela só podia representá-las como vítimas inocentes apanhadas arditamente numa vida de vício, como atrizes involuntárias de sua própria história, sem paixão sexual, não ainda ‘mortas para a vergonha’, conservando apesar de tudo uma ‘modéstia feminina’ (WALKOWITZ, 1990, p.419)

Apontadas como vítimas, ou entendidas como o equivalente ao criminoso nato em versão feminina, a prostituta sofreu um forte processo de estigmatização durante o século XIX. Roberts (1998, p.290-291) observa que:

O sindicalismo em massa, as ideologias revolucionárias, a cultura

sexualmente liberal dos pobres urbanos e a entrada em massa das jovens solteiras na força de trabalho, tudo isso combinou para deixar em pânico os componentes da burguesia: a própria criadora da ordem social da classe média estava aparentemente ameaçada. (...) Por isso, nas cruzadas morais do final do século XIX e início do século XX, a prostituta se converteu no bode expiatório para uma nova onda de histeria anti-sexual. O resultado, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, foi um clima internacional de repressão às prostitutas.

Esse movimento de repressão encontrou uma trégua entre as duas grandes guerras, mas foi retomado na década de 1950 e só sofrerá uma alteração na década de 1960.

O radicalismo da década de 1960 criou uma geração de lutas em novo estilo baseadas no ativismo organizado das minorias na sociedade ocidental. Os movimentos pelos Direitos Civis negros nos Estados Unidos e na África do Sul, e dos católicos na Irlanda do norte; as rebeliões de estudantes; as passeatas de orgulho gay e lésbico (...) Mas (...) o mais influente e visível destes movimentos – o mais importante catalisador da luta das prostitutas – foi o renascimento, no final da década de 1960, do movimento feminista ocidental (ROBERTS, 1998, p.398)

Em pouco tempo as feministas se dividiram em dois grupos no que tange à prostituição: contra, vendo nessa atividade um exemplo máximo da exploração da mulher pelo homem; e a favor, entendendo que a mulher, ao ser realmente dona de seu corpo, o dispõe como bem entender.

Porém, conceitos como “amor livre” e “fazer o que quiser com o seu próprio corpo” eram pensamentos difíceis de serem aceitos por uma parcela considerável da sociedade da época. Margot St. James, estudante de direito na década de 1960, em São Francisco, tinha um emprego de meio período como garçoneiro de festas e eventos. Por advogar novas idéias, tais como o amor livre, acabou sendo presa por prostituição. Inconformada com a parcialidade da justiça, ela fundou, em 1973, o COYOTE – *Call Off Your Old Tired Ethics* - organização que terá grande importância para o movimento pelos direitos das prostitutas nos Estados Unidos e no mundo.



Imagem 5: Margot St. James

Fonte: <http://www.altmanphoto.com/Margo.St.James.jpeg>.

Outro evento que terá repercussão ocorreu na França, mais precisamente em Lyon. Cansadas da repressão e violência policial, e revoltadas com a morte de colegas, no dia 2 de junho de 1975, um grupo de cerca de 150 prostitutas ocupou a igreja de Saint-Nizier. A diretoria da igreja e a população da cidade apoiaram o protesto e protegeram as prostitutas.

O fato teve grande divulgação na mídia, não só nacional como internacional também. A manifestação ganhou corpo e prostitutas de outras cidades francesas, como Marselha, Montpellier, Grenoble e Paris, entraram em greve. A polícia só conseguiu expulsar as mulheres da igreja dez dias após o início do protesto.

Entre as décadas de 1970 e 1980 sindicatos de prostitutas foram formados em vários estados dos EUA, assim como em países como a França, a Inglaterra, a Austrália e a Alemanha. No Brasil, teremos na década de 1980 a fundação da primeira associação de prostitutas.

Embora a década de 1980 seja importante para o movimento de organização e luta das prostitutas pelo seu reconhecimento como profissionais, é também um período em que a mulher que se prostitui reaparece como “drogada” e “foco de doença” - troca-se o ópio/maconha da década de 1920 pela cocaína/heroína, e a sífilis do fim do século XIX/início do XX pela AIDs. Entre memória e atualização do dizer, a prostituta permanece estigmatizada e o seu corpo continua sendo um perigoso prazer.

2.6 Não existe pecado do lado de baixo do Equador⁶⁵?

A esquadra de Pedro Álvares Cabral trouxe para as terras recém-descobertas todo um imaginário europeu cristão sobre a mulher e sua relação com a sexualidade. Falar em prostituição antes do século XVIII no Brasil é uma tarefa espinhosa, pois conforme afirma Del Priore (1988, p.22): “como não se isolava as prostitutas em “putarias e mancebias”, nem se as cobria com véu⁶⁶ como era usado na metrópole, na colônia os limites entre os comportamentos tidos por desviantes e a prostituição eram tênues”. Mulheres que mantinham relações sexuais ainda solteiras (mesmo que com um parceiro fixo) ou tivessem alguma forma de relação considerada “não ortodoxa” pela comunidade da época eram facilmente taxadas como prostitutas. A mesma dificuldade é encontrada quando pensamos na prostituição das escravas africanas e crioulas⁶⁷.

Del Priori (1988) comenta que a prostituição de escravas negras era muito comum no Brasil colônia, questão essa que precisa ser problematizada. Nessa época a distinção entre a exploração da prostituição – alguém que vive da prostituição de uma segunda pessoa - e da mulher que se prostitui para sustentar a si mesma é complexa, uma vez que o lenocínio só foi reconhecido em 1890 no Brasil, com o novo código penal. Os códigos criminais anteriores ao de 1890 não classificavam a exploração da prostituição como crime, então, quando se fala em prostituição de escravas negras, todo um universo da prostituição heterogêneo é homogeneizado, e a diferenciação entre exploração e exercício autônoma da atividade desaparecem.

O mesmo ocorre com as índias escravizadas, assim como com as livres que não escapavam da visão portuguesa que as caracterizava como seres luxuriosos, sendo muitas vezes chamadas de prostitutas (FONSECA, 1982, p. 14; RAMINELLI, 2007, p. 30). Novamente percebemos a problemática existente no uso “naturalizado” do termo “prostituta” para classificar o comportamento sexual “não-regulado” das mulheres, em

65 Referência à música “Não existe pecado ao sul do Equador” composta por Ruy Guerra e Chico Buarque, que teve grande repercussão na década de 1970.

66 Em Portugal as prostitutas usavam um tipo de véu ou capuz.

67 Escravas já nascidas em solo brasileiro

geral, e neste caso específico, das indígenas, mesmo quando não há troca de sexo por dinheiro ou por outro tipo de bem ou produto. É possível ver alguns registros dessa visão em textos produzidos na São Paulo do século XVI.

A vila de São Paulo de Piratininga ficava isolada de localidades mais movimentadas, como a região de Santos-São Vicente. Por essa razão se tornou um lugar procurado por criminosos, desordeiros e aventureiros. Padre Anchieta, em uma carta a Santo Inácio escrita em 1553, declarava “É a gente mais perdida dessa terra e são piores que os próprios índios” e em outro texto, escreveu sobre as índias “andam nuas e não sabem se negar a ninguém, mas, até elas mesmas cometem e importunam os homens jogando-se com eles nas redes, por que tem por honra dormir com os cristãos” (FONSECA, 1982, p. 12 e p.14).

Com relação às prostitutas brancas, em 1641 (século XVII) há o registro da expulsão de duas mulheres consideradas “de comportamento indigno”. Esse tipo de ato irá se tornar mais comum a partir de um evento que marcará a vila de São Paulo no século XVIII: a descoberta de jazidas auríferas em Cuiabá, o que aumentou a circulação de pessoal pela região paulistana, na época, caminho para Mato Grosso. Dentre as conseqüências dessa circulação está o aumento do índice de criminalidade (roubos e assassinatos), o que preocupava muito as autoridades⁶⁸, assim como o surgimento das primeiras menções sobre casas de “mulheres meretrizes ou de má suspeita”. Como já apontado neste trabalho (RINGDAL, 2004; BENATTI, 1996), a prostituição é um fenômeno que tende a ocorrer com maior frequência e intensidade em momentos de desenvolvimento econômico e/ou urbano. Embora a prostituição não fosse considerada um crime, quando as mulheres perturbavam a paz e tranquilidade públicas, elas eram enviadas para a fortaleza de Iguatemi ou para a vila de Piracicaba.

Outra forma de registro da visão sobre a prostituição, agora do século XVIII, é o **Vocabulário Portuguez e Latino**, de Raphael Bluteau, publicado entre 1712 e 1728:

Pecam as meretrizes contra a natureza porque fazem venal a

⁶⁸ Os criminosos capturados eram mortos e suas cabeças eram expostas nos locais onde haviam cometido o crime, no intuito de servirem de exemplo, o que, teoricamente, diminuiria o índice de criminalidade.

formosura que a própria natureza lhes deu. Ofendem a si próprias, feitas alvo de toda a impudícia e prejudicam a pátria porque ordinariamente se fazem estéreis e se são fecundas dão origem a uma ignominiosa posteridade.(...) A meretriz é um composto monstruoso; olhos de serpente, mãos de harpia, aspecto de Medusa, língua de áspide, riso sardônico, lágrimas de crocodilo, coração de fúria, voz de sereia, atrevida e temerária acomete os perigos, incontinente e lasciva se deleita nos vícios, ímpia e sacrílega dedica ao apetite os sentidos que havia de consagrar a deus; vive de artifícios e mata com enganos; foge para que a persigam; peleja para ser vencida, nega para ser mais desejada; se a tocares se dissolverá e deixará o chão encoberto de impúdicas cinzas (...) (apud DEL PRIORE, 1988, p.24)

Como mencionado anteriormente, dicionários e gramáticas são fontes interessantes, pois possibilitam que observemos “o quanto a produção de conhecimento científico se faz em condições históricas específicas” (ORLANDI, 2002, p.7). Ainda de acordo com a autora (2001, p.8):

Ver a gramática e o Dicionário - os instrumentos lingüísticos como denomina S. Auroux (1992) – como parte da relação com a sociedade e com a história (E.Orlandi, 1997) transforma esses instrumentos em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana.

Embora seja a partir do século XVIII que a prostituição passa a ser abordada pela medicina como uma forma de demência, a escrita de Bluteau ainda traz uma presença forte de uma discursividade religiosa, como podemos observar ao destacarmos algumas palavras e enunciados usados para definir uma meretriz:

Pecam – a prostituta é significada pela transgressão da lei religiosa;

serpente – ela é comparada ao animal associado ao pecado original, que ocasionou a expulsão de Adão e Eva do Paraíso;

lasciva se deleita nos vícios – é uma mulher que se inclina aos prazeres do

sexo, à volúpia e ao vício, ou seja, aos excessos;

ímpia e sacrílega – é um ser que não tem fé, que tem desprezo pela religião e cuja conduta é um pecado grave contra a religião;

dedica ao apetite os sentidos que havia de consagrar a deus – aos invés de exercer seu papel de boa esposa e mãe, tal como Maria, mãe de Jesus, ela volta seus sentidos para o exercício dos prazeres da carne.

A escrita de Bluteau retoma todo um dizer que aproxima a meretriz a uma criatura diabólica (*composto monstruoso*) que não teme a Deus (*ímpia*) e que conduz os homens à perdição (*se a tocares se dissolverá e deixará o chão encoberto de impúdicas cinzas*), muito semelhante aos textos produzidos na Idade Média e durante a Reforma Protestante, como mostrado anteriormente neste trabalho. Dessa forma, o texto que Bluteau coloca em circulação apresenta um pré-construído cujos efeitos de sentido são perpassados pela visão religiosa (católica) do que seja a prostituta.

Paralelamente, a nova abordagem - científica - segue uma tendência ocidental, como aponta Maluf-Souza (2001, p.121):

Foi precisamente no final do século XVII que ocorreu esse declínio do poder das instituições religiosas e, conseqüentemente, as explicações científicas passaram a dar lugar e rigor às justificativas de fenômenos até então explicados miticamente. O movimento pelo pensamento científico defendeu posturas de neutralidade do pesquisador e primou por uma ciência tão objetiva que só seria considerada como tal quanto fosse passível de observação, manipulação, comprovação e validação. (...) Assim, as bruxas da Idade Média (...) passaram a ser explicadas cientificamente como detentoras de um determinado nível de insanidade mental (...)

Como mostrado através do texto de Bluteau, a prostituta não deixou de ser pecadora aos olhos dos religiosos, da Igreja, mas ela passou a ser também, através da visão cientificista da época, doente física e mental. Essa forma de pensar ganhou corpo no Brasil principalmente graças a uma mudança político-social: a vinda da família real portuguesa para a colônia, em 1808. Junto com a família veio também o conhecimento que estava

sendo produzido na Europa, o que alterou drasticamente a dinâmica social, política e econômica da sociedade brasileira. A cidade do Rio de Janeiro, escolhida como a nova capital, teve um rápido crescimento populacional e em 1850 possuía 205.906 habitantes urbanos, dos quais 120.730 eram homens e 85.176 mulheres. É visível a diferença entre o número de homens e mulheres, desproporção essa que já existia há alguns anos. Essa desarmonia era apontada como uma das causas do aumento de homossexuais masculinos na capital e para tentar sanar esse “problema”, em 1846 o Barão de Moreira, Cônsul português, gerou um ato oficial da importação de meretrizes européias, que ficaram conhecidas como ilhêas (SOARES, 1992).

Essa atitude nos dá evidências do imaginário que existia sobre a (homo)sexualidade – como um desvio - e o papel da prostituta na sociedade – como “local” de descarga do desejo sexual masculino. O ato de importar prostitutas para “corrigir” o “comportamento homossexual” de alguns homens nos remete a dois pensamentos já citados nesta pesquisa: Aristóteles (“antes um homem se interessasse por uma mulher “devassa” do que por seus companheiros de batalha) e São Tomás de Aquino (que estabelecia uma relação entre prostituição e esgoto). De acordo com Fry e MacRae (1983, p.61):

Na segunda metade do século XIX, porém, irrompe na Europa e no Brasil toda uma preocupação médica com a homossexualidade e, de fato, com quaisquer relações sexuais fora do casamento, incluindo a prostituição. Formou-se a idéia de que a ‘saúde’ da família é dependente, portanto, do controle da sexualidade.

Além da homossexualidade e da prostituição, a lepra, a sífilis e outras doenças venéreas se tornaram uma preocupação não só de médicos, mas da sociedade em geral, principalmente na segunda metade do século XIX. Em 1876, o médico João Francisco de Souza propôs dois tipos de medidas para lidar com a prostituição: as preventivas (instrução moral e intelectual) e as coercitivas (isolamento das prostitutas e controle-médico hospitalar). Já em 1888, o Ministro da Justiça pediu à Academia de Medicina possíveis soluções para a contenção da prostituição, pois ela, além de “ofender a moral das famílias”, estava “arruinando a saúde pública” – se referindo à sífilis. De acordo com Mazzeiro (1998) o controle dessa doença não era apenas uma questão de saúde pública, mas uma

estratégia de controle da população.

Se por um lado a prostituição era uma “mal necessário”, ela não poderia ocorrer “desenfreadamente”, pois haveria o risco dela corroer os alicerces da sociedade “de bem” (não podemos deixar de lembrar que a religião católica era a religião oficial do estado imperial brasileiro). Mazzeiro (1998, [s.p.]), a partir da obra de Moraes (1921, p. 238 a 249) comenta que:

A prostituição era um “mal necessário” para a preservação da moral no lar, não podendo ser considerada crime. Entretanto, ela foi criminalizada como “ato imoral” que ameaçava a vida social. Paralelamente a isso, existiu uma repressão médica, que perpassava a profilaxia da sífilis, e uma repressão moral contra os “escândalos” promovidos pelas meretrizes. Implantou-se, portanto, uma penalização quanto à “conduta anti-social” (anti-higiênica ou desmoralizante das meretrizes que ofendessem a sociedade e o Estado)

Analisando o tema, a pesquisadora Marilena Chauí (1984), afirma que foi a partir do século XIX que o sexo como tema deixou de ser privilégio dos teólogos, confessores, moralistas, juristas e artistas e passou:

A ser tratado como problema clínico e de saúde. Ou seja, passou a ser estudado e investigado num contexto médico-científico preocupado em classificar todos os casos de patologia física e psíquica, em estudar as doenças venéreas, os desvios e as anomalias, tanto com finalidade higiênica ou profilática quanto com a finalidade de normalização de condutas tidas como desviantes ou anormais (CHAUÍ, 1984, p. 16)

De acordo com Engel (1989), o pensamento médico brasileiro do século XIX foi muito influenciado pelas concepções da medicina social que era desenvolvida na França desde o fim do século XVIII, sendo destaque a obra de Parent-Duchâtelet, já mencionado em um capítulo anterior. Devido a essa influência, os textos médicos brasileiros sobre a prostituição se preocupavam com a sua definição (o que é doença) e classificação (tanto da prostituição quanto das meretrizes), suas causas e efeitos, o entendimento da prostituição como um “mal necessário” e a sua regulamentação. A autora ainda comenta que:

A vontade de saber do cientista, muitas vezes, esbarrava nos obstáculos impostos pela concepção cristã, que fazia do *corpo*, do *sexo*, do *prazer* e do *desejo* temas melindrosos, estigmatizados pela idéia de pecado. A presença de uma moralidade cristã se traduz, por exemplo, nas freqüentes citações bíblicas, nas epígrafes retiradas das epístolas e nas constantes referências ao pensamento agostiniano. (...) Sem romper ou negar o ideário cristão, o discurso médico acaba por recriá-lo, transformando-o em instrumento eficaz na superação dos obstáculos que se interpunham entre a vontade de saber do médico e os temas situados no terreno do quase proibido (ENGEL, 1989, p. 55 e 68, grifo da autora).

A passagem acima mostra como a discursividade médico-higienista sobre a sexualidade era atravessada pela discursividade religiosa-moral.

Várias proposições são feitas à respeito da prostituição, inclusive uma “predisposição”, conforme afirmava o médico João F. De Souza, que entre suas características encontravam-se a beleza e a “passividade de sua função reprodutora”. Para ele, devido às características fisiológicas femininas, a mulher teria apenas duas opções para a realização dos seus instintos sexuais: esposa/mãe (considerada normal ou sadia) ou prostituta (entendida como uma sexualidade doente). A fala de Souza retoma o que já foi dito por Lutero e por vários religiosos protestantes, há quatro séculos atrás, assim como ecoa as palavras de Lombroso.

Além de ser uma “doença do corpo que o corrói”, a sexualidade da prostituta passa a ser vista como perversão – pois ela perverte a função “original” de sua fisiologia, que é casar e dar filhos ao seu esposo:

O significado da sexualidade doente expressa-se também através da idéia de depravação, construída num campo demarcado por limites onde se entrelaçam e se confundem as noções de irracionalidade e de imoralidade. A prostituição, o homossexualismo, o alcoolismo, a histeria etc. são classificados como comportamentos desviantes e inscritos no âmbito da loucura (ENGEL, *idem*).

“Anormal”, a prostituta é vista como uma mulher portadora de uma “loucura moral” e várias mulheres (fossem prostitutas, fossem mulheres com um posicionamento mais liberal em relação à sexualidade) foram enviadas, por exemplo, para o Hospital

Psiquiátrico do Juquery, localizado atualmente em Franco da Rocha. Cunha relata que (1986, p.79):

As mulheres, por sua vez, são vigiadas e reprimidas em relação a outros aspectos de sua conduta, sobretudo os que dizem respeito à sexualidade: coibir a masturbação, impedir a nudez, evitar o “espetáculo indecente” que as transforma, no interior do Juquery, nas usuárias exclusivas da camisa de força. Alguns homens permanecem constantemente nus pelos pátios internos. Às mulheres, mesmo à custa da violência, deve ser “ensinado” o seu recato “natural”.

O autor citado acima, ao reproduzir o pensamento dos dirigentes do Juquery nos proporciona um exemplo do processo de naturalização do comportamento das mulheres como inerentemente recatadas e dóceis – processo que foi sendo construído, pois como foi visto neste trabalho nem sempre a mulher foi entendida como “naturalmente” passiva e calma (muitas vezes ela foi associada às forças demoníacas e telúricas, que nada têm de dócil).

As prostitutas, além de vistas como “loucas”, eram também “meliantes”, como é possível “acompanhar” através dos vários decretos criados objetivando a inspeção e o controle do comportamento das meretrizes:

O decreto 1.034A, de 01/09/1892, atribuiu ao Chefe de Polícia "ter sob sua vigilância as mulheres de má vida". Em 05/02/1902, o decreto 4.763 dispôs que cabia aos delegados urbanos e suburbanos essa vigilância, "da forma que julgar mais conveniente ao bem-estar da população e à moral pública". Em 1907, os decretos legislativos 1.631 e 6.440 destinaram essa função aos Delegados de Polícia. Uma vez que a prostituição não era matéria do Código Penal, a atuação do poder do Estado sobre ela estava a cargo da própria polícia que a criminalizava por sua prática cotidiana (MAZZIEIRO, 1998, [s.p.]).

Em São Paulo, de acordo com Fonseca (1982, p. 116) a prostituição começou a se expandir a partir da segunda metade do século XIX, “das ruas e dos lupanares as chamadas mulheres de má vida, pouco a pouco vão se insinuando e terminam por conquistar inteiramente lugares até então reservados às pessoas de costumes mais

recatados”. Esse fenômeno é apontado pelos jornais dessa época:

São Paulo caminha para uma perdição moral. (...) Outrora, em ruas onde só se encontravam famílias e casas habitadas por quem tem o que fazer, se vêem hoje caras impossíveis, mostrando embora cobertas pelo col (sic) creme e pelo creme Simon, polvilhado pelo pó de arroz, os sulcos que não se extinguem, deixados pelo deboche e pelas noites passadas em claro libando em desenvolta imoralidade, as taças de champagne falsificado, entre os pexisbeques⁶⁹ do falso amor (**Diário Popular**, 27.10.1893, apud RAGO, 1991, p.108)

Provavelmente essa situação já vinha ocorrendo há alguns anos, pois em 1879 têm-se as primeiras tentativas de uma forma de regulamentar o meretrício. Cândido Motta⁷⁰ defendia a regulamentação da prostituição, pois somente dessa forma:

As rixas e escândalos das ruas, onde devido a desfaçatez das mulheres públicas, ficam impossibilitadas as famílias e pessoas sérias de transitar como nas ruas da Boa Vista e do Senador Feijó, em que a polícia tem intervindo, mas sem resultado para pôr cobro aos abusos. Quanto à higiene, porque só as visitas domiciliares poderão ao menos neutralizar a propagação da sífilis, o eterno flagelo da mocidade, o terrível inimigo da sanidade da raça (p.315, apud FONSECA, 1982, p. 168-9).

A regulamentação era um mecanismo de controle que tornava legal o encarceramento das prostitutas, caso estas não seguissem as normas. Em 1896 foi baixado o “Regulamento Provisório da Polícia de Costumes” que tinha como objetivo principal controlar (ou “disciplinar”) o comportamento das prostitutas. A publicação desse regulamento encontrou várias críticas, sendo o principal argumento contra a “regulamentação de uma instituição não reconhecida” e todas as consequências que advinham desse ato. Cândido Motta se defendia das críticas declarando que:

1º - a Polícia de São Paulo não regulamentou a prostituição; expediu simplesmente instruções preventivas contra os ataques públicos à moral e aos bons costumes, que pareciam não existir

69 Significa brilho não-autêntico, mistificação; deslumbramento gratuito (HOUAISS, 2001, p.2160)

70 Ele foi um famoso criminólogo do século XIX, além de promotor público, delegado auxiliar, chefe de Polícia e Secretário da Justiça e Segurança Pública do estado de São Paulo.

mais nesta Capital; 2º - que a Polícia, cuja missão é principalmente preventiva, tinha competência e obrigação até de intervir, de modo a garantir a paz das famílias, o decoro público, a moralidade das ruas; 3º - que a liberdade individual não é um princípio sem restrições. Invocar em favor dos viciosos os sagrados direitos da liberdade individual, é dar provas de muito ignorância, é pregar a dissolução dos costumes, é fazer apologia do crime (p.316, apud FONSECA, 1982, p. 170)

A ambigüidade com que a prostituição e a sexualidade feminina eram tratadas nesse período encontra ecos no código penal brasileiro. Peguemos, por exemplo, o estupro. Através do artigo 222, o Código Criminal do Império de 1830 definiu o estupro como crime e sua pena era de 3 a 12 anos, incluindo ainda uma indenização (chamado de “dote”) para a vítima (chamada de ofendida). Caso a mulher estuprada fosse uma prostituta, a pena diminuiria para apenas 1 mês a 2 anos de prisão.

O novo Código Penal de 1890 tratou do estupro no artigo 269 como “cópula violenta”⁷¹ e as penas foram estabelecidas no artigo 268:

Artigo 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: pena – de prisão celular por um a seis annos. § 1º. Si a estuprada for mulher pública ou prostituta: pena – de prisão celular por seis mezes a duos annos. § 2º. Si o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será augmentada da quarta parte (PRADO, 2002, p.198).

De acordo com Mazzeiro (1998), a esposa não podia ser considerada estuprada pelo seu cônjuge, independe da forma que o homem adotasse para concretizar o ato sexual. A lei não identificava nesse ato um delito, mas “apenas” o exercício de direito marital. Essa passagem é ilustrativa do imaginário existente sobre a subserviência atribuída à mulher e a sua “natural” vocação para esposa, sendo a cópula vaginal uma obrigação da esposa. Porém, caso o homem forçasse a esposa à sodomia conjugal, ela poderia denunciá-lo por atentado ao pudor, sendo o cônjuge passível de punição. A sodomia, assim como relações homossexuais (tanto entre homens como entre mulheres) eram vistas como anti-naturais

71 “Além da força física, eram consideradas violência outras formas que privassem a mulher de suas faculdades tais como o hipnotismo, o clorofórmio, o éter e demais anestésicos e narcótico” (CASTRO, 1932, pp. 48-49 e 97-125, apud MAZZIEIRO, 1998)

(até 1821 a homossexualidade era punida com a pena de morte no Brasil).

A prostituta, como visto, também poderia ser considerada uma vítima de estupro, tanto no código de 1830 quanto no de 1890, mas em ambos é gritante a diferença de pena atribuída. A pena de um estuprador de uma virgem ou mulher “de respeito” é muito maior do que a de um estupro cometido contra uma “mundana”. A prostituta não se encaixa na posição-esposa/mãe e, por não seguir o comportamento “passivo” e “subserviente” que as mulheres “normais” deveriam apresentar, é condenada a um tratamento legal parcial que lhe atribui uma menos-valia. A violência cometida contra ela é “menos condenável” do que a cometida contra outras mulheres. Mais adiante veremos que essa situação ainda ficará pior no Código Penal de 1940.

Vários autores citam o aumento do índice de crimes sexuais no fim do século XIX e no começo do século XX. Geralmente as explicações dadas para tais índices é a mudança de comportamento da mulher. Conforme Castro (1932, p.21-22) afirma, a mulher “dominada pela idéia, errônea e subversiva de sua emancipação, fazia de tudo para perder a estima e a consideração dos homens”. Ainda segundo esse mesmo autor:

Umas são em verdade dignas da proteção da lei e da severidade inflexível do juiz. Tímidas, ingênuas, incautas, foram vítimas da força brutal do estuprador ou dos artifícios fraudulentos do sedutor. Mas há outras corrompidas e ambiciosas que procuram a lei para fazer chantagem, especular com a fortuna ou com a posição social do homem, atribuindo-lhe a responsabilidade de uma sedução que não existiu, porque elas propositalmente a provocaram, ou uma violência imaginária, fictícia (CASTRO, 1932, p.XIX-XX).

A passagem do século XIX para o XX, no Brasil, é caracterizada por várias mudanças, como o fim do sistema escravocrata (1888), a proclamação da República (1889), a inclusão de um número considerável de imigrantes⁷² europeus – sendo que alguns trouxeram consigo o anarquismo – e o processo de industrialização, que afetou a estrutura das relações sociais, não apenas entre classes, mas entre homens e mulheres. As mulheres, que antes exerciam suas atividades dentro de casa (lavando, passando, cozinhando,

72 Entre 1880 e 1930 entraram no Brasil cerca de 3,5 milhões de imigrantes (RAGO, 2007, p.580)

costurando, cuidando do marido e dos filhos), agora iam às ruas, para trabalhar em fábricas, confecções, escritórios e etc. Esse deslocamento do privado para o público causou reações variadas, sendo a principal a preocupação com a moral e os bons costumes. De acordo com Rago (2007), mulheres e crianças compõem grande parte do proletariado no Brasil no início do século XX e tais mulheres eram retratadas de várias formas:

Frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e “indesejáveis” para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e “degeneradas” para os médicos e juristas, as trabalhadoras eram percebidas de vários modos (...) lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com a sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual (RAGO, 2007, p.579)

A autora comenta que o ambiente fabril era muitas vezes descrito como “antro de perdição”, “bordel” ou “lupanar” e as operárias ou mulheres que trabalhavam fora de casa eram descritas como “passivas” e “indefesas”, além de serem “facilmente influenciáveis”. É importante observar que esse tipo de pensamento não é exclusividade do empresário ou do homem burguês, sendo também encontrado no meio operário:

O papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar (jornal operário A Razão, 29 de julho de 1919, apud RAGO, 2007, p. 585)

O fantasma que assombrava os guardiões da moral e dos bons costumes era o perigoso contato que poderia ser estabelecido entre as mulheres – de personalidade “naturalmente fraca” - que trabalhavam fora do universo privado (casa) e o “sedutor mundo da prostituição”. O trabalho feminino fora do âmbito do lar era visto por certos médicos como uma conduta que levaria à degradação do modelo burguês de família (pai provedor da casa e mãe rainha do lar).

Essa preocupação era tão grande que, em 1913, a regulamentação da

prostituição volta a ser debatida, desta vez na Câmara de São Paulo, através do projeto de número 8. Armando Prado, entendendo a prostituição como um mal necessário, propõe que o poder público toma uma atitude frente tal atividade visando o “benefício da segurança e saúde públicas”⁷³. O primeiro artigo definia que

Art. 1º – Fica absolutamente proibida a localização de casas de prostituição nas praças e ruas de grande trânsito e nas proximidades de quarteis, colégios, escolas de ensino primário, ou superior, fábricas, templos, de qualquer culto, teatros e outras casas de diversão. (grifo meu)

Dessa forma, as casas de prostituição deveriam ficar longe de lugares onde ocorria uma maior concentração de homens (clientes em potencial), como os quartéis, escolas e fábricas; de mulheres (que poderiam ser seduzidas pela “vida fácil”), como fábricas e templos; de pessoas em geral, que freqüentavam escolas, templos, teatros e outras casas de diversão, além de ruas e praças movimentadas. Prado quase explicitou que as casas de prostituição deveriam ficar “do lado de fora dos muros” - caso existisse algum em São Paulo – tal como ocorrera em muitas cidades medievais, como apontado no capítulo 2. Tal como os banheiros (conhecidos como “casinhas”, pois durante muito tempo ficavam do lado de fora da casa), assim deveriam ficar as prostitutas na visão dos políticos da época.

Como o projeto número 8⁷⁴ possui um conteúdo longo, abaixo encontram-se resumidos os temas apresentados nos demais artigos:

- ✓ Cadastro das casas de prostituição, cuja mudança de localidade só poderia ocorrer após autorização dos poderes competentes;
- ✓ Regulamentação da aparência das casas;
- ✓ Cadastro das prostitutas, das “madames” e exames médicos para as primeiras;
- ✓ Possibilidade de visitas e inspeções médicas (pagas se feitas na residência das prostitutas, gratuitas se nos gabinetes médicos da Secretaria da Justiça e

73 Anais da Câmara Municipal, ref. A1913, p. 34, apud FONSECA, 1982, p. 173

74 Completo em Anexo

da Segurança Pública);

- ✓ Recolhimento das prostitutas doentes a hospitais;
- ✓ Proibição do exercício da prostituição por mulheres doentes ou menores de 18 anos;
- ✓ Afixação de cartazes com as regras de profilaxia da sífilis, das moléstias contagiosas e das leis e regulamentos sobre a prostituição.

É visível a forte preocupação com a questão da saúde (com o foco na profilaxia), assim como os aspectos morais (como a normatização da aparência das casas nas quais as prostitutas trabalhavam, que deveriam ser discretas e impedir a visão do que era feito lá dentro, por exemplo).

A atenção dada à prostituição continuou nos anos que se seguiram:

Em 1914, criou-se o "serviço de inspeção de costumes". Em 1915, instituiu-se um arquivo de prontuário sobre a prostituição, tendo um total de 2.272 prontuários. Em 1920, o Delegado Geral propôs a criação de uma polícia especial de costumes uma vez que "a repressão ao lenocínio, cancro que vai expandindo suas garras à medida que a cidade aumenta não é cousa que se possa confiar a todas as autoridades conjuntamente". Em 1924, com a lei 2.034 criou-se a Delegacia de Costumes e Jogos. Pelo decreto 4.405-A, de 17/04/1928, todas as delegacias deveriam ter o livro de registro de prostitutas, que passaram a ser controladas também pela guarda civil (MAZZIEIRO, 1998, [s.p.])

Além do processo de criminalização que a atividade de se prostituir estava sofrendo, no começo do século XX o meretrício passa a ser associado ao uso de entorpecentes:

O problema do uso e tráfico de substâncias entorpecentes atingiu seu ponto crucial na década dos anos 1920. Anteriormente, no entanto, o éter, a cocaína, a morfina, o ópio e a maconha já eram conhecidos e usados por viciados de São Paulo (FONSECA, 1982, p.186)

Tal situação aumenta a aura de periculosidade e de contravenção que envolvia a imagem da prostituta. O Código Penal de 1940 apresentou diversas modificações no que

tange aos crimes contra os costumes, sendo um deles o texto que legislava sobre o estupro. O artigo 215 declara que “Ter conjunção carnal⁷⁵ com mulher *honesta*, mediante fraude” (itálico meu) é considerado estupro, ou seja, qualquer mulher que não se encaixe no imaginário da boa mulher é passível de ser estuprada sem que isso gere maiores problemas para o homem.

O que seria então, para os juristas, uma mulher honesta? Para Stucchi (TJRJ - AC - Rel. Octávio Stucchi - RJTJSP 9/578):

Mulher honesta não é somente aquela cuja conduta, sob o ponto de vista da moral sexual, é irrepreensível, senão também aquela que ainda não rompeu com o mínimo de decência exigido pelos bons costumes. Só deixa de ser honesta a mulher francamente desregrada, aquela que, inescrupulosamente, *multorum libidine patet*⁷⁶, ainda que não tenha descido à condição autêntica de prostituta

O sintagma "*mulher honesta*" se contrapõe ao sintagma “mulher desonesta” e coloca em circulação o seguinte sentido: apenas a mulher honesta tinha o direito de ter sua liberdade sexual protegida, sendo essa “liberdade sexual” a liberdade de casar virgem e ter filhos gerados dentro do matrimônio. A mulher que “saísse do papel” de esposa e/ou mãe e/ou mulher comedida era ameaçada, sendo-lhe vetada a possibilidade de se defender juridicamente contra uma possível violência sexual. É notório, em julgamentos de estupro, a tentativa dos advogados da defesa de apresentar a acusante como uma mulher “perdida” ou “devassa”, insinuando que a culpa pelo acontecido (que, como tais advogados costumam postular, na verdade não passa de um mal-entendido) é da mulher.

Essa divisão entre as mulheres honestas, de 'família', e as outras era amplamente divulgada em revistas e jornais da década de 1950, principalmente em artigos voltados para o público feminino, como pode ser visto no trabalho de Bassanezi. Conforme a autora afirma (2007, p.607), as mulheres da década de 1950 no Brasil eram “herdeiras de idéias antigas, mas sempre renovadas, de que as mulheres nascem para ser donas de casa,

75 Conjunção carnal, para os termos da lei, quer dizer cópula vagínica, relação sexual.

76 Mulher que “está disponível ao desejo de muitos” – tradução do Professor Paulo Sérgio de Vasconcellos, DL/IEL – Unicamp.

esposas e mães (...) por, isso a importância do casamento na vida de uma mulher”. Herdeiras de pensamentos gregos (lugar da esposa é em casa), protestantes (a função da mulher é ser mãe e boa esposa), médico-higienistas (a sexualidade feminina “normal” conduz a mulher ao casamento e à maternidade):

Lugar de mulher é o lar (...) a tentativa da mulher moderna de viver como um homem durante o dia, e como mulher durante a noite, é a causa de muitos lares infelizes e destruídos. (...) Felizmente, porém, a ambição da maioria das mulheres ainda continua a ser o casamento e a família. Muitas, no entanto, almejam levar uma vida dupla: no trabalho e em casa, como esposa, a fim de demonstrar aos homens que podem competir com eles no seu terreno, o que frequentemente as leva a um eventual repúdio do papel feminino. Procurar ser à noite esposa e mãe perfeitas e funcionária exemplar durante o dia requer um esforço excessivo (...) O resultado é geralmente a confusão e a tensão reinantes no lar, em prejuízo dos filhos e da família (*Querida*, nov. 1954, apud BASSANEZI, 2007, p.624)

Esse panorama só começaria a ser lentamente alterado no Brasil no final da década de 1960. A década que ficou conhecida por suas evoluções e manifestações, trouxe também algumas mudanças de hábitos e de comportamentos (ou posturas) sexuais, em parte graças à popularização da pílula anticoncepcional e outros meios contraceptivos. De acordo com Engel (1989, p.14), “vistas e digeridas, bem ou mal, estas mudanças são ratificadas pela intervenção crescente de saberes científicos, “neutros” ou “isentos de preconceitos”. Neckel (2007), ao analisar algumas revistas femininas da década de 1960 e 1970, mostra que esse “saberes científicos” estão longe da neutralidade almejada:

Os sentimentos desempenham um papel de maior importância na vida da mulher, podendo levá-la à satisfação máxima ou comprometer irremediavelmente todo o seu relacionamento amoroso na faixa dos sentimentos negativos; destacam-se o medo e a vergonha, provenientes quase sempre de uma educação à base de mistérios e tabus, que provocam inibições e reações de autodefesa. No extremo oposto, uma excessiva liberdade cobra juros altos àquelas que a adotam, pois como disse há pouco um médico sueco, “a pior aventura que pode acontecer à sexualidade é a sua queda para o plano do mecanismo funcional. O automatismo tanto quanto

a inibição conduzem à neurose e à frigidez” (revista *EleEla*, ano 1, n.6, out.1969, p.8, apud NECKEL, 2007, p.325)

Observemos algumas passagens desse artigo publicado em 1969:

- Os **sentimentos** desempenham um papel de maior importância na vida da mulher
- relacionamento **amoroso**
- **excessiva liberdade** cobra juros altos

Em pleno período da revolução sexual, temos uma revista de considerável circulação nacional⁷⁷ abordando a questão da sexualidade feminina (o que é um avanço se a compararmos com os textos das revistas da década de 1950). Porém, ao analisarmos os sentidos produzidos no artigo, o efeito que se tem é de eco: uma voz que diz que a sexualidade feminina só é saudável se baseada no sentimento, no amor. O relacionamento é **amoroso**, não sexual e enquanto os homens automatizam o sexo (o que é visto como algo inerente ao seu ser), caso a mulher o faça será punida com a neurose e a frigidez. Trocou-se a danação no inferno, a pena pelo pecado cometido, por infindáveis sessões de terapia, resultado do exercício “errado” de sua sexualidade. Como ressaltou Neckel sobre os artigos lidos em sua pesquisa:

na maioria dos artigos o movimento de “liberação sexual” era para as mulheres, e aparecia amarrado à instituição do casamento; uma oposição às propostas libertárias e contrárias a relações emocionais, fixas e monogâmicas. A “revolução sexual”, nas revistas que pesquisamos, fixava-se nas lições de como facilitar o ajustamento perfeito do casamento em seus aspectos sexuais (NECKEL, 2007, 327).

É importante lembrar que o período pesquisado por Neckel é conhecido por ser fortemente controlado pela censura, pois o Brasil vivia em plena ditadura militar. O Departamento de Costumes e Diversões Públicas, da Polícia Federal, interferia no uso de

⁷⁷ Em 1975 essa revista tinha cerca de 973.300 leitores/as, de acordo com Neckel (2007, p. 318)

fotos e na redação dos textos a serem publicados em diversas mídias (incluindo letras de músicas) e não permitia que houvesse qualquer tipo de questionamento aos “padrões morais” da época. Como o poder absoluto também é uma construção, portanto algo inatingível, as pessoas arranjavam meios de burlá-lo:

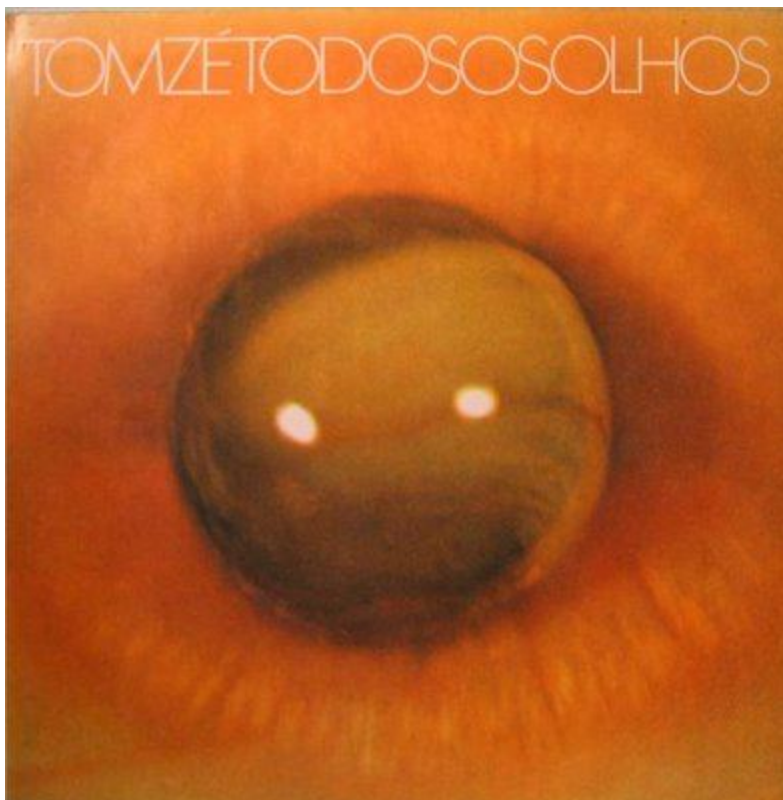


Imagem 6: Todos os olhos

Fonte: <http://bigearflux.files.wordpress.com/2008/11/todososolhos2.jpg>

Quem diria que a capa desse disco do Tom Zé, **Todos os olhos**, de 1973⁷⁸, é o ânus de uma modelo com uma bolinha de gude nele?

Frente a esse período de repressão e controle não é surpreendente que a história da prostituição no Brasil sofra uma rarefação quando o período focado compreende as décadas de 1960 e 1970. Um estudo interessante é a dissertação de mestrado de Mazzariol que tem como tema o confinamento da prostituição na cidade de Campinas entre os anos de 1966 e 1974.

78 <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT935967-1655,00.html>

A conjuntura política da época queria retirar as casas de prostituição do bairro do Taquaral, pois sua presença impedia a expansão da exploração imobiliária da região, o que culminou com a criação da “Operação Limpeza”. As prostitutas então passam a sofrer forte pressão, principalmente dos policiais, que embora não pudessem prendê-las pela prostituição em si, buscavam formas de enquadrá-las em outros artigos, como o Art. 59 – “vagabundagem” e Art. 233 - “ultraje público ao pudor” do Código Penal de 1940. As prostitutas acabaram se mudando para o que se tornaria uma das maiores zonas de meretrício da região: o Jardim Itatinga.

Além do interesse imobiliário, a mudança das prostitutas era baseada na tese regulamentarista:

- a) o confinamento das prostitutas “limpa” a cidade separando a prostituição do seio da comunidade familiar;
- b) o zoneamento de prostitutas possibilita a fiscalização da saúde das mulheres, sendo uma forma de combate às doenças venéreas;
- c) o controle dos prostíbulos pelo zoneamento e fichamento das mulheres facilita a efetuação do trabalho policial abrindo possibilidade da realização eficiente de combate a crimes prioritários;

Segregação, controle de saúde e fichamento, conseqüentemente, são os elementos constitutivos do sistema regulamentarista e usados pela polícia campineira para efetuar o controle da prostituição (MAZZARIOL, 1976, p. 77).

As mulheres que se mudavam para Itatinga e que exerciam a atividade de prostituta eram fichadas pela Delegacia de Jogos e Costumes de Campinas e obrigadas a apresentar, quinzenalmente, exames médicos. São perceptíveis as semelhanças entre as alegações apresentadas na década de 1970 e as elaboradas no final do século XIX, início do XX: segregação, controle e fiscalização sanitária.

Durante sua pesquisa, Mazzariol (1976, p.03) afirma que, embora tenha precisado adotar a abordagem da “pesquisa participante”, “não me prostituí em nome da ciência”. Mais adiante ela complementa dizendo que “tão somente por força circunstancial

pude ser confundida com uma prostituta – por ser uma mulher e estar na zona, conseguindo assim estabelecer contatos em certa igualdade de condição” (MAZZARIOL, 1976, p.03-04)

A fala da pesquisadora é muito interessante, pois coloca em evidência uma parte do funcionamento do imaginário acerca da sexualidade feminina no Brasil no final da década de 1960, início da de 1970: uma mulher em uma boate em uma zona de meretrício só poderia ser uma prostituta. Até mesmo os amigos da pesquisadora começaram a tratá-la de forma diferente, pois

Pela mancha adquirida por violar as regras – estar em uma “boite” na zona de meretrício, conversar com prostitutas e homens interessados em “programas”, os amigos que me acompanhavam acabavam por me “cantar”; isso levou-me a uma crise pessoal e a necessidade de escolher a dedo companhia masculina que entendesse a minha situação (MAZZARIOL, 1976, p.04)

Os mecanismos de controle não deixam impune quem os desafia. A divisão entre o mundo das “moças de família” e das “mundanas” é vista em outra passagem relatada pela pesquisadora. Mazzariol entra em contato com uma prostituta que queria escrever um livro sobre a sua vida: “eu [Mazzariol] me propus a tal com a seguinte condição: que me levasse a uma casa de prostituição. Ela [a prostituta] relutou em aceitar a condição imposta por mim, afirmando que isso iria me prejudicar pelo fato de eu ser de “família” (MAZZARIOL, 1976, p.04). A visão dicotômica entre o mundo da prostituição e o mundo da família (burguesa) é observado pela antropóloga ao longo de todo o seu texto.

Foram necessários quase trinta anos depois da pesquisa realizada por Mazzariol e 40 anos do início da revolução sexual para que mudanças significativas fossem vistas em um texto jurídico. No dia 29 de março de 2005 entrou em vigor a Lei no. 11.106, de 28 de março de 2005. Essa lei alterou o Código Penal brasileiro de 1940 em relação ao disposto nos arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 (assim como acrescentou o art. 231-A).⁷⁹

A redação do o artigo 215 passou de "Ter conjunção carnal⁸⁰ com mulher

79 Informação disponível no endereço: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2848.htm#art215>>

80 Conjunção carnal, para os termos da lei, quer dizer cópula vagínica, relação sexual.

honest, mediante fraude" (itálico meu) para "Ter conjunção carnal com mulher, mediante fraude". Com a correção, *qualquer mulher* poderá ser vítima, incluindo aí a prostituta. A demora em atualizar a lei mostra como a constituição do imaginário sobre a prostituição no Brasil é afetada pela história através da formalização da lei, modo de forte estabilização social.

Os acontecimentos anteriormente mostrados e o percurso até este ponto percorrido buscaram entender a formação da memória discursiva sobre a prostituição. Esse gesto foi necessário, pois como observou Orlandi (2003, p.33) o enunciado é:

composto pela sua formulação e também pela sua historicidade, o saber discursivo que foi se constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres, a memória que tornou possível esse dizer para esses sujeitos num determinado momento e que representa o eixo de sua construção (interdiscurso).

Uma vez estudada como foi sendo constituída a memória discursiva sobre a meretriz, principalmente no Ocidente, tendo destaque os acontecimentos na Europa, nos EUA e no Brasil, analisaremos como a discursividade sobre o meretrício afetou a discursividade de uma entidade que representa as prostitutas brasileiras, a ONG **Davida**, cuja página está disponível na internet. Resultado de um longo processo de lutas e reivindicações, cuja fundadora tem um percurso que passa pelos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, pela Teologia da Libertação, pela militância do PT até chegar a uma organização no formato ONG (como veremos a seguir), a página **Davida**, criada na década de 1990, coloca em circulação vários sentidos que foram sendo constituídos durante a formação da discursividade sobre a prostituta, anteriormente abordada. Porém os sentidos presentes na página produzem deslizamentos, e sua formulação se dá de uma outra maneira. É nesse ponto que reside a sua riqueza, como será mostrada durante a análise.

Geni e o Zepelim - Chico Buarque

De tudo que é nego torto
Do mangue e do cais do porto
Ela já foi namorada
O seu corpo é dos errantes
Dos cegos, dos retirantes
É de quem não tem mais nada
Dá-se assim desde menina
Na garagem, na cantina
Atrás do tanque, no mato
É a rainha dos detentos
Das loucas, dos lazarentos
Dos moleques do internato
E também vai amiúde
Com os velhinhos sem saúde
E as viúvas sem porvir
Ela é um poço de bondade
E é por isso que a cidade
Vive sempre a repetir

Joga pedra na Geni
Joga pedra na Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni

(...)

III. NAVEGANDO NOS MARES DE SIGNIFICAÇÃO

A internet é um meio que os computadores têm de compartilhar informações e dados, seja através de conexões telefônicas, via cabo ou rádio. Porém, embora haja uma distinção técnica entre ‘internet’ e ‘web’ (sendo a web⁸¹, de forma resumida, criada com o objetivo inicial de facilitar a circulação e transmissão de informações e dados através de um meio mais amigável, ao invés de linhas de comando em uma tela escura), essa diferença é apaga no seu uso comum. Neste trabalho também não iremos distinguir esses dois termos.

A web possibilita, através de “elos digitais” denominados *links*, a ligação de diversas mídias, o que cria uma verdadeira teia de conexões e caminhos de navegação. Os *links* podem ser praticamente qualquer elemento gráfico presente na página da web – desde uma simples letra até uma figura. Os *links* não devem ser vistos apenas como um recurso técnico disponível na web, pois conforme Morello (2003, p.127) observa, os *links*:

definem uma relação de sentidos (...) Ligar/linkar significa atribuir sentidos. Preencher. Propor uma ligação entre formulações significa cobrir de sentidos uma região de dizeres possíveis constitutivos de uma formulação, e que esta, ao se constituir, coloca em suas margens.

A internet é vista por muitos como um ambiente anárquico e muito dinâmico (uma página – *web page* - que existia na semana passada, hoje pode ter simplesmente desaparecido). Ao ser concebida como um espaço de maior liberdade, onde vozes múltiplas podem ser encontradas e ouvidas, a internet foi “adotada” por muitas culturas classificadas como *underground* ou por grupos marginalizados pela sociedade.

Através das revistas eletrônicas, dos *blogs* e fóruns de discussão, novas subjetividades vêm sendo formadas, novas possibilidades interpretativas se tornam visíveis e os conflitos ideológicos⁸²

81 World Wide Web, ou simplesmente www.

82 O termo “ideológico” adotado por Lima corresponde à abordagem sociológica

encontram um lugar para serem encenados. (LIMA, 2006: p. 4)

Lévy (1999) destaca essa característica marcante do ciberespaço⁸³ (e da cibercultura⁸⁴) de ter a capacidade de conter vozes diversas, de forma simultânea, o que para muitos - como observa Canabrava (2007) - pode ser significado como um espaço ou democrático, ou anárquico:

(...) quanto mais o ciberespaço se amplia, mais ele se torna “universal”, e menos o mundo informacional se torna totalizável. O universal da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz. É vazio, sem conteúdo particular. Ou antes, ele os aceita todos, pois se contenta em colocar em contato um ponto qualquer com qualquer outro, seja qual for a carga semântica das entidades relacionadas (LÉVY, 1999, p.111) (grifo meu)

Porém Lévy (idem) adverte que a universalidade do ciberespaço não deve ser entendida como sinônimo de “neutralidade”, ou livre de consequências. A universalidade pregada pelo autor acima encontra oposição quando observamos a seguinte fala de Foucault (2004, p.37)

(...) ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os eventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala.

Dias (2004), ao comentar a fala de Mathias (1997), afirma que essa “liberdade” existente na internet é o resultado de uma construção imaginária. A pessoa para acessar a internet precisa vencer desde barreiras físicas (como ter um computador e uma conexão com a internet) até abstratas – ter o conhecimento necessário para de fato navegar na internet e nela se relacionar com outras pessoas. Como Dias (2004, p. 49) afirma:

83 “o termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 1999, p.17)

84 “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LEVY, 1999, p.17)

a internet funciona sob a evidência de que se um sujeito navega na rede, ele 'deve' saber mobilizar os seus recursos. Essa evidência faz parte das condições de produção imediatas e das circunstâncias de enunciação da net.

O indivíduo é interpelado em sujeito pela técnica e, como no caso da internet isso ocorre em relação ao ciberespaço, Dias (2004, p.49) o denominou cibersujeito:

É nessa relação homem-técnica-ideologia que a Internet funciona como um vetor de transformação social, produzindo evidências de sentido. Isso inclui a sociedade contemporânea, com a cibercultura e o desdobramento da noção técnica da informática em uma verdadeira rede ciberespacial, em um prolongamento da vida no espaço de silício (...).

Ao pensar sobre a natureza da internet e a forma como ela é atualmente usada, respeitadas suas especificidades, ela não deixa de se configurar como um tipo de arquivo. Como escreveu Romão (2005)

Na rede eletrônica, as páginas do livro de silício podem ser vistas como arquivos demarcados ideologicamente, nos quais sujeitos inscrevem sentidos, representam-se imaginariamente, ocupam certas posições e fazem falar ditos, que não são naturais nem evidentes. No entre-meio dos links, a ordem da língua e a ordem da história reclamam o tempo todo que a linguagem seja significada a partir do que não está na tela, mas do que a memória histórica e a memória do dizer cavaram em outros locais, em outros atos de dizer e em outras inscrições sociais dos significantes.

Não devemos pois entender o termo arquivo como um “conjunto de dados” que guardam uma “verdade” pronta, pois isso excluiria sua historicidade, sua demanda em significar a partir de determinadas condições de produção. Como observa Nunes (2007, p. 374) “o material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de “comprovação”, onde se suporia uma interpretação unívoca”. Sobre a “leitura do arquivo” Pêcheux (1997, p.56) comenta ainda que:

por tradição, os profissionais da leitura de arquivos são ‘literatos’ (historiadores, filósofos, pessoas das letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles sua própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos.

Além da “seleção” existente que autoriza uns e desautoriza outros, Pêcheux (idem, p.60) também critica a visão do arquivo como algo neutro:

não considerar os procedimentos de interrogação de arquivo como um instrumento neutro e independente (um aperfeiçoamento das técnicas documentais) é se iludir sobre o efeito político cultural.

Muitos podem imaginar que o advento da internet veio alterar a legitimação que existe sobre quem pode (ou não) ler e interpretar os arquivos. Como mencionado anteriormente, não é qualquer um que consegue usar a internet e ingressar no ciberespaço. É necessário dominar uma técnica, ou seja, ter um determinado conhecimento – de como manipular as ferramentas dos softwares, por exemplo – que darão acesso à cibercultura. De acordo com Pêcheux (1997, p.57)

A outra vertente da leitura do arquivo - sem a qual a primeira não existiria provavelmente como tal - tem aderências históricas completamente diferentes: trata-se deste enorme trabalho anônimo, fastidioso mas necessário, através do qual os aparelhos de poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva. Desde a Idade Média a divisão começou no meio dos clérigos, entre alguns deles, autorizados a ler, a falar e escrever em seus nomes (logo, portadores de uma leitura e de uma obra própria) e o conjunto de todos os outros, cujos gestos incansavelmente repetidos (de cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação etc) constituem também uma leitura, mas uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega (...) (1997, p.57)

A partir do que foi dito anteriormente, é possível entender as páginas existentes na internet como tipos de arquivos. Embora a leitura de páginas como a da ONG **David**a só seja possível graças à Internet (e que o alcance do jornal **Beijo da Rua** seja ampliado com o uso da *web*), isso não significa que discursos estejam circulando livremente, e efeitos como

o silenciamento tenham desaparecido.

Como comenta Melo (2003, p. 138) sobre um discurso que tenha uma circulação mais restrita, ele “só aparece em *sites* e *homepages* de iniciativa pessoal e/ou institucional e só serão conhecidas caso o sujeito-internauta esteja realizando buscas”.

3.1 Fecundação, gestação e nascimento Davida

Em 1979, Gabriela Leite, juntamente com outras prostitutas e travestis, fizeram uma marcha no centro de São Paulo contra as atitudes do delegado Wilson Richetti, da 3^a Seccional (Centro), quatro meses após a sua posse. De acordo com Fry e MacRae (1983, p.29):

Quase mil pessoas atenderam a chamada, prostitutas, alguns membros dos movimentos negro, estudantil e feminista, mas sobretudo um grande contingente de homossexuais, que deram o tom do evento através de palavras de ordem do tipo: "Agora, já, queremos a fechar", "ABX, libertem os travestis", "Richetti a louca, ela dorme de touca".

Assim que assumiu o posto da delegacia cuja jurisdição englobava as Bocas do Lixo e do Luxo, Richetti iniciou uma onda de perseguições a homossexuais e prostitutas, incluindo prisões arbitrárias e espancamentos. Gabriela Leite (1992, p. 85) comentou que “a tortura, que sempre tem o componente de sadismo puro, perverso, resultou na morte de dois travestis e uma mulher, que por sinal estava grávida”.

Após a passeata, o grupo realizou uma assembléia no teatro cedido por Ruth Escobar, o que chamou bastante a atenção da imprensa. Frente à repercussão do assunto, o governo do estado afastou o delegado Richetti e no seu lugar foi colocado outro policial.

Durante a marcha Gabriela Leite começou a pensar na possibilidade de organizar as prostitutas para que elas tivessem melhores condições de vida. Isso seria o início de uma longa gestação.

De acordo com Leite (1992), três anos após a passeata ela se mudou para o Rio de Janeiro, para a zona do Mangue. Na sua busca por melhores condições de vida para as mulheres que viviam da prostituição, Gabriela passou pelo ISER – Instituto de estudos da religião, pela Teologia da Libertação (cujo contanto inicial foi através de Leonardo Boff) e pela ala católica do PT. Em 1986, quando era membro do ISER e presidente de uma Zonal⁸⁵



Imagem 7: Fernando Gabeira/1979
Fonte: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/foto/0,,13829395,00.jpg>

do PT, Gabriela conheceu Fernando Gabeira, que queria se candidatar a governador pelo Partido dos Trabalhadores, mas encontrava certa resistência devido a dois acontecimentos: a publicação do livro **O que é isso, companheiro?**⁸⁶ e a polêmica gerada por causa da sua sunga⁸⁷ (imagem à esquerda).

Lançado pelo PT, Gabeira chegou a ter em seu palanque Lula e Gabriela Leite, lado a lado, em um comício realizado em Nova Friburgo. Embora a campanha tivesse sido boa, Gabeira não venceu as eleições, mas Gabriela ganhou um aliado em sua batalha (Idem, 1992).

Idealizado por Leite, em 1987, acontecia o I Encontro Nacional de Prostitutas, contando com cerca de 70 mulheres de 11 estados. O foco do encontro era a criação de associações que de fato representassem as meretrizes. Uma das maiores preocupações na época era a violência policial – o mesmo motivo que impulsionou a criação do COYOTE, como já mencionado neste trabalho. Durante esse encontro nasceu a idéia de criar um jornal voltado para as prostitutas, o que ia se concretizar um ano depois.

85 Área que abrangia os bairros cariocas de Laranjeiras, Santa Tereza e Bairro de Fátima.

86 Livro publicado em 1979, após o seu retorno ao Brasil depois de nove anos exilado, pelo regime militar pós golpe de 1964.

87 Em dezembro de 1979, Gabeira foi ao Posto Nove, na Praia de Ipanema, no Rio, trajando uma sunga que seria a parte de baixo do biquíni de sua prima, a jornalista Leda Nagle.

Gabriela continuou sua militância e em 1988, a associação da Vila Mimosa⁸⁸ foi fundada, sendo a primeira associação de prostitutas que se tem notícia no Brasil. Nesse mesmo ano, o jornal **Beijo da Rua** foi lançado, em Recife, durante o I Encontro Norte e Nordeste de Prostitutas. Com uma tiragem de 10.000 exemplares e circulação em 17 estados brasileiros, o jornal ganharia sua versão eletrônica dezesseis anos mais tarde.

Em 1989, durante um novo encontro realizado no Rio, foi formalizada a criação da Rede Nacional de Profissionais do Sexo, que agrupava as associações de prostitutas espalhadas pelo Brasil, tais como a Associação das Prostitutas do Ceará, o Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central, a Associação Sergipana de Prostitutas, a Associação das Damas da Vida do Estado do Rio de Janeiro e o Núcleo de Estudos da Prostituição no Rio Grande do Sul (em 2003, contabilizava-se 23 associações, representando cerca de 20 mil prostitutas afiliadas à Rede⁸⁹). Durante esse encontro de 1989 foi iniciada a discussão sobre os meios de se prevenir DSTs, tais como o HIV/AIDs, que se tornará um assunto constantemente tratado.

Em 1992 Gabriela Leite funda a **Davida**, uma organização não-governamental que busca promover a cidadania das prostitutas através de ações em diversas áreas, tais como a educação, a saúde e a cultura (tanto a nível local quanto nacional) (BARBARÁ, 2007). A ONG possui um centro de memória sobre a prostituição - e assuntos a ela relacionados - e parte do seu acervo já está disponível para consulta, segundo informação da própria página da organização.

Em 2002 a Coordenação Nacional de DST e AIDs (do Ministério da Saúde) - durante o Seminário Aids e Prostituição realizado em março, em Brasília - lançou uma campanha nacional de prevenção, intitulada "Sem vergonha, garota. Você tem profissão"⁹⁰, voltada às prostitutas, objetivando o desenvolvimento de sua auto-estima e da sua cidadania, como meios para a promoção à saúde. A campanha buscou, primeiro, mostrar às

88 Conjunto de casas na região central do Rio de Janeiro, que formavam uma zona de prostituição muito antiga. Porém, projetos de re-urbanização, implantados por volta de 1995, desapropriaram essa área e a zona se mudou para outra região.

89 Encontro apóia profissionalização de prostitutas - 14/10/2003 Programa Nacional de DST e Aids. Disponível no endereço: <<http://sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=50839>>

90 Informação disponível no site: <<http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS7FA9F211PTBRIE.htm>>

prostitutas que elas têm direitos, como o uso da camisinha por parte dos cliente; e, segundo, abordar a utilização correta tanto do preservativo masculino quanto do feminino. Sua veiculação foi feita pelo rádio⁹¹ e nos locais de prostituição, e o material também incluía cartilhas, *folders*, adesivos e broches.

O último Encontro Nacional de Prostitutas, intitulado “Profissão Meretriz”, ocorreu em dezembro de 2008, no Rio, tendo a presença de prostitutas vindas de 25 estados brasileiros. O tema principal do evento foi o estigma que as afeta e a necessidade de ter seus direitos humanos, como mãe e trabalhadoras, respeitados. Dentre as questões debatidas estavam:

o impacto das leis e da ordenação pública no trabalho sexual, as parcerias governamentais e privadas em áreas como saúde e cultura, assim como tratará da violação dos direitos humanos e do estigma das profissionais do sexo (**O Globo**, 01 de dezembro de 2008)

O evento contou com a participação do presidente da OAB/RJ, Wadih Damous, da presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, Margarida Pressburger, do chefe da Unidade de Prevenção do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids, Ivo Brito, da representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Alanna Armitage, da diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Beatriz Kushnir, e da diretora (e fundadora) da ONG **David**a, Gabriela Leite. Outro destaque foi o lançamento do projeto que visa pesquisar a violação de direitos humanos das prostitutas, em 11 capitais brasileiras. Através da capacitação de meretrizes, as mesmas farão o levantamento de histórias de violação.

É possível ver a atualidade desse tema – violação de direitos - quando observamos manchetes como:

Assassinato de prostituta é investigado na Bahia - Associação acompanha cerco ao cliente que estrangulou Ana Rita em hotel, 23/11/2007⁹²

91 A música criada para a campanha pode ser escutada no endereço <<http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISC00B1070ITEMIDAC924941E5EE4075B3C6F3CD95D29BB6PTBRIE.htm>>

92 Disponível no endereço <http://www.beijodarua.com.br/>

Prostituta é assassinada em Belém do Pará - Associação da categoria faz denúncia e busca justiça, 31/10/2007, 18h30

Crime sem castigo - Acusado de assassinar prostituta pode ir a novo julgamento, Agosto/ Setembro de 2004.

Os títulos acima pertencem a artigos publicados na versão eletrônica do jornal **Beijo da Rua** e são exemplos da violência cometida contra as prostitutas. Outro exemplo que revoltou a ONG **Davida** foi o episódio da doméstica Sirlei - que foi atacada por jovens da classe média carioca. Os jovens justificaram seus atos dizendo que achavam que Sirlei era uma prostituta. Por que ser prostituta é ser merecedora de agressão e desamparo legal? Como um discurso tão antigo, da menos-valia da meretriz, se mantém?

A respeito desse evento, Gabriela escreveu o artigo “A violência tá na cara”⁹³:

Os rapazes de boa família que agrediram e roubaram a Sirlei foram condenados. Somente pelo roubo. O juiz disse não ter provas suficientes para condená-los por agressão. Olho roxo, braço quebrado e até hoje com problemas, se isso não é prova, não sei mais o que é. São “rapazes de boa família”, com bons advogados (um deles, inclusive, está solto através de um hábeas-corpus) e um enorme futuro pela frente. Nunca é demais lembrar que o pai de um deles disse, à época da violenta agressão, que a Sirlei era muito fraquinha, foi somente um empurrão...

Por um lado é legal que foram condenados, pelo menos pelo roubo. Por outro, mais uma vez fica claro o quanto ainda precisamos avançar nos direitos de cidadãos e na luta pelo fim da violência contra as pessoas, cidadãs brasileiras, sejam elas profissionais liberais, grandes empresários, empregadas domésticas, prostitutas.

Eu enxergo bem (apesar dos óculos) e vi nas fotos de jornais Sirlei chegando à delegacia para depor com sinais mais que evidentes de violência. Olho roxo, braço quebrado e debilidade emocional não deveriam necessitar de laudo pericial e sim de laudo de sensibilidade contra toda e qualquer forma de violência.

Roubar é crime, bater em prostituta, não. Esses dizeres trazem à tona toda uma

93 Publicado em 1/2/2008 no seguinte endereço: <www.beijodarua.com.br>

memória sobre o desamparo legal enfrentando pela prostituta, assim como o processo de criminalização que ela sofre – como se elas fossem merecedoras de punição por aquilo que fazem. A ONG **Davida**, frente ao descaso do poder judiciário, entrou com uma ação contra os agressores, pedindo reparação de danos morais.

Outro exemplo do processo de criminalização que a prostituta ainda sofre podem ser vistos, por exemplo, em um jornal de ampla circulação na cidade de Jundiaí⁹⁴, o JJ⁹⁵

Prostituição em Jundiaí – “Tolerância Zero” nas ruas (25/07/2008)

Promotoria quer “operação limpeza” (24/07/2008)

Mais um passo para acabar com a prostituição (30/07/2008)

Abaixo é possível ver o começo da reportagem intitulada “Tolerância Zero” nas ruas:

Quatro viaturas, oito policiais militares, fiscalização em pontos estratégicos e verificação de documentos de *suspeitos*. Foi assim a abordagem durante a noite de ontem no Centro de Jundiaí, nas ruas Zacarias de Góes e Senador Fonseca.

A intenção era parar a viatura nos tradicionais pontos de prostituição e dispersar os profissionais do sexo dos locais, mostrando *tolerância zero* na ‘*Operação Limpeza*’, que visa coibir a presença *dessas pessoas* no Centro. (grifos meus)

A passagem assim contém uma série de dizeres que marcam as formações imaginárias existentes a respeito da prostituição, tais como:

associação com a criminalidade/contravenção: *suspeitos*

prostituição e sujeira: “*Operação Limpeza*”

94 Essa cidade se localiza cerca de 52 quilômetros de São Paulo e 53 quilômetros de Campinas.

95 Cuja versão *online* está disponível no endereço <<http://www.jj.com.br>>

prostitutas como um “incômodo”: *tolerância zero*

prostitutas como um “outro estranho”: *dessas pessoas*

Embora algumas mudanças tenham ocorrido, como a exclusão, em 2005, do termo *honesta*, no sintagma *mulher honesta*, usado no Código Penal brasileiro de 1940 para qualificar o tipo de mulher que poderia ser considerada vítima de estupro – ou que excluía a prostituta, vista como uma mulher não-honesta -, ou ainda a inclusão da prostituição na nova classificação brasileira de ocupações⁹⁶ do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), também em 2005, entendido como um passo rumo a regularização da prostituição como profissão, a memória que estigmatiza a meretriz ainda é muito forte e seus efeitos podem ser sentidos nas mais diversas materialidades.

3.2 Páginas Davida

Ao acessar a página da ONG **Davida** (<http://www.davida.org.br>) observa-se uma sequência de efeitos digitais. Orlandi (2003, p. 26) ressalta que precisamos “saber como um objetivo simbólico” - seja ele um enunciado, uma pintura, uma música ou uma página da internet – produz sentidos, pois ao sabermos isso iremos compreender como as interpretações funcionam.

Inicialmente vê-se o fundo da página de cor laranja.

96 Profissionais do sexo, código 5198-05

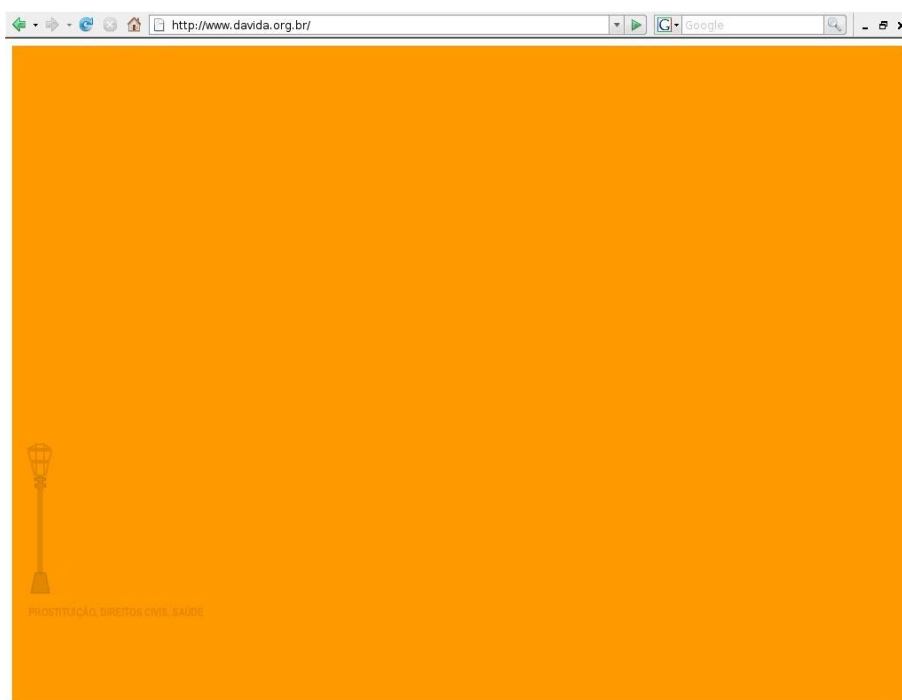


Imagem 8 – Tela da página da ONG Davida

É importante ressaltar que para a AD a linguagem não é concebida como um código ou um sistema fechado, e justamente por isso, discursivamente, tomaremos a cor numa relação significativa que integre a materialidade da página **Davida**.

Guimarães (2000, p.59) afirma que “podemos compreender a cor como um dos elementos da sintaxe da linguagem visual, e a linguagem visual como um dos diversos códigos da comunicação humana”. Sobre a cor laranja, o autor comenta que ela “intermedia o conflito no limite da denominação dos tons vermelhos e amarelos” e, embora seja uma cor “quente”, ela não é tão agressiva como o vermelho aos olhos humanos. Se observarmos o imaginário socialmente estabilizado, veremos que a cor laranja está associada à energia, à alegria, ao brilho do sol, ao estímulo, à criatividade e ao sucesso.



Imagem 9 – Detalhe do poste de luz

Sobre o fundo laranja, surge no canto esquerdo inferior da tela um poste de luz em estilo antigo com três palavras escritas logo abaixo: Prostituição, Direitos Civis, Saúde. A imagem e as letras são bem claras, quase apagadas, e vão escurecendo e se definindo aos poucos.

Redirecionando nossa atenção para o antigo poste, a luz que emana dele também dá vida à noite, ou seja, a iluminação possibilita a vida noturna. Na idade Média os portões da cidade eram fechados logo após o pôr-do-sol, bem como os estabelecimentos comerciais e as casas. As pessoas não saíam às ruas, e, se o fizessem, precisavam usar algo que as iluminasse: “in de middle ages no one was allowed to be outside his home, unless he was making himself clearly visible and identifiable” (SCHIVELBUSH, 1987, p.61). Como Koslofsky comenta (2002, p.751), “some nocturnal activities were necessary, such as the work of midwives or latrine cleaners, and others unavoidable, but all nocturnal sociability could fall under the ubiquitous early modern prohibitions of ‘nightwalking’”.

A rua era uma extensão da casa, e, de acordo com Schivelbusch (1987), foi o advento da iluminação pública que fez com que a rua passasse a ser entendida como um espaço público.

A iluminação pública trouxe a sensação de segurança e estendeu o tempo útil das atividades em sociedade, como podemos ver na ilustração de 1702, representando



Imagem 10: Leipzig Street Lighting Scene, 1702
Fonte: Journal of Urban History/September 2002

pessoas aproveitando a novidade na vila de Leipzig. As pessoas da época acreditavam que a iluminação iria “espantar” certos tipos sociais: “Prostitutes have to shun the light”; thieves lurking would instead ‘go off to bed’” (KOLOSFSKY, 2002, p.759).

Embora na Idade Média a prostituição fosse exercida mais em casas de banho, prostíbulos, tavernas e estalagens – ou seja, fora da rua - e que no século XVIII a luz do poste fosse evitada pelas prostitutas, nos séculos seguintes a meretriz irá para as ruas fazer o seu *trottoir* – e esse espaço urbano passará a defini-la, ‘mulher da rua’. A luz não mais a espanta, pelo contrário, a atrai, da mesma forma que o faz com as mariposas (outra denominação para meretriz).

Como vimos em vários momentos da história da civilização ocidental, foi se reafirmando o discurso sobre a prostituição, com esta sendo ligada à perturbação da ordem (vide CUNHA, 1986; MURPHY, 1994 entre outros) e à transmissão de doenças (como mostram os textos de Duchatelet, no século XIX; Conner, 1989; Engel, 1986 e 1989 etc.). Associar o termo prostituição com “direitos civis” e “saúde” desloca o imaginário negativo sobre a mulher prostituída que reverbera em nossa sociedade, colocando-o em funcionamento conjunto com princípios valorizados e desejados (os direitos civis e a saúde). Esse efeito pode ser explicado a partir de alguns princípios como o não fechamento

do sentido - uma vez que ele significa sempre em relação a, o sentido pode sofrer deslocamentos.

Afetada pelo discurso que associa as prostitutas à perturbação da ordem e à disseminação de doenças, a página, através do mecanismo de antecipação, desloca tais sentidos, invertendo-os, propondo a inserção da prostituição dentro do mecanismo regulador da ordem social (direitos civis subentende deveres civis) e como colaboradora da prevenção de doenças (saúde se opõe à doença).

Sobre o mecanismo de antecipação dizemos que:

todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras (...) Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. (...) Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor (ORLANDI, 2003)

Conforme os contornos da imagem e dos dizeres vão se tornando mais definidos, começa a ser escrita a palavra ‘Davida’, em estilo “letra de mão”.



Imagem 11 – Palavra sendo escrita



Imagem 12 – Palavra quase pronta

Lurker (1997, p.233) afirma que há tempos atrás o ato de escrever simbolizava a aproximação dos pensamentos (abstrato) com a sua concretização: a “palavra falada, fugidia, deveria ser fixada pela imagem”. Pensando discursivamente o ato de escrever

ocorrendo dentro da página analisada, diremos que ele simboliza o “nascimento” da ONG **Davida**, que é materializado gradativamente. Por sua vez, o enunciado “Davida” coloca em circulação três sentidos diferentes:

- mulher “da vida” = prostituta
- dar vida a = nascer, parir
- dar vida = alegrar

Enquanto o primeiro sentido é desvalorizado em nossa sociedade, os outros dois são considerados positivos.

Com relação ao ato de dar a vida a, há a circulação de uma discursividade (principalmente de natureza religiosa, como já foi visto anteriormente neste trabalho) que alega que uma das principais funções da mulher é a “sagrada missão” da maternidade, pois ser mãe aproxima a mulher de Deus, uma vez que somente os dois têm o “dom de gerar a vida”. Talvez por isso a idéia de uma mãe-prostituta cause perturbação e o xingamento “filho-da-puta” seja tão ofensivo. Ser “filho-da-puta” é ser o produto da inversão de um ato sacralizado, ou seja, significa ser uma abominação.

Quando o termo Davida acaba de ser escrito, um ruído parecido com um antigo interruptor sendo ligado ocorre, e então o poste de luz se acende, iluminando a palavra. A luz possui uma forte simbologia, como cita Cirlot (1984, p. 357):

Identificada tradicionalmente com o espírito (...) A luz é a manifestação da moralidade, da intelectualidade e das sete virtudes. (...) a luz é também força criadora, energia cósmica, irradiação. (...) Psicologicamente, receber a iluminação é adquirir a consciência de um centro de luz, e em consequência, de força espiritual.

Lurker (1997, p. 403) comenta que “em todas as suas manifestações – sol, lua, relâmpago, fogo – a luz corresponde à natureza da divindade”. A luz do poste não é branca, como algumas vezes é representada, mas amarela. Uma das acepções da cor amarela é de ser a cor da “alegria, do calor, do outro, do fruto maduro, da tropicalidade” (GUIMARÃES, 2000, p.89-90).

O amarelo, ao ser pensado em conjunto com os demais elementos do *website* a página traz a conjunção entre os recursos verbais, sonoros e visuais presentes na página (palavra ‘Davida’, som do poste sendo ligado, luz que surge, cor de fundo etc.), e ao se inter-relacionarem, vão produzindo sentidos positivos que afetam o leitor.

A luz do poste, que no início era fraca, vai ficando mais e mais forte, e simultaneamente, no canto direito superior da tela começa a surgir gradualmente um pequeno texto.



Imagem 13 – Poste aceso

A combinação da iluminação sobre a palavra “Davida” novamente faz circular três sentidos:

- a luz que recai sobre a prostituta que faz “ponto” em locais mais claros (como embaixo de postes de iluminação), a fim de que seus clientes possam vê-la;
- dar a luz = dar a vida a
- dar vida = alegrar

Retomando o que já foi escrito antes, enquanto o primeiro sentido é negativo, o segundo e o terceiro são envoltos de um imaginário positivo.

A luz do poste começa a esvaecer, desaparecendo no momento em que o texto à direita surge por completo. A luz que se apaga permite que o leitor desfoque sua atenção, agora voltada ao texto que se apresenta.

O texto agora presente na página consiste em uma breve apresentação sobre a ONG. Logo abaixo desse texto está escrito “nossa missão e nossos objetivos”, tendo uma seta ao seu lado.



Imagem 14 – Texto explicativo sobre a ONG

Para entrar de fato no *site* o leitor deverá clicar na seta. Sem isso ele não conseguirá ir adiante. Isso é um exemplo de caminho de leitura proposto pela organização da página, o que, de acordo com Braga (2005), afeta a produção do conhecimento. Discursivamente, esse caminho de leitura afeta o efeito de sentido produzido pela materialidade analisada.

Ao clicar no ícone surge na tela o texto explicando a missão e os objetivos da ONG.



Imagem 15 – Texto sobre a Missão e os Objetivos da ONG

Ao final do texto explicativo sobre os objetivos, vemos escrito em letra maiúscula a seguinte frase: ENTRE EM NOSSO SITE. Ao clicar nessa frase passamos para a seguinte tela



Imagem 16 – Tela com o menu

Ao aparecer essa página na tela, a luz do poste se acende – chamando novamente a atenção para o nome da ONG e logo depois se apaga. Enquanto isso no lado direito de quem olha inicia-se, gradualmente, o surgimento do menu contendo os *links* para a navegação. Simultaneamente uma ilustração vermelha começa a se mover logo abaixo do menu.



Imagem 17 – Símbolo do Prêmio Ações Sustentáveis em HIV/AIDS

Guimarães (2000) comenta que a cor vermelha produz sentidos tanto positivos quanto negativos, sentidos esses que, embora “naturalizados” possuem uma historicidade. O vermelho é a cor do calor que aquece, da boca, do coração, da paixão, do amor, da entidade Cruz Vermelha (que salva vidas). Também é a cor da violência, do sangue (derramado), do ódio, do fogo que queima, da interdição (do semáforo, que nos impede de prosseguir, das placas de “Perigo” ou “Mantenha a distância”). Por estar associado a ações de combate ao HIV/AIDS, a cor vermelha, neste caso, irá significar questões relacionadas à saúde e ao sangue (um dos principais meios de contágio da AIDS).

Ao clicarmos no link *História* a seguinte tela surge:

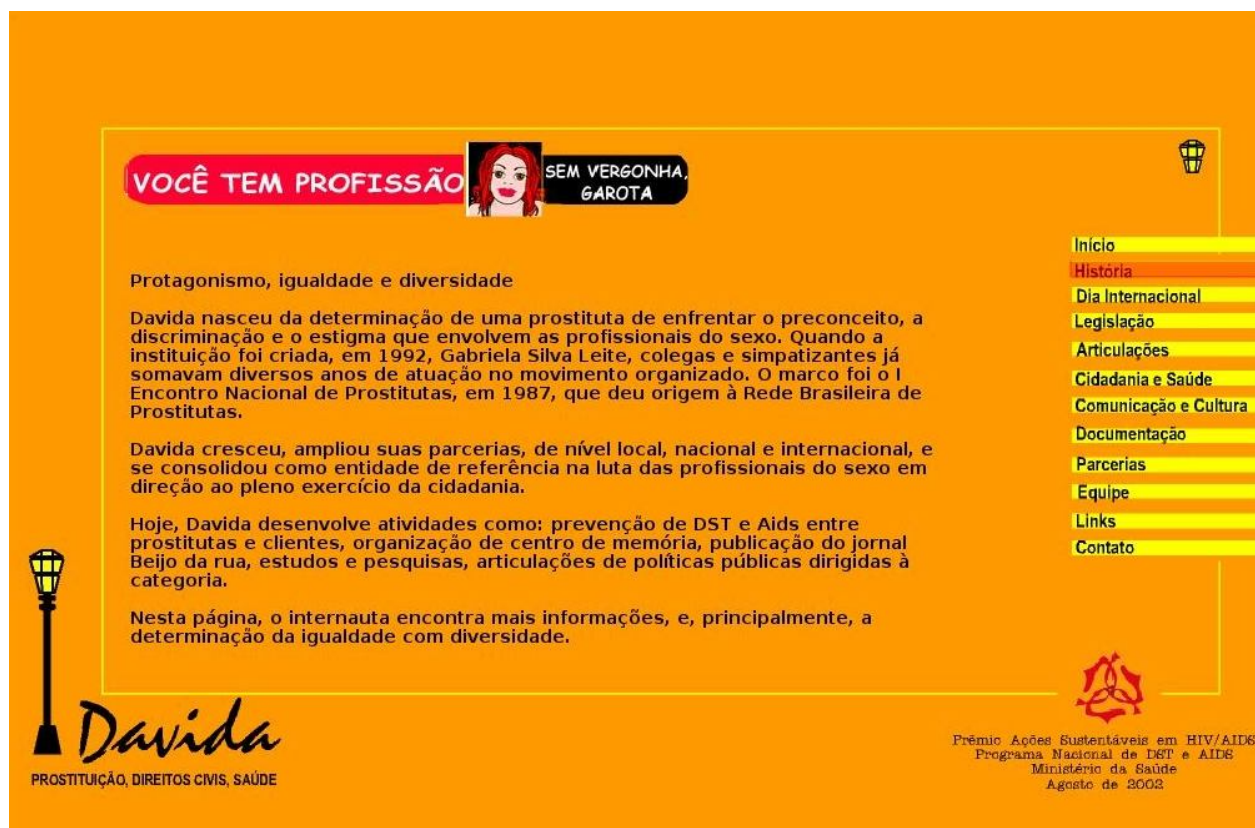


Imagem 18 – Página sobre a história da ONG

É possível observar algumas mudanças no formato da apresentação. Primeiro há a presença de *banners* no alto da página que vinculam mensagens diferentes que se alteram sem parar. Segundo, o texto referente ao link clicado se encontra delimitado por um friso amarelo claro, que por sua vez inclui o *banner*, estabelecendo uma ligação entre o texto apresentado e os enunciados que se sucedem. Esse friso também coloca em destaque o símbolo Prêmio Ações Sustentáveis em HIV/AIDS. Outro elemento novo é a cúpula do poste que está no alto à direita de quem olha para a tela.

Esse padrão de apresentação do conteúdo da página será encontrado em todos os demais *links* clicados no menu, com exceção do item “Início”, que nos conduz para a primeira página do *site*.

Com relação ao conteúdo, o link **História** irá abordar a forma como nasceu a ONG **Davida**. No link seguinte, **Dia internacional**, a página marca o dia 2 de junho como o dia da prostituta e nos remete aos eventos ocorridos em 2 de junho de 1975, quando 150

prostitutas ocuparam a igreja de Saint-Nizier, em Lyon, na França⁹⁷.

Em **Legislação** somos informados sobre os três sistemas que normalmente gerem a prostituição: o abolicionismo, o regulamentarismo e o proibicionismo⁹⁸

Em **Articulações** a ONG apresenta a Rede Brasileiras de Prostitutas e o Fórum de Profissionais do Sexo do Rio de Janeiro.

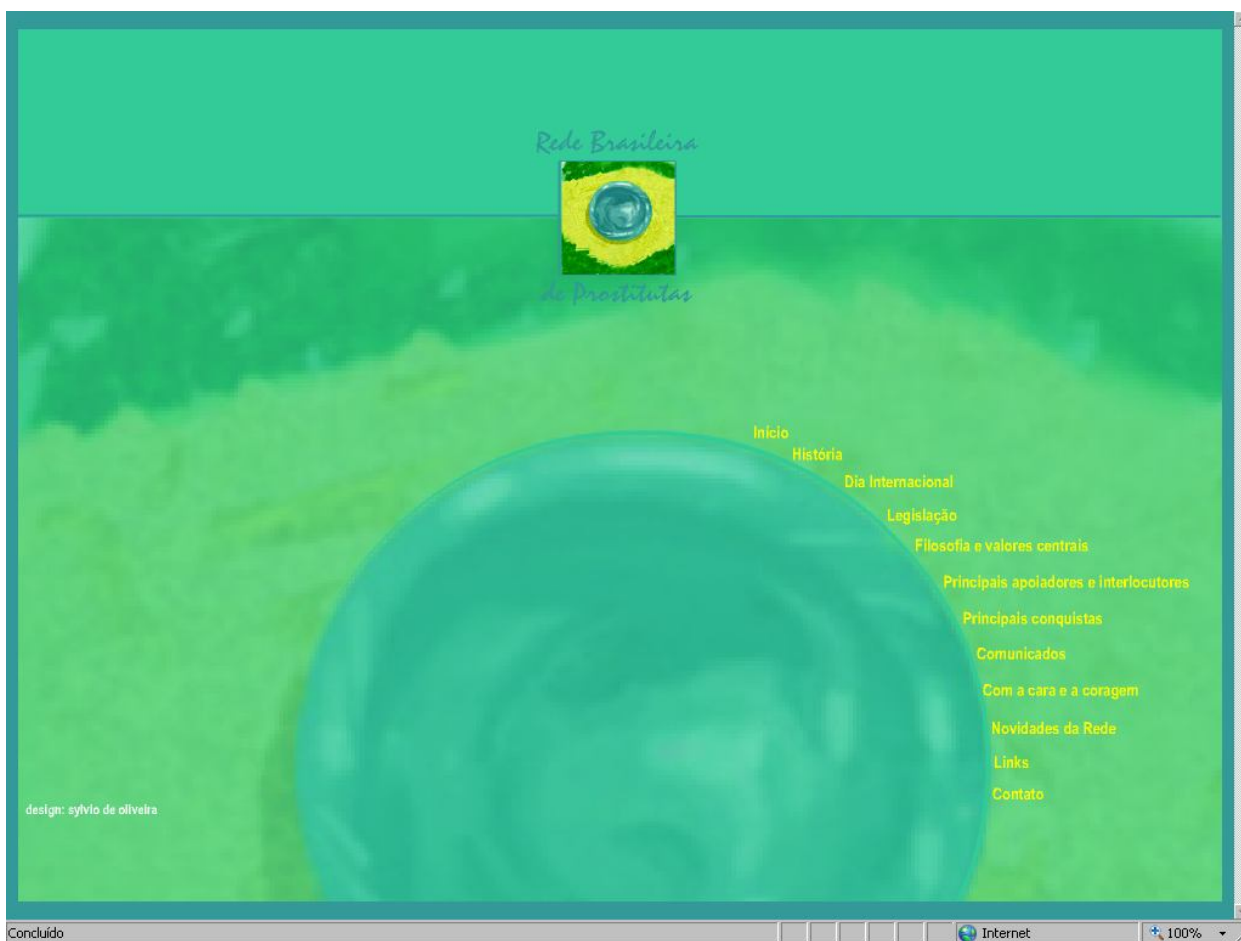


Imagem 19 – Página da Rede Brasileira de Prostitutas

Em **Cidadania e Saúde** tomamos conhecimento de ações que visam à prevenção de DSTs e AIDs, como a realização de *workshops*, distribuição de camisinhas e de manuais explicativos.

O link **Comunicação e Cultura** é formado por sub-*links*, a saber:

97 Para mais detalhes veja o item **(R)Evoluções?**

98 sistemas já explicados em outro capítulo

- Jornal e sítio **Beijo da Rua** – nos traz informações sobre o jornal **Beijo da Rua**;
- Revitalização das Áreas Históricas – comenta sobre políticas públicas que trabalham com a revitalização de áreas antigas e a permanência das prostitutas;
- Cabaré da Vida – ambiente cênico que aborda a prevenção de DSTs e outros fatos do cotidiano da vida no meretrício;
- Mulheres seresteiras – evento cultural musical;
- Bloco Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Unidos da Praça Tiradentes – bloco formado por prostitutas e que leva o nome de uma tradicional área de meretrício no Rio de Janeiro;
- Histórial oral – projeto de pesquisa que busca registrar a “percepção das prostitutas sobre a militância organizada”

No link **Documentação** somos informados sobre o Centro de Memória Davida, cujo acervo é compreendido por correspondências, projetos, relatórios, folhetos, recortes de imprensa, fotografias, negativos, CDs, fitas K-7, VHS, Umatic e Betacan. Há também uma biblioteca que conta com três mil volumes e abrange diversos temas, dentre eles cidadania, prostituição, movimentos sociais, educação, Aids e etc.

Em **Parcerias** encontramos:

- Rede Brasileira de Prostitutas⁹⁹
- Red de Trabajadoras Sexuales de Latinoamerica y el Caribe¹⁰⁰
- Trabajadoras sexuales argentinas en acción por sus derechos¹⁰¹
- Network of Sex Work Projects¹⁰²
- DST/AIDS do Ministério da Saúde¹⁰³

99 Disponível no endereço: <<http://www.redeprostitutas.org.br>>

100 Disponível no endereço: <<http://www.redtrasex.org.ar>>

101 Disponível no endereço: <<http://www.ammar.org.ar>>

102 Disponível no endereço: <<http://www.nswp.org>>

103 Disponível no endereço: <<http://www.aids.gov.br>>

- Ministério do Trabalho e Emprego¹⁰⁴
- Fundação Luterana de Diaconia¹⁰⁵
- Church World Service¹⁰⁶

No item *Equipe* são citados os profissionais que constituem a ONG e em *Links* temos as páginas da internet das mesmas instituições que fazem parte de *Parcerias*, acrescida de um endereço (do jornal Beijo da Rua). Finalizando, em *Contato* temos o endereço e o e-mail da ONG.

Como demonstrado anteriormente, antes do surgimento dos *banners* na página da ONG **Davida**, o leitor deverá passar pela *Missão* e pelos *Objetivos* da organização. De acordo com o que consta na página de introdução, sua missão é:

Missão - Criar oportunidades para o fortalecimento da cidadania das prostitutas, por meio da organização da categoria, da defesa e promoção de direitos, da mobilização e do controle social.

Ao observar o texto da *Missão* da página **Davida** faz-se presente o viés jurídico e o trabalhista/sindicalista. Enunciados como “cidadania”, “organização da categoria”, “defesa e promoção de direitos”, “mobilização e controle social” causam o efeito de sentido de um discurso que nos remete aos proferidos, por exemplo, pelos metalúrgicos da década de 1970¹⁰⁷. Esse efeito de sentido é produzido pelo interdiscurso, ou seja, a memória pensada a partir do discurso. De acordo Orlandi (2003, p.31) “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”.

Abaixo da *Missão* lemos os *Objetivos*:

Objetivos:

- Assegurar o protagonismo e a visibilidade social das profissionais do sexo;
- Promover políticas públicas para a categoria e exercer o controle

104 Disponível no endereço: < <http://www.mte.gov.br> >

105 Disponível no endereço: < <http://www.fld.com.br> >

106 Disponível no endereço: < <http://www.churchworldservice.org> >

107 Para maiores detalhes ver Steigenberger, 2007

social;

- Obter o reconhecimento legal da profissão;
- Promover a organização de classe, assessorando a formação de associações e capacitando suas lideranças;
- Reduzir as vulnerabilidades da categoria, especialmente nas áreas de direito legal, saúde e segurança;
- Denunciar e enfrentar o estigma, o preconceito e a discriminação que atingem as profissionais do sexo;
- Garantir e divulgar benefícios sociais para a categoria;
- Conquistar melhores condições de trabalho e qualidade de vida para as profissionais do sexo.

Novamente vemos os enunciados “categoria”, “organização de classe” (sinonímia de “organização da categoria”), assim como “reconhecimento legal”, “denunciar e enfrentar o estigma”, “benefícios sociais”, “melhores condições de trabalho e qualidade de vida”. Nesse item podemos ver a presença de uma memória discursiva que recupera as reivindicações do movimento operário, não só das décadas passadas, mas dos dias de hoje também. Dessa forma o texto da ONG **Davida** se “apropria” de um discurso que podemos denominar, a princípio, de trabalhista/sindicalista. Essa idéia se repete se resgataremos o texto do link *Histórial oral*:

Projeto de pesquisa que tem como objeto o movimento de prostitutas, buscando captar a percepção de prostitutas sobre a militância organizada, por meio de oficinas e mostra de história oral. (grifos meus)

Dessa forma, antes de chegar aos *banners*, a pessoa faz um percurso por textos afetados por uma discursividade militante, que busca a defesa de direitos e a conquista da cidadania. Se observamos atentamente os enunciados presentes nos *banners* que surgem logo após a apresentação dos textos da missão e dos objetivos veremos que esses três elementos irão “dialogar” entre si.

Começamos a análise dos *banners* tentando identificar a existência de regularidades, que, segundo Orlandi (2003, p.64) é a forma como o discurso se explicita “pela referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura”.



Imagem 20 - Banners

Em todos os *banners*, no meio dos dois enunciados, há a imagem de uma jovem com grandes olhos castanhos, ruiva e com a boca carnuda e vermelha. Apenas seu rosto e seus ombros são visíveis e ela olha diretamente para frente, como se encarasse aquele que acessa a página. Ainda que a garota apresente características que chamam a atenção em nossa sociedade, tais como a cor dos cabelos – bem vermelhos – e a boca grande e também vermelha, que traz à tona uma expressão de sexualidade bem marcada (como vemos, por exemplo, em inúmeros anúncios publicitários), a garota não tem vergonha de encarar aquele que a olha. Ela não apresenta nenhuma característica que possa ser associada à vergonha ou à insegurança, como o olhar para baixo ou a adoção de uma aparência que não chamasse tanto a atenção.

A forma como a imagem é apresentada, seja em um texto impresso, seja na tela

do computador, afeta a maneira como o leitor se relaciona com a mesma. Tânia de Souza (2001, p. 25) observa que:

(...) ao se interpretar a imagem pelo olhar – e não através da palavra – apreende-se a sua matéria significante em diferentes contextos. O resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter da incompletude inerente (...) à linguagem verbal e não-verbal. O caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, à sua recursividade. Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente (...)

Analisando o funcionamento conjunto da imagem e de partes do enunciado o efeito que surge é de sentimentos como segurança, confiança e determinação.

Continuando a busca por regularidades, observando os enunciados dos *banners* notamos que os à esquerda são sempre escritos em letra branca com um fundo colorido (vermelho, amarelo, violeta, rosa, laranja e verde, cores consideradas “alegres” e “vibrantes” em nossa sociedade), e os à direita são escritos em letra branca com o fundo preto.

A repetição do enunciado da direita (“Você tem profissão”) com o fundo preto e as letras brancas, chama a nossa atenção. Dos sete *banners* que se sucedem em um movimento constante, seis apresentam o enunciado acima citado. O único *banner* diferente é uma versão espelhada de “Sem vergonha, garota. Você tem profissão”, como vemos abaixo:



Imagem 21: Banners “espelhados”

Com relação ao uso da cor preta, há várias significações que foram sendo construídas ao longo da história da sociedade ocidental. Como aponta Lurker (1997, p. 565) a cor preta:

Pertencente às Trevas, participa de seu simbolismo (...) Na superstição, animais pretos significam infortúnio (...) O preto representa aquilo que espanta a luz do dia (*e.g.* magia negra), é símbolo do mal (alma negra), e escritores clericais viam no preto a cor do desprezo pelo mundo (vestes de sacerdotes e monges) (...)

Porém, se faz necessário observar em quais condições de produção a cor preta é tomada. Orlandi (2003), ao analisar uma faixa preta com o enunciado em letras brancas “vote sem medo” durante a época de eleições em um campus universitário, observou que a cor negra tem sido associada ao fascismo. Como essa leitura foi realizada a partir de condições de produção específicas, pertencentes a um momento histórico, atualmente outros sentidos são possíveis, tais como o de protesto¹⁰⁸:

O uso político da cor preta, como protesto, tem sua raiz na ausência da luz, quando assume o sentido de negação. Embora seja a cor da austeridade e da representação da autoridade (como nas vestimentas fascistas), o preto é, ao mesmo tempo, a cor da negação dessa autoridade (como na representação anárquica). (PROSS, *Protestgesellschaft*, p.184-6, apud GUIMARÃES, 2000, p.88)

No material aqui analisado, faz sentido entender o preto como uma cor que funciona como contraponto para as cores vibrantes dos *banner*, ou seja, ela é uma cor vista em nossa sociedade como austera – entre outros sentidos. A polissemia da cor negra se deve ao fato de que:

o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam (ORLANDI, 2003, p. 42-3)

108 Um exemplo é o “Domingo Negro”, em 16 de agosto de 1992, quando os brasileiros saíram às ruas usando preto para protestar contra o então presidente Collor.

Assim se estabelece um jogo de dualidades, que se complementam:

vibrante – austero, quando consideramos os dois lados do *banner*

branco – preto, quando olhamos o enunciado do lado esquerdo do banner

Como comentado, os *banners* ficam se alternando ininterruptamente, movimento esse que chama a atenção do leitor, principalmente quando pensamos na forma como eles foram compostos (as cores, a imagem e os enunciados). O seu movimento constante cria um processo de reafirmação dos sentidos por eles produzidos. Ao pensar o seu funcionamento na página na qual está inserido, é possível afirmar que os *banners* funcionam como um slogan. Normalmente a palavra slogan é definida como:

[ing., lit. um grito de guerra entre antigos clãs escoceses] s.m. **1** expressão concisa, fácil de lembrar, utilizada em campanhas políticas, de publicidade, de propaganda, para lançar um produto, marca etc. **1.1** *fabordão*; *bordão* (HOUAISS, 2001, p 2588).

Não adotamos aqui o termo slogan pensado como recurso do meio publicitário, mas sim como uma forma material que produz, dentro das condições de produção apresentadas, um efeito de sentido específico, neste caso, o efeito é o de militância¹⁰⁹.

Outra regularidade possível de ser observada é a presença da expressão “sem vergonha” em todos os enunciados, portanto torna-se necessário analisá-la. Trazendo as entradas do Houaiss (2001, p.2847) temos basicamente dois significados diferentes para o termo “vergonha”:

- é um sentimento de timidez, acanhamento, recato, decoro;
- é um “sentimento penoso causado pela inferioridade, indecência ou indignidade” ou “qualquer atitude ou ato indecoroso, desonesto, vexatório”.

Dessa forma “sem vergonha” pode tanto se referir ao fato de um indivíduo não

109 Dentre alguns slogans de militância estão “Make love, not war” e “Diretas Já!”.

precisar ter timidez, sentir-se inseguro ou então que a pessoa não tem decoro, ou seja, a pessoa é devassa ou leviana (oposto de “tímida”). A expressão “sem-vergonha” *per se* é definida como “que ou aquele que não tem vergonha, brio. SIN. devasso”. (HOUAISS, 2001, p.2544).

O sintagma “sem vergonha” possibilita, portanto, duas leituras:

sem vergonha = safado(a)/sem acanhamento; e

sem vergonha = com orgulho; confiante

Quais seriam então os efeitos de sentido produzidos quando analisamos a associação do enunciado “sem vergonha” ao imaginário existente sobre a prostituição?

Há um jogo de sentidos muito interessante na forma como o enunciado “sem vergonha” compõe uma rede de significações quando lido considerando-se o enunciado “você tem profissão” e os demais elementos da página, Esse jogo é possível graças à tensão existente entre a paráfrase e a polissemia, sendo a primeira entendida como “a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” e a segunda como “a fonte da linguagem, uma vez que ela é a própria condição de existência do discurso, pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (ORLANDI, 2003, p.38).

“Sem vergonha” brinca com a deriva de sentidos e nos convida a interpretar. Percebemos com este enunciado como os processos polissêmicos jogam com o equívoco, definido por Orlandi (2001, p.103) como a “falha da língua, na história”. A autora comenta ainda que:

O equívoco remete pois ao modo de funcionamento da ideologia: o que está presente por uma ausência necessária, o que, da memória (saber discursivo, interdiscurso), estruturalmente se esquece para que o sentido seja “este”(ORLANDI, 2004, p. 23)

E qual o modo de funcionamento da ideologia presente no material analisado? Ao retomarmos o percurso feito anteriormente neste trabalho é possível notarmos, no jogo que pôs em movimento os sentidos de “sem vergonha”, a forte presença da moral judaico-

cristã. Através da observação do processo de constituição da memória discursiva sobre a prostituta, vimos como as tradições judaicas sobre o comportamento sexual da mulher, tradições essas que tiveram continuidade na religião cristã, deram forma, juntamente com outras discursividades, à imagem estigmatizada da mulher prostituída – associando às forças demoníacas, ao esgoto – significando-a de forma vergonhosa.

A moral judaico-cristã produziu um estereótipo da mulher – tanto dela no geral quanto daquela que se encontra prostituída. Mas, como comentado, outros discursos também irão significar a prostituta de uma maneira negativa – como o jurídico do século XVI e médico-higienista do século XIX -, colaborando para a formação de um estereótipo estigmatizado.

O entendimento do “estereótipo” é feito na AD a partir de dois conceitos: o de assujeitamento e de pré-construído. O assujeitamento ocorre quando o indivíduo é interpelado pela ideologia, tornando-se posição-sujeito de um discurso, porém, por não ter consciência dessa interpelação, o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu dizer. Já Paul Henry (apud Pêcheux, 1997, p.99) entende o pré-construído como aquilo que “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é 'construído' pelo enunciado”. Portanto, é o pré-construído que faz com que tenhamos a impressão de que o sentido já está lá, ou seja, é o efeito de um já dito. Orlandi (2001, p.18) pensa o estereótipo como:

um traço do discurso e de julgamento prévios, cuja origem já está apagada na formulação individual, particular. (...) Não há opinião pública sem efeito de pré-construído, o que, interpretado pelo discurso urbano, redundaria em dizer que não há possibilidade de opinião sem estereótipo, sem idéias recebidas, sem lugar comum.

Porém, seria errôneo achar que o estereótipo traz como resultado único a “fossilização” de sentidos:

A especificidade própria do estereótipo propicia um funcionamento estratégico rico, em condições de ser acionado pelo sujeito do discurso. Essas estratégias de uso vão desde a adesão convicta até a cumplicidade por conveniência. Ao reproduzir estereótipos que o

tipificam, nosso sujeito de discurso poderá estar significando um modo sutil e eficiente de resistência (ORLANDI, 2003, p.73)

Como temos mostrado em nossa análise, através da página Davida, vemos a tensão entre a permanência e a mudanças de sentidos, e o estereótipo funciona nesse material - principalmente os *banners* - como um mecanismo de resistência.

O que aconteceria com o slogan se ele fosse transformado em uma sentença? Esse exercício é demonstrado abaixo:

A) Você tem profissão. Sem vergonha, garota.

A1) Você tem profissão, portanto não tenha vergonha, garota.

B) Sem vergonha, garota. Você tem profissão.

B1) Não tenha vergonha, garota, porque você tem profissão.

C) Sem vergonha de ser prostituta. Você tem profissão.

C1) Não tenha vergonha de ser prostituta porque você tem profissão.

D) Sem vergonha de denunciar a violência. Você tem profissão.

D1) Não tenha vergonha de denunciar a violência porque você tem profissão.

E) Sem vergonha de lutar pelos seus direitos. Você tem profissão.

E1) Não tenha vergonha de lutar pelos seus direitos porque você tem profissão.

F) Sem vergonha de usar camisinha. Você tem profissão.

F1) Não tenha vergonha de usar camisinha porque você tem profissão.

G) Sem vergonha de valorizar seu trabalho. Você tem profissão.

G1) Não tenha vergonha de valorizar o seu trabalho porque você tem profissão.

Nos estudos discursivos, como salienta Orlandi (2003, p.19) “não se separam

forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como estrutura, mas sobretudo como acontecimento”. Ao transformarmos os slogans em sentenças, percebemos que o uso do “porque” fragiliza a afirmação de que a prostituição é uma profissão, pois não formular a explicação faz com que o efeito de sentido produzido (prostituição é uma profissão) encontre uma resistência menor. Esse efeito ocorre pois o uso do formato slogan, geralmente na forma imperativa, não deixa “visível” a fragilidade de afirmar a prostituição como profissão.

Ao observamos novamente os *banners* - Sem vergonha de denunciar a violência; Sem vergonha de lutar pelos seus direitos; Sem vergonha de usar camisinha; Sem vergonha de valorizar seu trabalho – vemos a memória discursiva sobre a violência, a doença, o desamparo legal, o desrespeito à cidadania abordada anteriormente em circulação, mas por meio de novas formulações. A prostituta não precisa ter vergonha de reivindicar seus direitos – à saúde, à segurança, à vida, pois é afirmado que ela tem profissão.

Retomando o percurso analítico feito até então, percebemos que os *banners* transformam em slogans as propostas apresentadas nos itens “Missão” e “Objetivos” da página inicial da ONG, propostas essas constituídas de um discurso sobre a prostituição. A memória discursiva sobre a prostituição traz afirmações do tipo: o meretrício não é uma profissão, as mulheres que se prostituem são devassas (sem vergonha) e elas deveriam sentir vergonha do que fazem. Isso nos remete a várias questões, tais como:

- (a) o que é considerado profissão e quais dignificam socialmente o indivíduo?;
- (b) por que a prostituta deve sentir vergonha do que faz? e
- (c) por que é tão forte o estigma creditado às prostitutas? (como exemplo temos o xingamento “filho da puta”, já comentado anteriormente).

As “mulheres da vida” exercem uma atividade popularmente chamada de “a mais antiga das profissões”, formulação que traz visibilidade para a polissemia de sentidos em ‘vida’, ‘profissão’, ‘trabalho’ e ‘mulher’. Quando são remetidas à relação da mulher com as condições sociais, essas palavras apontam para equívocos importantes. A adjetivação que acompanha ‘vida’ e ‘profissão’ em ‘vida fácil’ e ‘a mais antiga das

profissões' é muito significativa. Mais ainda, a necessidade de qualificação de 'mulher' – 'de vida fácil' - também recorta o cenário social de forma contundente. Temos as mulheres e temos as mulheres de vida fácil; as mulheres que trabalham e as que se dedicam a questões escusas. A 'mais antiga das profissões' é um trabalho?

A prostituta vive através da comercialização dos seus serviços sexuais, o que pode ser considerado um trabalho. Há uma discursividade estabelecida que afirma que o trabalho enaltece o indivíduo, princípio esse presente nos dogmas do protestantismo e reiterado pelo capitalismo e pelas sociedades contemporâneas. Porém, a comercialização do prazer sexual é feita através de uma ferramenta – o corpo - e há certas formas de utilização do corpo como meio de obtenção de dinheiro que são tabus e consideradas imorais pela sociedade em geral (como a venda de órgãos para transplantes e a barriga de aluguel). Refletindo a respeito disso, outros questionamentos surgem, por exemplo, o lugar ocupado pelo corpo no imaginário da sociedade e como se estabelece a relação entre o público (comércio) e o privado (corpo). A atividade exercida pela prostituta tem como condicionamento o uso do seu corpo, ou seja, seu corpo é sua ferramenta de trabalho. Porém, como mencionado acima, nem todas as formas de uso do corpo são aceitas, e a constituição de uma discursividade que compreende o corpo como algo depreciativo ou tabu - embora tenha ganho "corpo" na Idade Média e posteriormente na Reforma e na Contra-Reforma - é bem mais antiga. Como Le Breton (2003, p. 13-14) comenta, há:

Uma tradição de suspeita do corpo percorre o mundo ocidental desde os pré-socráticos (...) Platão,. por sua vez, considera o corpo humano como túmulo da alma, imperfeição radical de uma humanidade cujas raízes não estão mais no Céu, mas na Terra. A alma caiu dentro de um corpo que a aprisiona. (...) As diversas doutrinas gnósticas radicalizam a aversão ao corpo. A gnose manifesta um dualismo rigoroso: de um lado, estende-se a esfera negativa – o corpo, o tempo, a morte, a ignorância, o Mal; do outro, a plenitude, o conhecimento, a alma, o Bem etc.

Ainda que o corpo humano tenha sido alvo de uma "maquinização", como criticou Lafontaine (2007) em seu livro **O Império Cibernético**, com os nossos órgãos sendo nivelados ao funcionamento mecânico e físico-químico, tal como ocorre com um

computador, ainda há uma forte discursividade que interdita o corpo para certos usos. Essa interdição tem origem principalmente em certos discursos religiosos e morais, que ainda não foram afetados pela “desumanização” do homem, e por isso há o apagamento do corpo nos *banners*, e nas demais páginas do *site*, o que permite o investimento na relação de trabalho pela profissão. Embora atualmente sejamos muitas vezes significados como “*homo ciberneticus*”, ainda não deixamos de ser “filhos de Deus”.

Todas As Mulheres Do Mundo - Rita Lee

Elas querem é poder!

Mães assassinas, filhas de Maria
Polícias femininas, nazijudias
Gatas gatunas, kengas no cio
Esposas drogadas, tadinhas, mal pagas

Refrão

Toda mulher quer ser amada
Toda mulher quer ser feliz
Toda mulher se faz de coitada
Toda mulher é meio Leila Diniz

Garotas de Ipanema, minas de Minas
Loiras, morenas, messalinas
Santas sinistras, ministras malvadas
Imeldas, Evitas, Beneditas estupradas

Refrão

Paquitas de pacote, Xuxas em crise
Macacas de auditório, velhas atrizes
Patroas babacas, empregadas mandonas
Madonnas na cama, Dianas corneadas

Refrão

Socialites plebéias, rainhas decadentes
Manecas alcéias, enfermeiras doentes
Madrastas malditas, superhomem sapatas
Irmãs La Dulce beaidetificadas

Toda mulher quer ser amada
Toda mulher quer ser feliz
Toda mulher se faz de coitada
Toda mulher é meio Leila Diniz

IV. Algumas considerações

Nas páginas deste trabalho vimos que há uma sobredeterminação da sexualidade pela prática sexual, e que os dizeres que envolvem práticas sexuais das mulheres —, principalmente quando elas são significadas como prostituição - são diversos e, muitas vezes, constituídos em relação de contradição. Frágil, demoníaca, vítima, ninfomaníaca, frígida, muito se falou sobre a mulher prostituída. Atento a esses dizeres, o capítulo dedicado ao falar sobre o meretrício acabou por refletir sua vastidão e complexidade. A (re)construção da memória discursiva sobre a prostituta proposta como parte desta dissertação deu visibilidade ao papel que certas posições-sujeitos dotadas de poder (como o clero, a realeza, os médicos e os legisladores, homens) desempenharam na constituição do discurso sobre a mulher e a meretriz.

O clero atribuiu uma aura demoníaca à mulher – de encarnação do diabo passa a ser sua ferramenta favorita para desviar os homens do caminho de Deus. Como Roberts (1998) ressaltou, se uma mulher se prostituísse, isso não causaria uma “grande surpresa”. Mas ao mesmo tempo em que a meretriz é diabólica, sua função garantia a pureza das mulheres honradas – para a manutenção da virtude de umas, era necessário a perdição de outras. Temos então o mal-necessário.

A realeza, como Maximilian de Habsburgo, acusa a prostituta de ser a razão de diversos males físicos (entre eles a lepra, a sífilis e outras DSTs) e morais – constitui-se a prostituta em sinônimo de vetor de doenças, imagem essa que será retomada diversas vezes, nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, com a propagação da AIDs.

Os médicos do século XVIII e XIX entendem que a função primária da mulher é a geração de filhos – dentro do matrimônio – e que essa é a única forma “correta” da mulher exercer sua sexualidade. As prostitutas são classificadas como loucas, ninfomaníacas e frígidas, versão feminina do criminoso nato (conforme Lombroso mostrou), mas ainda assim, necessárias para vazão dos desejos masculinos. A distância entre as mulheres “boas” (que vão para o céu, agora com o aval médico) e as perdidas

aumentou.

Os legisladores consideraram a meretriz um foco de perturbação da ordem e dos bons costumes. Não-confiáveis, durante muitos séculos sua palavra não teve valor jurídico. Ainda hoje, seu testemunho é visto com reservas.

Como mostramos nesta dissertação, há uma discursividade ampla que engloba vários funcionamentos discursivos, ora retomados, ora apagados. Mas o que as mulheres tinham a dizer? A voz feminina raramente tinha força para se fazer ouvir, e o seu espaço variava muito conforme o momento político-social que a comunidade na qual estava inserida vivia. Gritos de mudança começaram a ser ouvidos a partir do século XVIII, por exemplo, através de Olympe de Gouges. A mulher prostituída, por sua vez, se encontrava silenciada. Sua condição será discutida por outras mulheres com mais intensidade apenas no século XIX, mas ainda sim, pela voz do outro. Josephine Butler se auto-entitulará porta-voz das madalenas-arrepentidas, reforçando o discurso de vitimização da meretriz, inocente frente aos vícios dos homens. O caminho da salvação era a continência sexual, tanto masculina quanto feminina.

Com a burguesia, vemos o nascimento da rainha do lar, cuja coroação se dará durante a década de 1950. As moças de família deveriam trilhar o caminho da virtude e como prêmio alcançariam o paraíso do lar: um esposo, uma casa e filhos para cuidar. Tornariam-se, então, exemplos de esposa e mãe, o que era o seu “caminho natural”. As moças más teriam como punição a solidão, pois perverteram a ordem “original” da posição da mulher naquela sociedade e nenhum homem iria se casar com uma mulher “usada”.

A década de 1960 chega com a força do *flower power*, *black power*, *women's power*, *trade union power* e *free love*. Pela primeira vez há uma brecha significativa nas estruturas de poder que buscam manter os aparelhos de reprodução da ideologia em funcionamento. “My ass is mine” soa com força nas vozes de prostitutas lideradas por Margot St. James – elas reclamam da força policial americana e exigem respeito e reconhecimento pelo trabalho que exercem. Na França as prostitutas usam uma Igreja como local de resistência durante um protesto contra a brutalidade policial. Crianças gritando slogans do tipo “Não queremos ver nossas mães na prisão” mostraram que os filhos da puta

existem porque a puta também é mãe. No Brasil, comandado pela ditadura militar, as vozes só se ergueriam em 1979; e não mais parariam, apesar do nosso país ser, ainda hoje, considerado o maior país católico do mundo.

Durante todo esse percurso, a prostitua carregou em seu corpo a marca de sua atividade: na forma de se vestir, nas interdições ao se movimentar, nas comparações (esgoto da cidade, privada dos homens, cancro da sociedade) feitas por homens que ocupavam lugares de poder, nas punições infringidas contra seu corpo (raspar sua cabeça, marcar com ferro quente sua pele). Esse corpo, não-formulado na página da Davida, foi “domesticado”, senso resumido a um rosto presente em *banners* que se sucedem, um após o outro.

Porém a criação da ONG Davida e a sua visibilidade através de uma página na internet são gestos que permitem a circulação de novas formulações: “a prostituição é uma profissão”; “Não tenha vergonha!” e nisso reside a sua importância. O mal, questionado como tal, ainda é necessário. A profissional do prazer vende fantasias e aluga o seu corpo, mas (re)afirma que não se vende. Muitas vezes nomeando-se “terapeuta sexual”, a prostituta atual pode ser considerada uma releitura das *harimtu* – mas o lucro que antes era para os deuses e ficava com o templo, hoje pertence à mulher. A prostituta agora é cidadã e como tal exige seus direitos: saúde, amparo legal e respeito.

A *web* foi um acontecimento que possibilitou alguns deslocamentos e brechas para que dizeres silenciados encontrassem uma forma de circularem. Estando atendo ao fato que a aclamada liberdade existente na Internet é o resultado de uma construção imaginária, como tão bem apontou Dias (2004), não podemos negar que a ela ampliou e acelerou a circulação de discursos, além de se configurar como um suporte material que engloba mídias diversas, afetando a formulação de sentidos. Como afirma Orlandi (2003, p. 12):

há muitos modos de significar e a matéria significantes tem plasticidade, é plural. Como os sentidos não são indiferentes à matéria significante, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos.

Relembrando a observação feita por Morello (2003), os *links*, esse recurso técnico tão comum nas páginas da Internet, definem relações de sentidos e proporcionam ligações entre formulações de uma nova maneira.

Embora ainda estigmatizada, pois o discurso negativo sobre a prostituição se sustenta em dizeres de instituições dotadas de poder (Igreja, Polícia, Direito), e na sociedade, ratificado por uma parcela significativa de pessoas, essa nova discursividade circula devido a uma série de determinações que trouxeram mudanças para:

- o discurso médico, permitindo que se afirme que o prazer feminino não é patológico; que prazer e reprodução não são indissociáveis; que o desejo feminino não é menor do que o masculino e que a mulher não é inferior ao homem;
- o feminista, reivindicando direitos iguais entre homens e mulheres; o fim da dupla moral; e defendendo *slogans* como “o corpo é meu, faço com ele o que quiser”; e
- o sindicalista, que possibilitou formulações como “a atividade que exerço é um trabalho e, portanto, devo ser respeitada, tendo direito à saúde, ao amparo legal, à qualidade de vida”.

As mulheres boas, além de irem para o céu, agora também vão aonde querem. Sentidos são deslocados. Domesticidade, aos olhos femininos, não é mais uma qualidade. Novas formulações atualizam a memória discursiva. Os padrões que julgam o que é bom e ruim se ampliaram, embora muitas questões ainda continuem sendo um tabu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. **Macunaíma**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- ANDRADE, M. M. A “Cidade das Mulheres”: a questão feminina e a *pólis* revisitada. FUNARI, P. (org.) **Amor, desejo e poder na Antiguidade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003
- BANDINI, C.A.P. **Corpos, Símbolos e Poder**: marcadores de desigualdades sociais no espaço religioso. REVER - Revista de Estudos da Religião. n.2, ano 5, abr/jun. 2005.
- BARBARÁ, A.M. **As meninas da DASPU**. Teresópolis (RJ): Novas Idéias, 2007.
- BASSANEZI, C. Mulheres dos Anos Dourados. DEL PRIORE, M. (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.
- BENATTI, A. **O centro e as Margens** – Boemia e prostituição na “capital mundial do café”, Dissertação de Mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.
- BRAGA, D. A comunicação interativa em ambiente hipermídia: as vantagens da hipermodalidade para o aprendizado no meio digital. MARCUSCHI, L; XAVIER, A. (orgs) **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: lucerna, 2005.
- CALLIGARIS, E.R. **Prostituição**: o eterno feminino. São Paulo: escuta, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual**: Essa Nossa (Des)Conhecida. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CHAUVIN, C. **Os cristãos e a prostituição**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.
- CIRLOT, **Dicionários de Símbolos**. São Paulo: Moraes, 1984
- CATONNÉ, J. **A Sexualidade, ontem e hoje**. São Paulo: Cortez, 1991.
- CONNER, S.P. Politics, Prostitution and Pox in Revolutionary Paris, 1789-1799, **Journal of Social History**, vol. 22, n,4, Summer, 1989, pp.713-734
- COURTINE, J.J. Analyse du discours politique. In: **Language**, 62: Larouse, Paris, 1981.
- CORBIN, A. **Saberes e Odores** – o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- CUNHA, M. **O espelho do mundo: Juqueri, a historia de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DEL PRIORE, M. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- DIAS, C. **A discursividade na rede (de sentidos)**: a sala de bate-papo hiv. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- ENGEL, M. G. **Meretrizes e Doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____ - O Médico, a Prostituta e os Significados do Corpo in: VAINFRAS, R. (org) **-História e Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. 1986.

- FARACO, S (org.) **Livro das Cortesãs**. Porto Alegre: LP&M, 1997.
- FONSECA, G. **História da Prostituição em São Paulo**. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1982.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir** – História da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- _____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.
- FRY, P.; MacRae, E. **O que é homossexualismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983
- GASPAR, M. D. **Garotas de Programa**: prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- GHIRARDO, D.Y. The topography of Prostitution in Renaissance Ferrara. **The journal of the Society of Architectural Historians**, vol. 60, n.4, Dec. 2001, pp.402-431, 2001.
- GUIMARÃES, L. **A cor como informação**: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia. São Paulo: Annablume, 2000
- HAROCHE, C. **Fazer Dizer, Querer Dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- HOBBSBAWM, E.J. **A Era das Revoluções**: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOFSTEDE, **Cultura e organizações**: compreender a nossa programação mental. 1 ed. Lisboa: Edições Silabo, 1996.
- HOUAISS. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita** – língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- KIRSCH, J. **As Prostitutas na Bíblia**: algumas histórias censuradas. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998.
- KOSLOFSKY, C. Court Culture and Street Lighting in 17th-century Europe. **Journal of Urban History**, n. 28, pp.743-767, 2002
- KOTHE, F. **Para ler Walter Benjamim**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976
- LAGAZZI, S.M. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988
- LAFONTAINE, C. **O império Cibernético** - Das máquinas de pensar ao pensamento máquina. Lisboa: Instituto Piaget, 2007
- LE BRETON, D. **Adeus ao corpo** – antropologia e sociedade. Campinas: Papirus, 2003.
- LE GOFF, J. A rejeição do prazer. DUBY, G (org.) **Amor e Sexualidade no Ocidente**. Portugal: Terramar, 1991.
- LEITE, G. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1992.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: editora 34, 1999
- LIMA, R.E. Observatório da crítica. In: II ENECULT - **Encontro de Estudos Multidisciplinares de Cultura**. Salvador: CULT; Programa de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2006. (Publicação em CD Rom)

- LURKER, M. **Dicionário de Simbologia**. São Paulo,: Martins Fontes, 1997
- MALUF-SOUZA, O. A sexualidade como lugar de afirmação dos desvios nos laudos de comprovação de higidez mental. **Sociedade e Discurso**. Campinas, SP:Pontes; Cáceres, MT: UNEMAT, 2001.
- MARTIN, D. **A construção cultural do risco: o cotidiano da prostituição em Santos**. Tese de Doutorado apresentada para o Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade estadual de Campinas. São Paulo: 1999.
- MAZZIEIRO, J. B. Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920. **Revista brasileira de História**. vol.18, n.35, São Paulo, 1998.
- MAZZARIOL, R. “**Mal necessário**”: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, área Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas. 1976
- MELO, C. A análise do discurso em contraponto à noção de acessibilidade ilimitada da Internet. MARCUSCHI, L; XAVIER, A. (orgs) **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: lucerna, 2005.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MINER, J. Courtesan, concubine, whore: Apollodorus’ deliberate use of terms for prostitutes. **American Journal of Philology**, 124, pp19-37., 2003.
- MORAES, E. **Ensaio de Patologia Social**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921.
- MORELLO, R. Definir e Linkar: em que sentido? ORLANDI, E. (org), **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.
- MURPHY, E, **Historia dos grandes bordeis do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994
- NECKEL, R. A “sexualidade” e “vida a dois” nas revistas femininas e masculinas nos anos de 1970. **Caderno Espaço Feminino**, v.17, n. 01, Jan./Jul, 2007.
- NUNES, J.H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. FERREIRA, M.C.; INDURSKY, F. **Análise do discurso no Brasil** – mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.
- _____. Léxico e Língua Nacional: apontamentos sobre a História da Lexicografia no Brasil. ORLANDI, E. (org) **História das Idéias Lingüísticas** – construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Cáceres: Unemat, 2001.
- ORLANDI, E. **A Linguagem e seu funcionamento** – as formas do discurso. Campinas Pontes, 2006.
- _____. **Interpretação** – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes 2004.
- _____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. **Análise de Discurso** - Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2003

_____. **Língua e Conhecimento Lingüístico** – para uma História das Idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Discurso e Texto** – formulação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. Campinas: Edunicamp, 1992.

_____. [et al.]. **Vozes e Contrastes** – discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. (org.) **Discurso Fundador** – a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 2003.

_____. (org.) **A Leitura e os Leitores**. Campinas: Pontes, 2003.

_____. (org.) **Cidade Atravessada** - os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes/Labeurb/CNPq, 2001.

_____. (org.) **História das Idéias Lingüísticas** – construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes/UNEMAT, 2001.

_____. (org.) **Gestos de Leitura** – da História no Discurso. Campinas: Pontes, 1997.

_____.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

PASINI, E. **Corpos em evidencia, pontos em ruas, mundos em pontos**: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo. Dissertação de Mestrado. IFCH. Campinas. 2000

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso** – uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **O Discurso**: Estrutura ou Acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.

_____, FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. GADET, F.; HAK, T. (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso**. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PEREIRA, S.C. **Religião e sexualidade**: uma abordagem discursiva. Dissertação de Mestrado. IEL. Campinas, 1996.

PERROT, M. **Minha História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PILOSU, M. **A mulher, a luxúria e a Igreja na Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1995.

RAGO, M. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, Trabalho feminino e sexualidade. DEL PRIORE, M. (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

- RAMINELLI, R. Eva Tupinambá.. DEL PRIORE, M. (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.
- RINGDAL, N.J. **Love for sale – a world history of prostitution**. New York: Grove Press, 2004.
- ROBERTS, N. **As Prostitutas na História**. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1998.
- RODRIGUES, M.T. O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão. **Sociedade e Estado**, v.19, n.1, Brasília, jn/jul. 2004.
- ROMÃO, L. Na Teia eletrônica, fragmentos da memória MORELLO, R, (org.) **Giros na Cidade**. Campinas: LABEORB, NUDECRI-Unicamp, 2005
- ROSSIAUD, J. **A Prostituição na Idade Média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANDARS, Introdução. Anônimo. **A Epopéia de Gilgamesh**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- SCHIVELBUSCH, W. The Policing of Street Lighting. **Yale French Studies**, n. 73, pp.61-74, 1987.
- SCOTT, J. A mulher trabalhadora. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1990.
- SIQUEIRA, S.M.A. A efervescência discursiva sobre as mulheres nos movimentos marginais do cristianismo primitivo e as respostas da patrística. FUNARI, P. (org.) **Amor, desejo e poder na Antiguidade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003
- SOARES, L. **Rameiras, Ilhoas, Polacas – A prostituição no Rio de Janeiro do Século XIX**. São Paulo: Ática, 1992.
- SOUZA, T. Análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. In **Rua**, Campinas, n.7, 2001, pp.65-94.
- STALLYBRASS, P. ‘Patriarchal territories: The body enclosed’, in M.W. Ferguson, M. Quilligan and N.J. Vickers (eds), **Rewriting the Renaissance: The Discourse of Sexual Difference in Early Modern Europe**. Chicago and London: University of Chicago Press, pp. 126–145, 1986. STEIGENBERGER, F. **A subjetividade dispersa no discurso sindical da CUT**. Dissertação de Mestrado. Centro de Letras e Ciências Humanas Universidade Estadual de Londrina. 2007
- ZOLIN, L. **Desconstruindo a opressão: a imagem feminina em A república dos sonhos**, de Nélide Piñon. Maringá: Eduem, 2003.
- WALKOWITZ, J. Sexualidades perigosas. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1990.
- WESTENHOLZ, J.G. Qedesa, Qadistu, and Sacred Prostitution in Mesopotamia. **The Harvard Theological Review**. Vol. 82, n. 3, jul. 1989, pp. 245-265

ANEXO

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ

Olympe de Gouges

(França Setembro de 1791)

Este documento foi proposto à Assembléia Nacional da França, durante a Revolução Francesa(1789-1799). Marie Gouze (1748-1793), a autora, era filha de um açougueiro do Sul da França, e adotou o nome de Olympe de Gouges para assinar seus panfletos e petições em uma grande variedade de frentes de luta, incluindo a escravidão, em que lutou para sua extirpação. Batalhadora, em 1791 ela propõe uma Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã para igualar-se à outra do homem, aprovada pela Assembléia Nacional. Girondina, ela se opõe abertamente a Robespierre e acaba por ser guilhotinada em 1793, condenada como contrarrevolucionária e denunciada como uma mulher "desnaturada".

PREÂMBULO

Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembléia nacional. Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo social seus direitos e seus deveres; que, para gozar de confiança, ao ser comparado com o fim de toda e qualquer instituição política, os atos de poder de homens e de mulheres devem ser inteiramente respeitados; e, que, para serem fundamentadas, doravante, em princípios simples e incontestáveis, as reivindicações das cidadãs devem sempre respeitar a constituição, os bons costumes e o bem estar geral. Em consequência, o sexo que é superior em beleza, como em coragem, em meio aos sofrimentos maternais, reconhece e declara, em presença, e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos da mulher e da cidadã:

Artigo 1º

A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Artigo 2º

O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem: Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.

Artigo 3º

O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem: nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles.

Artigo 4º

A liberdade e a justiça consistem em restituir tudo aquilo que pertence a outros, assim, o único limite ao exercício dos direitos naturais da mulher, isto é, a perpétua tirania do homem, deve ser reformado pelas leis da natureza e da razão.

Artigo 5º

As leis da natureza e da razão proíbem todas as ações nocivas à sociedade: tudo aquilo que não é proibido pelas leis sábias e divinas não podem ser impedidos e ninguém pode ser constrangido a fazer aquilo que elas não ordenam.

Artigo 6º

A lei deve ser a expressão da vontade geral: todas as cidadãs e cidadãos devem concorrer pessoalmente ou com seus representantes para sua formação; ela deve ser igual para todos. Todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos olhos da lei, devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos.

Artigo 7º

Dela não se exclui nenhuma mulher: esta é acusada, presa e detida nos casos estabelecidos pela lei. As mulheres obedecem, como os homens, a esta lei rigorosa.

Artigo 8º

A lei só deve estabelecer penas estritamente e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada às mulheres.

Artigo 9º

Sobre qualquer mulher declarada culpada a lei exerce todo o seu rigor.

Artigo 10

Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo de princípio; a mulher tem o direito de subir ao patíbulo, deve ter também o de subir ao pódio desde que as suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei.

Artigo 11

A livre comunicação de pensamentos e de opiniões é um dos direitos mais preciosos da mulher, já que essa liberdade assegura a legitimidade dos pais em relação aos filhos. Toda cidadã pode então dizer livremente: "*Sou a mãe de um filho seu*", sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a verdade; sob pena de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos estabelecidos pela lei.

Artigo 12

É necessário garantir principalmente os direitos da mulher e da cidadã; essa garantia deve ser instituída em favor de todos e não só daqueles às quais é assegurada.

Artigo 13

Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, as contribuições da mulher e do homem serão iguais; ela participa de todos os trabalhos ingratos, de todas as fadigas, deve então participar também da distribuição dos postos, dos empregos, dos cargos, das dignidades e da indústria.

Artigo 14

As cidadãs e os cidadãos têm o direito de constatar por si próprios ou por seus representantes a necessidade da contribuição pública. As cidadãs só podem aderir a ela com a aceitação de uma divisão igual, não só nos bens, mas também na administração pública, e determinar a quantia, o tributável, a cobrança e a duração do imposto.

Artigo 15

O conjunto de mulheres igualadas aos homens para a taxaçaõ tem o mesmo direito de pedir contas da sua administração a todo agente público.

Artigo 16

Toda sociedade em que a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição; a Constituição é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou na sua redação.

CONCLUSÃO

Mulher, desperta. A força da razão se faz escutar em todo o Universo. Reconhece teus direitos. O poderoso império da natureza não está mais envolto de preconceitos, de fanatismos, de superstições e de mentiras. A bandeira da verdade dissipou todas as nuvens da ignorância e da usurpação. O homem escravo multiplicou suas forças e teve necessidade de recorrer às tuas, para romper os seus ferros. Tornando-se livre, tornou-se injusto em relação à sua companheira.

FORMULÁRIO PARA UM CONTRATO SOCIAL ENTRE HOMEM E MULHER

Nós, _____ e _____ movidos por nosso próprio desejo, unimo-nos por toda nossa vida e pela duração de nossas inclinações mútuas sob as seguintes condições: Pretendemos e queremos fazer nossa uma propriedade comum saudável, reservando o direito de dividi-la em favor de nossos filhos e daqueles por quem tenhamos um amor especial, mutuamente reconhecendo que nossos bens pertencem diretamente a nossos filhos, de não importa que leito eles provenham (legítimos ou não) e que todos, sem distinção, têm o direito de ter o nome dos pais e das mães que os reconhecerem, e nós impomos a nós mesmos a obrigação de subscrever a lei que pune qualquer rejeição de filhos do seu próprio sangue (recusando o reconhecimento do filho ilegítimo). Da mesma forma nós nos obrigamos, em caso de separação, a dividir nossa fortuna, igualmente, e de separar a porção que a lei designa para nossos filhos. Em caso de união perfeita, aquele que morrer primeiro deixa metade de sua propriedade em favor dos filhos; e se não tiver filhos, o sobrevivente herdará, por direito, a

menos que o que morreu tenha disposto sobre sua metade da propriedade comum em favor de alguém que julgar apropriado. (Ela, então, deve defender seu contrato contra as inevitáveis objeções dos "hipócritas, pretensos modestos, do clero e todo e qualquer infernal grupo").

PROJETO Número 8, de 1913 (*)

A câmara Municipal Decerta

Art. 1º – Fica absolutamente proibida a localização de casas de prostituição nas praças e nas ruas de grande trânsito e nas proximidades quarteis, colégios, escola de ensino primário, ou superior, fábricas, templos de qualquer culto, teatros e outras casas de diversões.

Art. 2º – As casas de prostituição não poderão funcionar sem permissão intransferível, anualmente outorgada, por escrito, pela autoridade incumbida da execução da presente lei.

Paragrafo 1º – Essa permissão será dada em nome das mulheres, que hajam de habitar a casa, sem que isto obste a que as demais fiquem responsáveis pelas infrações que cometerem.

Paragrafo 2º – AS casa de prostituição não poderão mudar-se de um ponto para outro sem que se renove a autorização do artigo 2º.

Art. 3º – As casa de prostituição não poderão fazer se distinguir por nenhum sinal interior ou exterior. As portas de acesso à via pública devem sempre inteiramente abertas, ou fechadas. Quando se conservarem abertas, deverá existir, dentro do corredor, uma porta guarnecida de vidros opacos, a qual se conservará sempre fechada.

Art. 4º -Para os fins da presente lei, consideram-se casa de prostituição aquela onde viverem que exercerem a prostituição, sejam ou não locatárias dos prédios. Incluem-se enter as casas de prostituição os hotéis, pensões, e casa mobiliadas onde mulheres, que exercerem a profissão viverem ou forem admitidas como hóspedes.

Art. 5º -Ficam absolutamente proibidas, nas casas de prostituição, os jogos , os bailes, as festas e reuniões que perturbem a vizinhança e a venda de bebidas e comestíveis a qualquer hora do dia e da noite às pessoas que as freqüentarem.

Art. 6º – Todas as prostitutas ou todas as pessoas que explorarem ou mantiverem casa de prostituição deverão inscrever-se em um registro, a cargo da autoridade executora da presente lei . Esse registro conterà o nome, a idade , a residência, a fotografia, e todos os dados necessários a à identificação do indivíduo inscrito, ao qual, não poderá mudar de residência sem prévio aviso à autoridade competente.

Paragrafo 1º – Por ocasião da inscrição no registro, as prostitutas serão subordinadas a um exame médico e receberão uma caderneta de saúde, contendo a indicação do seu estado de saúde, a sua fotografia e mais dados necessários à sua identificação. As prostitutas são obrigadas a exhibir a caderneta sempre que seja pedida.

Paragrafo 2º – A inscrição no registro só será cancelada mediante justificação em que as pessoas de reconhecida honestidade afirmarem que o indivíduo inscrito abandonou o exercício da prostituição, ou exploração de prostíbulo.

Art. 7º – As mulheres que exercerem a prostituição ficarão sujeitas às visitas e inspeções médicas que forem determinadas.

Paragrafo 1º – O resultado dessa visitas e inspeções juntamente coma data e hora em que forem feitas e a assinatura do médico, que as fez, será declarado na caderneta de saúde a que se refere o paragrafo 1º do artigo 6º.

Paragrafo 2º – As visitas e inspeções, que versarão, principalmente, sobre moléstias venéreas e da pele, serão pagas pela paciente, quando feitas em sua residência, e serão gratuitas quando feitas nos gabinetes médicos da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública.

Paragrafo 3º – AS prostitutas atacadas de moléstias venéreas ou sífilíticas em período de contágio, não poderão exercer o meretrício e serão obrigadas a recolher-se a um hospital durante o tempo necessário à cura ou desaparecimento das manifestações suscetíveis de transmissão. Neste caso, a assistência, que lhes for prestada, será gratuita.

Paragrafo 4º – As prostitutas enfermas, não querendo recolher-se ao hospital designado pela autoridade executora da presente lei, poderão escolher hospital onde se sujeitarem ao tratamento necessário. Neste caso, todas as despesas serão feitas as custas da enferma que se sujeitará a todas as visitas e inspeções que forem determinadas e serão feitas pelo médico da polícia. assistência que lhes for prestada

Paragrafo 5º – O tratamento poderá também ser feito na residência da enferma, à sua custa, ficando ela sujeita à visita e inspeção diária pelo médico da polícia. Neste caso a autoridade competente colocará na porta da habitação da enferma um cartaz, contendo em letras bem visíveis a palavra – Enferma- . A destruição, deterioração, alteração, retirada ou mudança ainda que por momentos, do cartaz, imporá na imediata internação da enferma num hospital, além das penas específicas no regulamento da presente lei.

Art. 8º – A autoridade encarregada da execução da presente lei publicará anualmente a estatística sanitária da prostituição.

Art. 9º – As mulheres menos de 18 anos, que exercerem a prostituição, serão entregues aos juizes de órfãos para terem o destino conveniente.

Art. 10º – As prostitutas, que hospedarem ou viverem em casas mobiliadas, em pensões em hotéis abertos ao público, não poderão exercer a prostituição, sob pena de ficarem esses estabelecimentos sujeitos aos dispositivos da presente lei.

Art. 11º – É absolutamente proibido ter, nas casas de prostituição, empregados de qualquer sexo menores de 18 anos de idade.

Art. 12º – É absolutamente proibida a entrada de menores de notória escassez de idade nas casa de prostituição.

Art. 13º – É obrigatória a colocação, em todos os compartimentos das casas sujeitas a esta lei, de cartazes fornecidos gratuitamente pela Repartição Sanitária do Estado de e pela Prefeitura, contendo as regras da profilaxia da sífilis, das moléstias contagiosas e as leis e regulamentos concernentes à prostituição.

Paragrafo único – Nas casas de prostituição se facilitarão aos concorrentes todos os meios para que possam cumprir os preceitos higiênicos aconselhados pela autoridade. Para esse fim, nas referidas casas haverá, em cada compartimento em que se exercera prostituição, um móvel destinado à guarda dos medicamentos necessários.

Art. 14º -As prostitutas, qualquer que seja o seu domicílio, não poderão exhibir-se nas portas e janelas, nem mostrar-se por detrás de venezianas, dos vidros, das cortinas, etc. Que deverão estar sempre fechadas ou descidas.

Art. 15º – Quem explorar ou mantiver casa de prostituição, sob qualquer disfarce, ficará sujeito ao dispositivo na presente lei.

Art. 16º – AS infrações da presente lei, além de sofrerem as penas do Código Penal, serão punidas com multas de 20\$000 a 50\$000 e nos casos de reincidência, ou falta grave, com prisão até oito dias e fechamento da casa de prostituição. Quando as multas não forem pagas, poderão ser convertidas em prisão até oito dias.

Paragrafo 1º – O produto das multas impostas aos infratores da presente lei e do regulamento será recolhido ao Tesouro Municipal e dali, mediante requisição da autoridade executora da presente lei, será retirado exclusivamente para a manutenção do serviço profilático e policial da prostituição.

Art. 17º -Fica a Prefeitura autorizada a regulamentar esta lei dentro do prazo de 60 dias.

Art. 18º -A execução da presente lei e de seu regulamento será confiada à polícia da Capital, cujos representantes, uma vez autorizados por escrito pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública poderão penetrar, a qualquer hora do dia e da noite, nas casas de prostituição, se estiverem franqueadas ao público, para fiscalizá-las.

Art. 19º – Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 1913.(**)

* FONSECA, Guido, **História da prostituição em São Paulo**. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

**Anais da Câmara Municipal de São Paulo 1913, pág 34.